



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS

GABRIEL BEDIN SLEVINSKI

CHAPECÓ: MEMÓRIA E MONUMENTO

ERECHIM, RS
2021



GABRIEL BEDIN SLEVINSKI

CHAPECÓ: MEMÓRIA E MONUMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério

ERECHIM, RS
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rodovia RS-135, km 200

CEP: 99700-000

Caixa Postal 764

Zona Rural

Erechim – RS

Brasil



GABRIEL BEDIN SLEVINSKI

CHAPECÓ: MEMÓRIA E MONUMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Esta dissertação foi defendida e aprovada pela banca em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério
Orientador – UFFS

Prof. Dr. Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro – UFMT

Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS

Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior – UFFS

À memória dos esquecidos, apagados,
invisibilizados pelo poder de quem
constrói monumentos.

AGRADECIMENTOS

Depois de longa jornada, marcada por muitos percalços, desafios e alguns reveses, sinto-me grato por ter chegado ao local que tanto sonhei estar. O caminho que trilhei teve a companhia de pessoas incríveis, sem as quais não teria conseguido. Agradeço ao universo por tê-las ao meu lado, como minha inspiração cotidiana para seguir.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que me possibilitou as condições necessárias para cumprir minha formação. Aos estimados professores e professoras, em especial o Diretor da UFFS, *Campus Erechim*, Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, sempre atento, dedicado e incansável na tarefa de entregar seu melhor aos estudantes. Sou grato aos servidores da universidade e as suas extraordinárias contribuições sempre que necessário, guardo com carinho as lembranças de meu colega e servidor Jorge Psidonik, ser humano incrível que o universo me apresentou.

Sou grato, com dificuldades de encontrar palavras para retribuir, a meu orientador, Mairon Escorsi Valério, que acreditou em meu desejo de realizar o mestrado, antes mesmo de conhecer meu projeto, contribui para que o mesmo se desenvolvesse, sempre me incentivando, apontando literaturas, ideias e sendo solidário com minhas tantas limitações em conciliar 50h semanais de docência e o Mestrado.

Com muita alegria, cheio de nostalgias, agradeço aos meus colegas Cássio e Diulia, pela companhia, as reflexões, a leveza com que viajamos semanalmente de Chapecó a Erechim e fizemos parecer fácil a estrada que nos desafiamos a percorrer. Com saudades, agradeço ainda ao meu irmão que a vida apresentou, José Roberto Paludo, meu companheiro de lutas, sempre incentivador nos momentos de preocupação e incerteza.

Emocionado, com lágrimas sobre o teclado, agradeço aos meus, àqueles que me fazem ser eu, sem os quais não chegaria até aqui, minha Manu, camarada de lutas, de medos e com a qual compartilho minha vida, eterno apaixonado por seu olhar de amor, carinho e inspiração. A Tainá, minha irmã que tanto pedi, esperei e que me inspira a ser melhor, sou grato por ter você como parte de minha vida. Meu amigo Mário, que com orgulho chamo de pai, sua força, sua garra, sua alegria são

as crenças que me fazem acreditar, madrugar e batalhar, sem nunca esmorecer, a vida é sempre bela quando nos possibilitamos sonhar.

Dedico meu abraço mais terno e grato a minha mãe, Marlete, minha companhia e professora de estudos, foi quem mais me incentivou a cursar o mestrado, esteve sempre ao meu lado, apoiando, incentivando e cobrando, afinal, “um mestrado não é pouca coisa”. Sem você mãe, não estaria aqui, obrigado.

A verdade mora no silêncio que existe em volta das palavras. Prestar atenção ao que não foi dito, ler as entrelinhas. A atenção flutua: toca as palavras sem ser por elas enfeitiçada. Cuidado com a sedução da clareza! Cuidado com o engano do óbvio!

Rubem Alves

RESUMO

As memórias são composições dos contextos políticos, sociais, culturais, econômicos de cada época. Mediante essa complexa teia, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as representações sociais que circulam nos monumentos que celebram a memória oficial de Chapecó, SC: O Desbravador (1981) e Monumento Chapecó 100 Anos (2017), ambos inaugurados em datas festivas, por ocasião das comemorações de aniversário de 64 anos da cidade e de 100 anos de emancipação política e administrativa do município respectivamente. Nessa intenção estão implicados objetivos específicos que possibilitem compreender a relação memória, poder e identidade; identificar discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais presentes e silenciadas pela memória oficial de Chapecó; problematizar as práticas sociais celebradas, mediante as realidades mais dinâmicas e plurais com as quais as memórias se revestem. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica e documental, construída por meio de diálogo com os autores, verificação de documentos, registros oficiais, jornais, fotografia, leitura de imagem. A pesquisa se desdobra em três capítulos, evidenciando que o processo de formação de identidades (e de diferenças), que dividem o mundo social, está atrelado às representações que circundam os monumentos em questão, os quais revelam (e também escondem), anunciam (igualmente silenciam) memórias, lembranças (esquecimentos), emoções, em torno da história da colonização e do desenvolvimento de Chapecó. Entre outros aspectos, a pesquisa apontou que o desenvolvimento e o progresso de Chapecó são representados pela memória oficial, voltada para a visibilidade dos grandes feitos e heróis, deixando à margem diferentes atores e organizações: caboclos, indígenas, pequenos agricultores, mulheres, movimentos sociais, sindicatos. Todavia, a pesquisa desvelou também que a cidade, ligada à dinâmica local e global, se transformou. A Chapecó de hoje faz parte de uma realidade sociocultural híbrida – plural, contraditória, ambígua. Os monumentos, em meio às transformações da cidade, estão mais abertos à dinâmica urbana, possibilitando que a memória interaja com a mudança. Esse quadro aponta para a revitalização dos seus heróis, em meio à propaganda, ao trânsito, aos grafites, às manifestações políticas, à luta dos movimentos sociais que permanecem vivos apesar das contrariedades. Eleger os monumentos como objeto de estudo requer, portanto, problematizar representações sociais, verdades e projetos ali

defendidos pelos diversos grupos, de acordo com seus ideais de sociedade, mais do que apreciar a obra em si mesma, por imponente e grandiosa que ela se apresente. Desse modo, a pesquisa, longe de tecer conclusões acerca do tema da memória e do patrimônio cultural material de Chapecó, abre perspectivas teóricas e políticas reveladoras, no sentido de permitir duvidar, perguntar, desconfiar do que é tomado como natural, dialogar, enfim, com as contradições do presente. O estudo, tanto mais provisório que conclusivo, é, assim, um convite à leitura sempre nova sobre o tema das memórias em suas vinculações como os monumentos e as representações de classe, gênero, etnia, entre outras marcas nesses espaços perpetuadas. A memória de Chapecó e os Monumentos O Desbravador e Chapecó 100 Anos são invenções históricas e culturais que sintetizam histórias de vida, cujos significados podem ser transformados, porque culturalmente construídos.

Palavras-chave: Memória. Monumento. Representação. Desconstrução.

ABSTRACT

Memories are compositions of political, social, cultural, economic contexts of each time. According to this complex net, this research aims at investigating the social representations that circulate in the monuments which celebrate the official memory of Chapeco, SC: “O Desbravador” (1981) and Monument Chapeco 100 Years (2017), both inaugurated on festive days, on the occasion of celebrations of 64th anniversaries of the city and 100 years of political and administrative emancipation of the city, respectively. In this intention specific goals are implied, which make possible to understand the relation among memory, power and identity; identifying discourses, symbols, subjectys and social practices presente and muted by the official memory of Chapeco; problematizing the social practices celebrated, according to the most dynamic and plural realities with which the memories coat themselves. The methodology involve bibliographic and documental research, built up through dialogues with the authors, verification of documents, official registers, newspapers, phography, image reading. The research is divided within three chapters, shedding light on the process of formation of identities (and differences), that divide social world, it is attached to the representations that encircle the mentioned monuments, which reveal (and also hide), announce (equally mute) memories, remembrance (forgetfulness), emotions, concerning the history of colonization and development of Chapeco. Among other aspects, the research pointed that the development and the progress of Chapeco are represented by the official memory, turned to the visibility of the heroes and conquers, leaving aside different actors and organizations: mestizos, indians, small farmers, women, social movements, syndicates. However, the research also revealed that the city, linked to the local and global dynamic, has changed. Current Chapeco is part of a hybrid sociocultural reality – plural, contradictory, ambiguous. Monuments, in the midst of the city's transformations, are more open to urban dynamics, allowing memory to interact with change. This picture points to the revitalization of its heroes, in the midst of propaganda, traffic, graffiti, political demonstrations, the struggle of social movements that remain alive despite the setbacks. Choosing monuments as an object of study therefore requires problematizing social representations, truths and projects defended there by the various groups, according to their ideals of society, rather than appreciating the work itself, as imposing and grand as it presents itself. Thus, the research, being far from

concluding on the theme of memory and material cultural memory of Chapeco, it opens revealing theoretical and political perspectives, in order to doubt, ask, suspect from what is taken as natural, discussing, though with the contradictions of the present. The study, which is both provisional and conclusive, is thus an invitation to an ever-new reading on the theme of memories in their connections, such as monuments and representations of class, gender, ethnicity, among other marks in these perpetuated spaces. The memory of Chapeco and the Monuments “O Desbravador” and “Chapecó 100 Anos” are historical and cultural inventions that synthesize histories of life, whose meanings may be transformed, because they are culturally built up.

Keywords: Memory. Monument. Representation. Deconstruction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia do Monumento O Desbravador, visto de frente – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021.....	84
Figura 2 – Fotografia do Monumento O Desbravador, vista dorsal – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021.....	85
Figura 3 – Fotografia do Monumento O Desbravador, Placas de reconhecimento e homenagem – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021	86
Figura 4 – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó, visto de frente – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021	90
Figura 5 – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó, vista aproximada de frente – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021	91
Figura 6 – Fotografia do Monumento O Desbravador no coração da cidade, celeiro da resistência dos movimentos sociais – Chapecó (SC), 11 de novembro de 2016.....	123
Figura 7 – Fotografia do Monumento O Desbravador no movimento cotidiano da vida – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021.....	125
Figura 8 – Fotografia do Monumento O Desbravador de luto pela tragédia da Chapecoense – Chapecó, 30 de novembro de 2016	127
Figura 9 – Fotografia do Monumento O Desbravador ganha máscara – Chapecó, 24 de abril de 2020.....	127
Figura 10 – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó pichado – Chapecó (SC), 03 de outubro de 2017	135
Figura 11 – Fotografia do Monumento 100 Anos de Chapecó grafitado – Chapecó (SC), 18 de fevereiro de 2019.....	137
Figura 12 – Fotografia do Monumento 100 Anos de Chapecó, visto aos finais de semana – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021.....	138

LISTA DE SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Industrial de Chapecó
Badesc	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
Fundeste	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SC	Santa Catarina
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MEMÓRIA, PODER E IDENTIDADE	23
2.1 A MEMÓRIA COMO UM FENÔMENO HISTÓRICO-CULTURAL	23
2.1.1 O jogo da memória: lembrança, silêncio e esquecimento	39
3 ENTRELACANDO HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	47
3.1 CHAPECÓ, SOBRE ALGUNS CAMINHOS TRILHADOS.....	47
3.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO À SOMBRA DAS LENTES OFICIAIS	73
3.2.1 O patrimônio cultural do Brasil e de Santa Catarina	78
3.2.2 O patrimônio cultural material de Chapecó retratado nos monumentos.....	80
3.2.2.1 Monumento O Desbravador	81
3.2.2.2 Monumento do Centenário de Chapecó.....	87
4 A POÉTICA E A POLÍTICA DA MEMÓRIA DE CHAPECÓ	100
4.1 MEMÓRIA COMO PRÁTICA DE SIGNIFICAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO	102
4.1.1 Identidade, representação e poder	103
4.2 MEMÓRIA E MONUMENTO, MARGENS E CRUZAMENTOS: DISCURSOS, SUJEITOS E PRÁTICAS CULTURAIS PRESENTES, ESQUECIDAS, SILENCIADAS	116
4.2.1 O Desbravador no coração da cidade, celeiro da resistência dos movimentos sociais e do movimento da vida	122
4.2.2 O Monumento dos Cem Anos de Chapecó no movimento da cidade e dos interesses mercantis, históricos, estéticos e comunicacionais	133
5 CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

O mundo vive hoje profundas e perturbadoras transformações sociais, iniciadas a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças, relacionadas às novas tecnologias, modificam noções de tempo e espaço, além de apontarem para o surgimento de novas identidades e realidades, diz Tomaz Tadeu da Silva¹ (2010). Este reconhece que viver é um privilégio diante dessas novas realidades, tornando-se possível aumentar as possibilidades de melhorar a vida através do conhecimento, da comunicação, da convivência. Paradoxalmente, é triste, entretanto, também viver num tempo de desespero e dor, de violência e desvalorização humana.

Esse contexto controverso, afirma, ao mesmo tempo que abre espaço para o surgimento de novas identidades sociais e culturais, valoriza identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega, silencia outras. A memória coletiva, os lugares de memória, o patrimônio cultural podem ser incluídos nessa conjuntura, pois ali inúmeras estratégias e táticas se encarregam de firmar identidades e práticas dominantes (SILVA, 2000).

As intervenções do autor colaboram com esta pesquisa no sentido de levantar suspeita em relação às representações sociais que cercam as memórias. É pertinente, também, desconfiar dos discursos, das imagens de bronze que privilegiam ilustres colonizadores, homens brancos, coronéis dominadores e esquecem, silenciam em relação às mulheres, aos/às indígenas, aos/às caboclos, aos/às trabalhadores/as, como se eles/as não tivessem contribuição na construção da história, da memória viva de Chapecó.

Contextos políticos, sociais, culturais, econômicos de cada época permitem a constituição das memórias. Nesse cenário, mediante a complexa teia de interpretações e de possibilidades que a memória social encerra, a pesquisa “Chapecó: Memória e Monumento” tem como objetivo geral investigar representações sociais que circulam nos monumentos que celebram a memória oficial de Chapecó no contexto da colonização e o desenvolvimento do município.

¹ Tomaz T. da Silva (1948) - nasceu em Siderópolis, SC. Vive em Porto Alegre, RS, desde 1968. Licenciado em Matemática (UFRGS), mestre em Educação (UFRGS), é doutor em Sociologia da Educação pela Universidade de Stanford (EUA).

Nessa intenção, estão implicados objetivos específicos: compreender a relação memória, poder e identidade; identificar discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais presentes e silenciadas pela memória oficial de Chapecó; problematizar as práticas sociais celebradas mediante as realidades mais dinâmicas e plurais com as quais as memórias se revestem.

Vinculado às lembranças, à memória, o patrimônio cultural de Chapecó é um bem a ser preservado em respeito à formação sociocultural de seu povo, à relação que mantém com as identidades culturais, com a sua própria história. A pesquisa nasce, assim, movida pela curiosidade do pesquisador em olhar de novo, saber mais sobre o cotidiano, a realidade concreta, as lembranças e também os esquecimentos que constituem a memória oficial e o patrimônio cultural material do município.

Todavia, pela amplitude e riqueza de significados das obras que integram este patrimônio, em número de nove, estas passaram por um recorte, sendo escolhidos os monumentos. Destes, dois foram contemplados para compor o estudo, pelo fato de retratarem a celebração da memória histórica da cidade, O Desbravador (1981) e o Monumento Chapecó 100 Anos (2017), ambos inaugurados em datas festivas, por ocasião das comemorações de aniversário de 64 da cidade e de 100 anos de emancipação política e administrativa do município respectivamente.

Entrelaçados ao processo de formação de identidades (e de diferenças), que dividem o mundo social (SILVA, 2003a), estes monumentos revelam (e também escondem), anunciam (e igualmente silenciam) memórias, lembranças (e esquecimentos), emoções, em torno da história da colonização e do desenvolvimento de Chapecó. Elegê-los, portanto, como objeto de estudo requer problematizar as representações sociais que circulam nesses espaços, as verdades e projetos ali defendidos pelos diversos grupos, de acordo com seus ideais de sociedade, mais do que a obra em si mesma, por imponente e grandiosa que ela se apresente.

Toma-se inspiração no pensamento de Ricoeur (2007, p. 25), para quem “[...] a memória é uma província da imaginação e, no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança.” As figuras do Desbravador e dos empreendedores representados nos monumentos são provocativas no sentido de pensar acerca das identidades que se tornaram referenciais na construção dos monumentos que celebram a memória oficial da colonização e do desenvolvimento industrial e comercial de Chapecó.

Os caminhos da pesquisa têm, portanto, como foco a relação memória, identidade e representações sociais que circula nos monumentos que celebram a história oficial de Chapecó. Desse modo, a pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, construída por meio do diálogo com as obras consultadas e respectivos autores, bem como com documentos e registros oficiais. Destaque-se que, paralelamente às bibliografias e documentos, o estudo em torno da memória oficial de Chapecó se dá por meio da leitura de imagem das obras *O Desbravador* e *O Monumento dos Cem Anos de Chapecó*, marcos de aniversário dos 50 anos em 1981 e do primeiro centenário do município, no ano de 2017, bem como da fotografia.

Para a investigação bibliográfica, são recorrentes as contribuições do arsenal teórico de pensadores como Maurice Halbwachs², Paul Ricoeur³, Jacques Le Goff⁴, Pierre Nora⁵, Michael Pollak⁶, Michel Foucault⁷, Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall⁸, Néstor García Canclini⁹. Além desses, conta com a colaboração de escritores locais, cujas obras se voltam para a colonização do oeste catarinense e de Chapecó: Haas (2003), Paim (2003), Radin (2009), Renk (2006), entre outros.

² Maurice Halbwachs (1877-1945) – filósofo em sua primeira formação, tornando-se depois discípulo de Émile Durkheim. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou.

³ Paul Ricoeur (1913-2005) - filósofo francês no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Nasceu numa família protestante, tornando-se órfão de modo prematuro, acabou por ser criado pelos avós, que eram protestantes. Da sua criação herdou a crença na religião - cristão ao longo de toda a vida.

⁴ Jacques Le Goff (1924-2014) - historiador francês especialista em Idade Média. Autor de dezenas de livros e trabalhos, era membro da Escola dos Annales, pertencente à terceira geração, empregou-se em antropologia histórica do ocidente medieval.

⁵ Pierre Nora (1931) - historiador francês, referência entre os historiadores franceses contemporâneos. É conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, o ofício do historiador, e ainda pelo seu papel como editor em Ciências Sociais. O seu nome está associado à Nova História.

⁶ Michael Pollak (1948-1992) – sociólogo, nasceu em Viena, Áustria, em 1948, e morreu em Paris em 1992. Radicado na França, formou-se em Sociologia. Seu interesse acadêmico voltado, inicialmente, para as relações entre política e ciências sociais, junta-se à reflexão teórica sobre o problema da identidade social.

⁷ Michel Foucault (1926-1984) - filósofo, historiador, teórico social, filólogo, crítico literário e professor da cátedra História dos Sistemas do Pensamento, no célebre Collège de France, de 1970 até 1984 (ano da sua morte). Suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais.

⁸ Stuart Hall (1932-2014) - teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano que viveu e atuou no Reino Unido a partir de 1951. Hall, juntamente com Richard Hoggart e Raymond Williams, foi uma das figuras fundadoras da escola de pensamento que hoje é conhecida como Estudos Culturais britânicos ou a escola Birmingham dos Estudos Culturais. Seus estudos salientam o grau de importância assumido pela cultura na interpretação da realidade e dos comportamentos, assim como as formas pelas quais a mesma é utilizada para explicar o mundo.

⁹ Néstor García Canclini (1939) - antropólogo argentino contemporâneo. O foco de seu trabalho é a pós-modernidade e a cultura a partir de ponto de vista latino-americano. É considerado um dos maiores investigadores em comunicação, estudos culturais e sociologia da América Latina.

Importa mencionar que outros estudos sobre as obras o Desbravador e o Monumento Chapecó 100 Anos já foram realizados por Guisolphi¹⁰ (2007); Monego¹¹ (2009); Schmitz¹² (2018); Dalla Zen¹³ (2019), muito embora sob diferentes abordagens. Nesta pesquisa, os traços distintivos estão ancorados em reflexões produzidas no âmbito dos Estudos Culturais¹⁴, segundo as quais os monumentos, antes mesmo de serem concebidos como artefatos que retratam a realidade de Chapecó, são compreendidos como discursos, textos ou obras que inventam, produzem a própria realidade, influenciam e organizam tanto as ações quanto a concepção que as pessoas têm de si mesmas. Ademais, o texto assume uma postura questionadora e contra-hegemônica, no sentido de reescrever politicamente os monumentos, levando em consideração a complexidade cultural de uma cidade que se abre para o mundo.

A partir dessas premissas, a memória social, muito mais do que ferramenta, representa a própria vida, ou seja, o contexto sociocultural atuando sobre as maneiras de ser e de estar no mundo. Apoiada nesse pensamento, a pesquisa tem como referencial a valorização do pensamento, da arte e dos laços sociais para a compreensão da memória coletiva, articulada às práticas históricas, sociais e culturais. Nesse quadro, a fotografia, uma invenção do século XIX, apresenta-se e tem seu uso associado ao registro das lembranças, àquilo que pode ser lembrado, guardado, gravado na memória.

¹⁰ GUI SOLPI, Anderson José. **Análise de uma estátua antropomorfa em Chapecó, SC: “O Desbravador” e seus significados simbólicos.** 2007. Monografia (Especialização em processos Interdisciplinares em Arqueologia). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2007.

¹¹ MONEGO, Sonia. **Histórias que se revelam: Representações Simbólicas da Formação de Chapecó no monumento “O Desbravador” e no mural “O Ciclo da Madeira”.** Dissertação (Mestranda em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

¹² SCHMITZ, Gustavo Henrique. **O monumento do centenário de Chapecó: usos do passado, história e memória.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2018.

¹³ ZEN, Daniel Dalla. **A construção de representações coletivas: a semiótica no estudo do patrimônio público em Chapecó, SC.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, Santa Catarina, 2019.

¹⁴ Estudos Culturais – campo de investigação de caráter interdisciplinar que explora as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais. Não se configuram exatamente como uma disciplina distinta, mas sim uma abordagem ampla dentro das disciplinas constituídas. Por sua natureza interdisciplinar (às vezes antidisciplinar) e por sua transitoriedade, aliás, uma qualidade já implícita no próprio nome – estudos - remete a algo em constante transformação. A história deste campo de estudos está entrelaçada com os movimentos sociais e com a cultura intelectual de esquerda, constituindo-se numa questão de militância e num compromisso com mudanças sociais radicais, fortemente socialista, antiimperialista, anti-racista, favorável à nacionalização das principais indústrias e da abolição do privilégio econômico e social (SILVA, 2000).

A importância dos registros e das imagens, diga-se de passagem, tem origem na pré-história, através de pinturas nas cavernas, nas cerâmicas e outros artefatos. Ademais, a preocupação com a perpetuação humana está presente na civilização egípcia, quando, através da mumificação dos corpos, os egípcios reuniam em uma única dimensão temporal o antigo e o novo, vislumbrando a imortalidade. É possível afirmar, assim, que a fotografia e outras tecnologias imobilizam a ação do tempo sobre a humanidade, na tentativa de eternizar a vida através das imagens. De certo modo, a mumificação se renova de tempos em tempos, mediante as invenções, sendo a fotografia uma representação que possibilita registrar, ver e interpretar o mundo.

Em tempos de comunicação em rede, as pessoas se deparam cotidianamente com milhares de fotografias e, sobretudo, com a necessidade de registrar um instante, uma paisagem ou até mesmo algo corriqueiro. Com tais características, o acesso a imagens, sejam elas captadas por celulares ou por câmaras fotográficas, é revelador de épocas distintas, cada qual com demandas sociais e culturais que lhes são próprias. Todavia, em relação ao celular, além de decidir o que se quer guardar, mais instigante talvez seja perguntar se a memória social cabe num instante.

Diante disso, a ideia poética de que a fotografia congelava, em um clique, um momento da vida que se eternizaria é posta em questão. Se, por um lado, a fotografia transformou-se em algo imediatamente descartável, manipulável, por outro, faz-se cada vez mais recorrente na vida das pessoas. Ainda que de modo paradoxal, as tecnologias dialogam com as memórias, pois, dada a onipresença de imagens, dificilmente haveria alguém que ainda não tivesse feito uma selfie ou outro tipo de retrato para ser lembrado, guardado na memória.

Chapecó, em Santa Catarina, a exemplo do que ocorre no mundo e, particularmente, na América Latina, é palco de uma realidade sociocultural plural, contraditória, ambígua, cuja história está marcada pelo embate entre tecnologia e lembrança, traço, vestígio e, sobremaneira, pela luta entre a memória hegemônica e a dos silenciados, entre a oficial e as muitas memórias plurais sem visibilidade, as memórias subterrâneas.

Esse confronto revela que no terreno da memória estão em jogo questões de poder, o que faz com que a memória de um grupo específico seja válida para representar a memória de todos. Trata-se, no entanto, de imposição histórica da memória hegemônica dos setores oligárquicos sobre as demais, ou seja,

predominam memórias, marcas, traços do desbravador/colonizador europeu, que chega num sertão atrasado e, com trabalho e dedicação, traz o progresso e o desenvolvimento.

No que diz respeito ao patrimônio cultural material de Chapecó, mais especificamente nos monumentos que constituem a memória oficial do município – O Desbravador e o Monumento do Centenário –, quais sujeitos estão ali representados/as? Por que estes/as e não outros/as? Quais sujeitos foram esquecidos/as, silenciados/as? Por quê? Que leituras podem fazer desses monumentos meninos e meninas, mulheres, homens brancos/as, indígenas, negros/as, ricos/as e pobres? Que aspecto parecerá a cada um/a deles/as mais significativo?

Nesses espaços socioculturais, o/a destaque é personagem da luta concreta, ou apenas o inspirador/a da ação? Ele representa todos os homens e mulheres colonizadores/as que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento e progresso de Chapecó? Quais interesses estão presentes e até mesmo ausentes nesse feito? Certamente, inúmeras leituras e histórias podem ser (re)contadas.

Nesse sentido, as reflexões apresentadas apontam para a importância da desconstrução da memória oficial de Chapecó, agregando uns cem números de ideias, sentimentos, tonalidades, significados à memória, ao patrimônio cultural, à história do município. Essa decisão demanda posicionamento político suficiente para admitir que a supremacia de uma memória hegemônica sobre a memória dos silenciados, a superioridade entre a memória oficial e as muitas memórias plurais sem visibilidade em nada contribuem para a valorização de todos os sujeitos e grupos que ajudaram a construir a história de Chapecó. A valorização da memória é sinônimo de conquista da liberdade.

Esse olhar se avizinha das reflexões do notável Milton Santos (1994), para o qual é possível ver que o município, a cidade, o urbano se constituem num par indissociável com o mundo e o lugar – o lugar como realidade concreta, sujeita aos impactos do mundo e controlada por este. Ainda assim, esse mesmo lugar é também o espaço da existência e da coexistência, do acontecer solidário, onde está sendo gestado um novo tempo caracterizado pelo processo de resistência dos lugares, da sociedade às perversidades impostas pelo mundo. É ali no lugar, portanto, que reside a única possibilidade de resistência, de revanche aos processos

perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, da troca de informação e da construção política.

A fim de atender os objetivos a que se propôs, a pesquisa está organizada em três capítulos. O Capítulo I – Memória, Poder e Identidade – tece importantes considerações aos aspectos conceituais de memória, patrimônio e monumento. A partir de diferentes abordagens, discorre sobre os modos a partir dos quais a identidade dominante se tornou referencial à construção das identidades subordinadas. De modo não menos importante, discute acerca dos mecanismos que instituíram e, sobretudo, sustentam a posição superior de determinados grupos, através das representações sociais.

O Capítulo II – Entrelaçando História, Memória e Patrimônio – situa a memória oficial junto à historiografia local e aprofunda a ideia de uma memória oficial da cidade de Chapecó que silenciou outras memórias. Atravessados por relações de poder, os lugares de memória oficial privilegiam determinados grupos e práticas culturais, colocando outros em desvantagem, seja pelo silêncio, seja pelo esquecimento. Nesse sentido, apresenta o Monumento O Desbravador e o Monumento dos 100 Anos de Chapecó, ambos inaugurados em datas festivas de aniversário do município. A narrativa se dá em torno dos discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais que compõem a memória oficial de Chapecó.

Já, o Capítulo III – A Poética e a Política da Memória de Chapecó – serve-se dos conceitos de representação, identidade e poder para impulsionar o debate em relação às práticas de significação e de representação social que cerceiam o patrimônio cultural material de Chapecó, destacadamente os Monumentos O Desbravador e do Centenário, construídos em homenagem ao aniversário de 64 anos e de 100 anos do município respectivamente. O texto abre espaço para múltiplas interpretações acerca de identidades, sujeitos e grupos privilegiados e até mesmo esquecidos e silenciados nos discursos, nas práticas sociais de Chapecó. Na teia das relações de poder, a pesquisa se tece em trama, de onde outros significados poderão surgir e ser incorporados à memória oficial de Chapecó.

A Conclusão, por sua vez, caminha na direção de argumentar acerca das relações traçadas entre memória e o que é fabricado, inventado, escondido, silenciado como realidade. Avaliando a possibilidade de ampliar os olhares, questionar, pensar a memória oficial de Chapecó para além da história oficial, aponta-se para a relevância do patrimônio cultural material como construção

histórica, síntese das histórias vividas, cujos significados podem ser transformados, porque culturalmente construídos.

2 MEMÓRIA, PODER E IDENTIDADE

No terreno da memória, as reflexões acontecem a partir de diferentes campos do conhecimento. Nesse sentido, o texto traz perspectivas de análise que permitem articular as categorias memória social e identidade como espaços de produção de subjetividades. A problematização dessas categorias se dá em torno dos modos a partir dos quais a identidade dominante se tornou referencial à construção das identidades subordinadas, assim como mecanismos que instituíram e, sobretudo, sustentam a posição superior de determinados grupos, através das representações sociais.

As linhas que seguem tecem, portanto, importantes considerações no que diz respeito aos aspectos conceituais de memória como lugar de representação simbólica e jogo de poder. Os argumentos se complementam e, a partir de diferentes lugares de saber, encontram um no outro apoio e condição.

2.1 A MEMÓRIA COMO UM FENÔMENO HISTÓRICO-CULTURAL

Até pouco tempo, confundia-se história e memória como símbolos de (re)memoração, reminiscência, recordação, apenas. História e memória, no entanto, comportam diferentes interpretações, por vezes adversas. Importante destacar que a pesquisa não se restringe ao uso da memória como propriedade da inteligência, conjunto de atividades cognitivas ou, meramente, ato de recordar. Todavia, é inegável que avanços técnico-científicos na área da cibernética e da biologia tiveram impacto sobre a noção de memória, uma espécie de aproximação desta com a máquina e a vida: computadores possuem memória, o código genético é apresentado como uma memória da hereditariedade. O debate se dá, por outro lado, com base em teorizações mais complexas acerca do fenômeno da memória, para além de aspectos psicológicos e biológico envolvidos e, por isso, os conceitos e significados comportam diferentes versões.

Na Antiguidade, os estudos de Platão já contemplavam a memória, comparando-a com um bloco de cera no qual as lembranças ficariam gravadas e, quando necessário, retomadas. No Oriente antigo, por exemplo, as inscrições comemorativas deram lugar à multiplicação de monumentos. Na Mesopotâmia,

predominaram as estelas, colunas ou placas de pedra em que os reis imortalizavam seus feitos através de representações figuradas, acompanhadas de inscrição.

A expansão capitalista, o processo crescente de urbanização, entre outras transformações de impacto que marcaram o século XIX, influenciam nas representações construídas em torno da memória e da história. Nesse tempo, história e memória agregavam o mesmo significado. Essa aliança entre história e memória é fundamental na invenção das tradições, no surgimento de novos símbolos para fortalecer o sentimento da identidade nacional. Formava-se, assim, uma espécie de elo sagrado entre memória, história e nação.

Essa organização social exigiu, segundo o historiador Eric Hobsbawm, novos mecanismos de controle, capazes de orientar as relações sociais e políticas:

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças. (HOBSBAWM, 2017, p. 334).

Em meio às transformações de impacto, a Modernidade desenvolveu forte apego aos símbolos, às representações da memória. Daí o surgimento de espaços de preservação do passado, como os museus, por exemplo, mesmo que ali não esteja retratado o passado em suas múltiplas dimensões, lutas, conflitos. E, com o objetivo de legitimar sua atuação e manter sob o controle a memória coletiva dos membros de uma sociedade que se transformava constantemente, as autoridades da época precisaram investir fortemente na reconstituição, na “invenção das tradições”. “Os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos [...]” (HOBSBAWM, 2017, p. 334).

É desse modo, a partir do século XIX, que os estudos da memória tomam corpo, através de Sigmund Freud, o fundador da Psicanálise. Diferentemente de Platão, para quem a mente humana funciona como um depósito de lembranças, Freud defende o caráter seletivo da memória. Melhor dizendo, as lembranças podem ser escolhidas, selecionadas parcialmente, a partir de estímulos externos.

Já no século XX, influenciados especialmente por estudos na área da linguística, que a partir da década de 1950 incorporam posições teóricas mais

fecundas, pesquisadores são levados a aproximar a memória de fenômenos ligados às ciências humanas e sociais. Os argumentos vão sendo construídos num quadro de aproximações possíveis entre memória social e memória individual, história e cultura, a partir da contribuição de diferentes pensadores e áreas do conhecimento.

Na direção contrária à formação de uma memória coletiva unificada, esse período olha com atenção para a multiplicidade das memórias e investe na aproximação entre memória social, memória individual e história. Nessa relação, é possível afirmar que o passado permanece vivo através das lembranças e o conceito unificado de história e memória que predominou no século XIX dá lugar a uma narrativa que trata do passado como algo que não está morto.

Por sua vez, o debate entre história e memória na historiografia contemporânea inicia com a história aliada à memória, a qual, no decorrer do tempo, passa a ser subjugada pelo trabalho da pesquisa histórica. É desse modo que o século XXI, ainda mais impactado pelas mudanças em todas as áreas do desenvolvimento humano, se engaja em pensar uma nova configuração para os conceitos de memória, história e patrimônio, assegurando especificidades e aproximações entre eles. Se, por um lado, a história se utiliza da memória na elaboração do passado, de outro modo, ela própria nega a posição de prestígio dessas memórias, das quais se considera crítica.

Entre os pensadores que deixaram um legado importante para as Ciências Humanas, utilizando-se de um olhar sociocultural, o campo da memória conta com a notável contribuição de Maurice Halbwachs¹⁵. A partir de sua tese de doutorado, *A Classe Operária e os Níveis de Vida*, ele inicia suas reflexões sobre a diversidade que envolve as classes sociais, enfatizando a importância da cultura e das relações sociais na constituição das memórias.

Através de uma de suas principais obras – *A Memória Coletiva* –, publicada somente após sua morte, em 1950, Halbwachs avança na tentativa de desmitificar o caráter da memória como fenômeno natural, que independe das influências do meio social. Ao contrário, analisando a memória pelo viés sociológico, ele enfatiza o seu

¹⁵ Maurice Halbwachs – nasceu em Reims, em 11 de março de 1877, e faleceu num campo de concentração em Buchenwald, em 16 de maio de 1944. Sociólogo francês da escola durkheimiana, escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, sendo que sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou.

caráter coletivo: as comemorações, as histórias narradas, as lembranças produzidas coletivamente constituem a base social sobre a qual a memória se constrói. Porém, suas publicações em torno do tema da memória iniciam com a obra *Os quadros sociais da memória*, de 1925, e prosseguem com *Topografia legendária dos Evangelhos na Terra Santa*, de 1941, e *A memória coletiva* (publicação póstuma), de 1950.

Desfrutando de recordações de sua própria infância – passeios, viagens, visitas –, Halbwachs (2006) admite a importância dos aspectos individuais na constituição da memória, porém sublinha a relevância do contexto social, em que a família se apresenta como o primeiro grupo social ao qual a criança pertence e cuja influência é fundamental na constituição das primeiras lembranças, que irão fazer parte da memória coletiva. O sociólogo valoriza, portanto, o caráter social da memória, afirmando que a memória coletiva exerce influência sobre a memória individual, isto é, a memória vai sendo construída na direção do social para o individual (PEREIRA; WEBER, 2010).

Nesses termos, as lembranças que irão compor as memórias têm um fundo social, coletivo e se materializam, portanto, nos espaços sociais a partir da família em direção aos demais grupos. Estabelecendo aproximações entre Psicologia e Sociologia, sociedade e pensamento, o autor reafirma a importância do contexto como base para a construção da memória coletiva. Ele institui, assim, o caráter social da memória, sendo esta edificada no contexto social.

Para Halbwachs, o mundo está sendo antes mesmo do nascimento dos indivíduos e em cujo contexto fatos históricos marcantes já estão acontecendo. As lembranças só não são possíveis porque os fatos não foram vivenciados. A família, a escola e outros grupos sociais, a escrita e outros registros se encarregarão de manter as memórias vivas de uma geração a outra, através da história.

Na defesa desse caráter eminentemente social da memória e, ao mesmo tempo, reconhecendo a importância dos registros para a preservação das lembranças, Halbwachs (2006) atribui significados diferentes à memória e história. Para ele, as histórias narradas, as lembranças produzidas coletivamente irão compor a história oficial, cujo registro é a garantia de preservação da memória, pois “os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” (HALBWACHS, 2006, p. 101). Ou seja, a história entra em ação no momento em que a memória social de um grupo se perde, se oculta e o registro das narrativas se

torna condição indispensável para que a memória dos acontecimentos não seja esquecida, silenciada. Contudo, a memória social, repositório vivo da história, passa por um processo de seleção segundo o olhar de quem escreve.

A memória coletiva caracteriza-se pela mudança, uma espécie de “corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2006, p. 102). O exercício de preservação das memórias é contínuo e se alimenta do material fornecido pela história: discursos, vestígios, fontes escritas e orais em torno de acontecimentos e de grandes personagens.

A dinâmica da vida é que dá tonalidade às memórias coletivas, às representações sociais, àquilo que se pensa e diz sobre objetos, personagens e acontecimentos. A memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida no interior das determinadas sociedades (PEREIRA; WEBER, 2010).

A história, por sua vez, refere-se aos registros escritos, aos conhecimentos relativos ao passado da humanidade e sua evolução nos diferentes tempos e espaços, ao passo que a memória é fruto dos testemunhos de uma época, vinculada a práticas sociais, costumes, saberes, significados, presente em movimento. Um movimento que atravessa gerações, dos mais velhos aos mais jovens, vai tecendo lembranças que se transformam em vida com sabor de agora.

Ainda que considerado o marco divisor nos estudos da memória, o pensamento de Halbwachs é alvo de críticas por parte de alguns autores, porque ele, inspirado em Durkheim, valorizou mais o traço social da memória em detrimento da relação entre a memória social e a memória individual. As reprovações ocorrem principalmente em relação à noção que Halbwachs desenvolve sobre a memória como fenômeno social, coletivo, deixando pouco espaço para a contribuição dos aspectos individuais das lembranças.

A crítica a Halbwachs recai sobre a valorização da memória como um fenômeno predominantemente social. Nesse sentido, Portelli (2005, p. 127) adverte: “[...] não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas e não grupos se lembram. [...] se toda a memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira.” Portelli concorda que a memória é um fenômeno social, porém ela só se materializa nos discursos

individuais, e só pode ser coletiva quando separada do individual, no mito, no folclore, nas instituições, tais como escola, Igreja, Estado, partido.

É inegável, apesar da crítica, que as noções propostas por Halbwachs (2006) são fundamentais aos estudos da memória, tanto que, posteriormente a estes, pesquisas envolvendo esse tema não mais podem desconhecer a importância de sua obra. Assim, Pierre Nora, notável historiador, influenciado pelo conceito de memória como fenômeno social formulado por Halbwachs, de modo ainda mais radical, não só diferencia como também opõe os conceitos de história e memória. Para ele, a memória diz o que a história escreve:

[...] memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...], a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

A memória desempenha um papel que pode ser comparado ao mito nas sociedades tradicionais, no sentido de organizar as relações sociais. Ela é viva e dinâmica, “ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todo-poderosa, espontaneamente atualizadora [...], conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos” (NORA, 1993, p. 8).

Contrariando essa dinamicidade da memória, a história se limita a relatar, descrever, eleger, selecionar fatos, acontecimentos, informações que determinadas sociedades guardaram como referências do passado. O pensador denuncia que a história moderna, ao ocupar-se do passado como algo distante e desconhecido, ofusca, tira o brilho da memória. Por sua vez, a memória encerra valores e significados que atuam no processo de construção de identidades, marcadas pela multiplicidade, mas também por preconceito, discriminação, dominação. Assim, memória e identidade têm em comum a subjetividade, a individualidade humana, a vida no presente, mesmo quando falam do passado.

Nora (1993) certifica, assim, que a relação da história com a memória é complexa, pois, no âmago da História, há uma disposição, um arranjo subversivo, revolucionário, avesso ao pensamento espontâneo, habitual, apenas. Postula, desse modo, que as memórias se caracterizam pela diversidade, heterogeneidade e

multiplicidade: “[...] há tantas memórias quantos grupos existem; ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.” (p. 9).

Na esteira da influência de Halbwachs e de Pierre Nora, o sociólogo Michael Pollak (1992), de sua parte, agrega à discussão a dimensão subjetiva, individual da memória, não contemplada nas abordagens de Halbwachs.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. [...] no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante (POLLAK, 1992, p. 201).

E o autor segue questionando:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. [...] um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

[...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. [...] lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. (POLLAK, 1992, p. 201-202).

De acordo com o exposto, o autor afirma que existe uma relação entre memória social e memória individual, a qual precisa ser considerada. Ao lado da subjetividade humana, estão envolvidos acontecimentos, pessoas, personagens, lugares na construção da memória, tanto individual como social. Em relação à

contribuição dos lugares na formação da memória individual, o sociólogo cita como exemplo um lugar de férias na infância que permaneceu muito forte na memória da pessoa, independentemente do tempo transcorrido. Quanto à memória social, aponta os monumentos.

Nas explanações de Pollak, é possível perceber que a discussão traz um aspecto acerca da memória não abordado por Halbwachs: a dimensão subjetiva, individual da memória. Sem dúvida, ele argumenta sobre a importância da memória como fenômeno social, mas também individual, subjetivo. A construção individual da memória é um aspecto importante a ser considerado, à medida que a subjetividade, a individualidade é que dão sustentação à memória social: “a memória é um fenômeno construído social e individualmente” (POLLAK, 1989, p. 204).

A memória individual, segundo Pollak, pode ser tanto consciente como inconsciente, porém organizada em função do que grava, recalca, exclui, relembra. Já a memória social é constituída por acontecimentos, personagens e lugares, sendo organizada de acordo com o cenário político, e pode atravessar gerações. Nesses termos, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, individual e coletiva” (POLLAK, 1989, p. 204). Isso significa dizer que memória social e a memória individual são fenômenos inter-relacionados, os quais não podem ser compreendidos como essências, propriedade de uma pessoa ou de um grupo. Por isso mesmo, memória e identidade estão sempre em processo de construção, de transformação.

Pollak (1992), inicialmente dedicado ao estudo dos aspectos políticos da memória social, abraça, no decorrer de suas pesquisas, a questão da memória individual no âmbito das histórias de vida em situações limites. Entre outros temas polêmicos, sobressai um estudo de caso de mulheres sobreviventes dos campos de concentração, explorando as ligações entre memória social e identidade.

A partir dessas investigações, ele reconhece que o campo político da memória social constitui-se num terreno minado, onde concorrem distintos interesses. Ali são comuns os conflitos, são travadas disputas, realizadas escolhas para determinar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, quais datas e acontecimentos serão gravados na memória do povo. Por isso, tanto a memória quanto o esquecimento tornam-se dois lados ou mais de uma mesma moeda.

Em analogia à tradição positivista de Durkheim, seguida por Halbwachs, segundo a qual os fatos sociais devem ser vistos como “coisas”, manifestações que

só podem ser determinadas através de investigação empírica, Pollak amplia as possibilidades de leitura, introduzindo a dimensão cultural em suas análises acerca da memória. Se, para Halbwachs, seguindo a linha de Durkheim, a memória coletiva era um fato social a ser tomado como coisa – à medida que fundamentava e reforçava os sentimentos de pertencimento ao grupo –, para Pollak, a ideia de memória coletiva sofre uma espécie de inversão: “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (1989, p. 2).

No terreno da memória, a dimensão cultural possibilita compreender que não se trata apenas de preservar e até mesmo impor, enquadrar determinados objetos, personagens e acontecimentos ou memórias sociais, mas, sim, perceber que as memórias são plurais, múltiplas, por vezes contraditórias – comportam pontos de equilíbrio e tensões entre elas, convertendo-se em espaço de disputa, de poder.

Compreender, portanto, as memórias como fenômeno sociocultural implica não definir puramente qualidades e traços particulares dos acontecimentos, personagens e lugares, mas perguntar: o que se diz ou se pensa sobre as memórias sociais? Como estas são representadas e o que socialmente se construiu sobre elas? Quais memórias serão valorizadas e defendidas? Quais serão esquecidas, silenciadas, impostas? Quais serão dignas de memorar, celebrar? Por que essas e não outras?

Essas e outras perguntas podem apontar para a composição de outros significados a serem agregados ao conceito de memória. Esta que habita territórios em constantes disputas, onde sequer o trabalho diário de enquadramento é capaz de garantir sua estabilidade e subsistência. Nenhum grupo social ou instituição, por duradouros que possam parecer, têm permanência assegurada. “Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.” (POLLAK, 1992, p. 206).

O autor prossegue afirmando que o exercício de enquadramento, guarda e preservação das memórias é contínuo e se alimenta do material fornecido pela história. Para isso, corporifica-se nos discursos em torno de acontecimentos e de grandes personagens e segue a trilha dos objetos materiais:

[...] monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, freqüentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade. Nesse sentido, não podemos nós todos dizer que descendemos dos gregos e dos romanos, dos egípcios, em suma, de todas as culturas que, mesmo tendo desaparecido, estão de alguma forma à disposição de todos nós? O que aliás não impede que aqueles que vivem nos locais dessas heranças extraiam disso um orgulho especial.

Nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são, como mostrou Dominique Veillon, de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores. (POLLAK, 1989, p. 8-9).

De modo intenso, porém sutil, no terreno da memória, estão em jogo questões de poder, cuja ação faz com que o pensamento de um grupo específico seja válido para representar a memória de todos. Desse modo, os laços entre memória e poder vão-se definindo sob viés ideológico em que as concepções de mundo de determinados grupos, a memória hegemônica dos setores oligárquicos, se impõem sobre as demais (ANSARA; DANTAS, 2015). Na perspectiva desta pesquisa, pode-se afirmar que o contexto histórico privilegia a memória do desbravador/colonizador europeu, que chega num sertão atrasado e, com trabalho e dedicação, traz o progresso e o desenvolvimento, como se esta terra já não estivesse sendo habitada por indígenas e caboclos.

À vista disso, reitera-se que a memória é um conceito complexo e controverso, porque matéria ideológica e política. A memória não é em si ideológica, mas atua com base na ideologia ou na visão de mundo dominante, sobre os excluídos. E, a fim de institucionalizar a memória dos vencedores e consolidar o poder instituído, essa carga ideológica age através de dispositivos e estratégias, como esquecimento, manipulação de fatos e acontecimentos, ocultação das relações de dominação, criação de versões distorcidas do passado.

Assim, falar em memória exige atenção redobrada sobre a linguagem, os discursos que circulam, lembranças e esquecimentos, gestos, palavras; cuidado em relação ao que é dito mas, principalmente, em torno do que é silenciado, escondido, acerca de saberes, crenças, comportamentos, sentimentos, emoções, práticas sociais dos diferentes grupos.

Para esses coletivos, “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.” (HALBWACHS, 1950/1990, p. 71). A memória é, pois, uma recomposição do presente e se apoia na linguagem e nas práticas sociais para construir seus significados. O importante não são os fatos em si, mas a relevância que possuem nas relações sociais. Esses significados podem estar carregados de ideologia se calcados em ideias fixas ou verdades incontestáveis.

O contexto da ditadura militar brasileira, com suas estratégias de terror, perseguição e tortura, serve para ilustrar o processo de manipulação ideológica, a serviço dos grupos dominantes, utilizada para impor uma memória oficial e forjar o esquecimento para grande parcela da população brasileira sobre o que representou e ainda representa esse período vergonhoso da história brasileira na construção de uma sociedade democrática e, por conseguinte, de memórias coletivas mais plurais.

No Brasil, a normalização, via violenta repressão, tomou a forma do ‘milagre econômico’ dos anos 1970, da ‘distensão, lenta, gradual e segura’, da ‘abertura’, da anistia submetida ao veto militar e marcada pela interdição de investigação do passado, de fortes prerrogativas militares institucionais, da mais longa transição, que concorre para o esquecimento ou diluição da memória coletiva, do terror implantado pela ditadura militar. (CARDOSO, 2001, p. 149-150).

As articulações possíveis entre memória, ideologia e política provocam dúvida e questionamento não somente sobre a memória como sinônimo de preservação da história mas, principalmente, acerca das disputas que estão implícitas nas memórias, decorrentes das representações sociais que circulam. Note-se que, na condição de instrumento a serviço das forças dominantes, apenas as memórias que servem aos interesses do poder estabelecido são ideológicas, pois compete às ideologias produzir explicações e interpretações que reforçam e legitimam relações de dominação (ANSARA; DANTAS, 2015).

Cabe destacar, porém, que o exercício do poder escapa a qualquer tipo de controle. Tal afirmativa pode ser comprovada nos rastros deixados pela ditadura militar brasileira na tentativa de impor uma memória oficial e, ao mesmo tempo, produzir o esquecimento entre a maioria da população brasileira sobre as atrocidades cometidas nesse período monstruoso da história do País. Apesar de

toda a violência e repressão utilizadas pelo Estado e os setores dominantes da sociedade, na pretensão de impor suas verdades e negar a edificação de memórias coletivas mais plurais e, por conseguinte, a construção de uma sociedade democrática, o autoritarismo e a tirania encontraram resistência.

Por conta das controvérsias, a memória oficial entra em confronto com a memória dos grupos abaixo, considerados sem importância, entre os quais, os movimentos sociais, sindicatos e grupos do espectro político de esquerda. Estes, em posição contra-hegemônica, entram em cena para realizar a disputa desse passado, fazendo lembrar – mesmo com vozes menos potentes – a repressão e a violência do regime militar, afrontando uma memória oficial que visava à imposição de silêncios.

De certo modo, a institucionalização de uma Comissão Nacional da Verdade¹⁶ durante o governo Dilma significava a oficialização, o reconhecimento de memórias mais plurais, reivindicadas pelos diferentes grupos. Pode-se afirmar, talvez, que tal propósito não tenha sido questão primordial, mas certamente incomodou demais as Forças Armadas, a ponto de contribuir para o golpe civil-militar-jurídico e midiático¹⁷ contra a presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2014 e efetivado em 2016.

Para ajudar o compor o cenário de influências de Halbwachs e a crítica em torno das disputas implícitas nas memórias, que reforçam e legitimam relações de dominação, Jacques Le Goff se junta a Nora, Pollak e aos demais pensadores, explorando o conceito de memória na perspectiva coletiva, seja ela oficial ou extraoficial, ideológica ou não. Com essa característica, trata-se, pois, de um fenômeno sociocultural e não de um processo estritamente individual. A memória

¹⁶ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada durante o governo presidencial de Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, com o propósito de “resgatar a memória de violações aos direitos humanos” promovidas por Agentes do Estado contra opositores políticos entre os anos de 1946 e 1988 (Cf. Relatório CNV). A CNV surgiu para somar esforços na averiguação de casos de mortos e desaparecidos políticos, colaborando, dessa forma, com os familiares que desconheciam os reais paradeiros de irmãos, filhos, pais que desapareceram no período em questão. A Comissão respaldou-se na Lei 12.528, que prevê a nomeação de sete brasileiros idôneos para compô-la, designados pela presidente da República. Para reconhecer esses crimes e indenizar as vítimas, foi necessário reinterpretar a Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979. (Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em: 13 de jan. de 2021).

¹⁷ O processo de impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita e reeleita ao cargo de chefe do Executivo Federal, começou a ser gestado quando o candidato do PSDB mineiro, Aécio Neves, não aceitou a derrota nas urnas no ano de 2014. As alegações para o afastamento da mandatária eram frágeis: crime não havia, o que havia era uma conspiração, segundo petistas e progressistas de modo geral. (Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/31-de-agosto-4-anos-do-golpe-contra-dilma-e-a-democracia>>. Acesso em: 13 jan. 2021).

coletiva está ancorada em quadros sociais coletivos – grupos, instituições, linguagem, tempo e espaço – que a servem como referência.

Em sua obra *História e Memória*, Le Goff (2003), utilizando-se inicialmente de conhecimentos produzidos nos campos psicológico e biológico, refere-se à memória como um conjunto de funções psíquicas, a qual permite às pessoas guardarem determinadas informações, atualizar impressões ou informações passadas, ou consideradas passadas. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 2003, p. 469). As perturbações da memória, com atenção para a amnésia, por sua vez, estão ligadas ao campo da psiquiatria.

Mas, no decorrer da obra, esse pensador vai alargando conceitos, de onde passa a ver memória coletiva e memória social no mesmo sentido: objeto da história. Por isso, “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido dessa relação nunca acabada entre o presente e o passado” e que cabe à história “ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 2003, p. 29).

Apostando nessa relação entre memória e história, e a exemplo de Pollak, Le Goff (2003) reconhece que a memória social e individual se constitui em espaço de luta e, conseqüentemente, de poder. A memória é, portanto, instrumento e objeto de poder, ao mesmo tempo. Isto posto, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (p. 422).

Nessa perspectiva, o pensador sustenta que a memória passou a ser um campo de estudos privilegiado:

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha [...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2003, p. 469).

A memória assume, desse modo, uma função social, por meio da linguagem. Inclusive as perturbações da memória, identificadas com amnésia, pela falta ou perda da capacidade de fala, podem ser compreendidas à luz das ciências sociais. Na interpretação das ciências sociais, a amnésia é vista não só como uma

perturbação em relação à personalidade do indivíduo, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva dos povos. “[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. [...] Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 2003, p. 426).

Com base nos estudos de Pierre Nora, que considera a história sob pressão das memórias coletivas, Le Goff faz referência a uma “nova memória coletiva”. Eis que a memória se transformara num bem de consumo, que as sociedades estão ávidas por “comprar” e proteger contra o esquecimento, nos “lugares” apropriados. Seus argumentos adquirem tom de indignação quando se referem à superioridade com que se trata a memória em relação à história. Para ele, deveria ser o contrário: a memória como objeto, fonte para a história.

A crítica de Jacy Alves de Seixas, por sua vez, reprova essa posse da memória pela história, pois, na condição de prisioneira da história, só restaria à memória ficar confinada nos “lugares de memória”. Segundo a autora, essa visão reduz a importância da memória à função de auxiliar da história. Para evitar reducionismos, a autora propõe uma nova abordagem aos estudos da memória, incluindo “a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas; a função criativa inscrita na memória de atualização do passado” (SEIXAS, 2001, p. 44).

Além disso, de olho na tese central de Halbwachs, a qual atribui à memória a função de reconstrução do passado com base no tempo presente, a própria autora aponta equívocos no papel desempenhado pelas memórias. Se, de um lado, a memória influencia na construção de identidades, de outro, se reveste de violências e exclusões. Diga-se, de passagem, que Seixas (2001) projeta as formulações de Halbwachs numa dimensão ainda pouco ensaiada por outros pensadores.

Entre outros comentários, a autora dirige-se também a Nora (1993), por considerar que ele está entre aqueles que acreditam na qualidade plural, diversa e, ao mesmo tempo, complexa das memórias coletivas. De modo idêntico, ela repara as formulações de Pollak e de Le Goff, as quais veem a memória como um espaço de poder, de disputas e de conflitos, muito embora essas dimensões não constem nas análises de Halbwachs.

Nos caminhos de (re)interpretação dos significados de história e de memória, destaca-se, também, o trabalho do filósofo Paul Ricoeur, o qual, em meados dos

anos 90, empreendeu fecundas reflexões sobre essas temáticas. Tomando como referência as formulações iniciais de Halbwachs, mas, ao mesmo tempo, considerando o esgotamento de memórias voltadas para homens ilustres e para grandes acontecimentos, o retrocesso de memórias extraordinárias em proveito de memórias múltiplas, Ricoeur (2007) problematiza os significados construídos em torno da memória, individual e social.

Enquanto Halbwachs (2006) faz uma análise sociológica da memória, situando-a como um elemento coletivo, colocando os aspectos importantes da comemoração, das histórias narradas, das lembranças produzidas coletivamente e que são necessárias, e como isso constituiu a memória coletiva, Ricoeur (2007), por sua vez, traz para discussão da memória novamente a dimensão subjetiva, individual. Ele afirma que, sem dúvida, a memória coletiva é importante, contudo a memória é uma elaboração individual, envolve uma questão subjetiva, e esse aspecto da memória é importante porque, sem essa elaboração pessoal, individual, não haveria reconhecimento nessa memória coletiva.

Note-se: ambos discutem a questão da subjetividade na construção da memória e, nessa polêmica, o importante é que Ricoeur não nega o pensamento de Halbwachs, mas, ao lado da dimensão social, acrescenta a importância da dimensão individual na constituição da memória. Nesse embate entre memória coletiva e memória individual, Ricoeur concorda com Halbwachs nos termos de que as lembranças se fortalecem graças às narrativas coletivas, que, por sua vez, se nutrem nas comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva.

Por sinal, o filósofo aponta dois elementos importantes no trabalho de construção da memória: a “rememoração” e a comemoração. A primeira, entendida como uma elaboração individual da memória; esta última, relacionada ao trabalho de construção da memória coletiva – ou seja, as “rememorações” são subjetivas e as comemorações têm elos sociais. Ricoeur (2007) ressalta, desse modo, que há um entrecruzamento entre a história e a realidade, uma conexão entre o aspecto individual e o coletivo na produção das memórias.

E, mais, ele também defende que essa conexão se dá por meio da linguagem e das narrativas de memória. Então, a linguagem é portadora da memória, e só através da linguagem, da narrativa, se expressa essa interconexão entre a memória individual e a memória coletiva. Ou seja, a memória individual não é determinada

pela memória coletiva como apregoa Halbwachs (2006). Sim, a memória individual se constrói na relação com a memória coletiva. Há, portanto, relação, interconexão entre ambas e não somente uma determinação de fora para dentro, do coletivo sobre o individual.

Ricoeur (2007) realça os aspectos individuais, a subjetividade da memória, pois, ao lidarem com a sua subjetividade, com o seu mundo interior, as pessoas vão construindo suas identidades e estas estão interconectadas com os grupos, com as comunidades onde as memórias coletivas são elaboradas. A título de exemplo: ser brasileiro não está definido somente pelo aspecto coletivo da memória de Brasil oficial que foi constituído, mas o brasileiro constitui sua subjetividade em relação a essa memória também. Sendo assim, é possível afirmar que a memória individual e a memória social se instauram e se cruzam mutuamente.

Nos termos dessa nova abordagem acerca da relação entre a memória social e a individual, memória e história, o pensamento ricoeuriano, nas palavras de Silva (2002), confirma que não é possível a dissociação entre memória e história, até então admitida. A interconexão entre a história e a realidade, a afinidade entre o aspecto individual e o coletivo na produção das memórias, elaboradas respectivamente no trabalho de rememoração e comemoração, segundo Ricoeur (2007), são edificadas cotidianamente. As diversas comunidades, cidades, grupos religiosos, partidos políticos atuam na produção coletiva dessas memórias, as quais se manifestam nas comemorações – ritos, símbolos, história oficial a ser guardada, nos heróis a serem celebrados.

Mas, ao mesmo tempo, esses grupos são formados por indivíduos, cujas subjetividades, lembranças, disputas são próprias de cada um. Às vezes, ser parte de um grupo exige enfrentamento à coletividade do outro, e o indivíduo vai produzindo suas próprias memórias, sua própria subjetividade; identifica-se com algumas coisas, nega outras e, assim, vai sendo construída a memória subjetiva, individual. Desse modo, o processo de elaboração individual da memória – rememoração – está intimamente ligado ao processo de elaboração social da memória – comemoração.

2.1.1 O jogo da memória: lembrança, silêncio e esquecimento

Na historiografia contemporânea, a construção de conceitos acerca das temáticas história e memória se dá a partir de uma relação conflituosa. Consequentemente, o debate sobre o papel da história e da memória na constituição da sociedade contemporânea, por parte dos historiadores, sociólogos, filósofos, se dá nesse clima de tensão e de disputa. História e memória envolvidas em complexas tramas de poder.

Interessa destacar, ainda, que, nesse trabalho de construção da memória individual e social, Ricoeur (2007) pondera sobre os usos e abusos da memória e do esquecimento. Para ele, a memória, em função das próprias singularidades, está sujeita a fragilidades e abusos, seja pelo excesso, seja pela insuficiência de seu uso social. A fragilidade da memória (individual e/ou coletiva) nas histórias nacionais é passível de leituras distintas. Se, em determinados países, como na França, o excesso de memória, revelado pelo fenômeno das numerosas comemorações de datas históricas e pelas múltiplas “rememorações” individuais, pode dar margem a abusos, em contrapartida, em países totalitários, a insuficiência da memória, em razão de sua própria manipulação política, propicia utilizações ideológicas do presente e do futuro desse mesmo passado. Em ambos os casos, os abusos da memória são perceptíveis.

Ao lado de um trabalho da lembrança, necessário à preservação da identidade nacional, um trabalho do esquecimento, visando a um justo equilíbrio da distância temporal, torna-se, portanto, inevitável, de acordo com Ricoeur. Desse modo, a história se confronta, por um lado, com a fragilidade afetiva da memória; por outro, com seus abusos vinculados às manipulações da história.

Em “‘Rememoração’ / comemoração: as utilizações sociais da memória”, Helenice Rodrigues da Silva (2002) ilustra o pensamento de Ricoeur a respeito das fragilidades e abusos da memória, recorrendo a Tzvetan Todorov:

A esse propósito, Tzvetan Todorov, em seu livro *Os abusos da memória*, insiste sobre a indissociabilidade da memória a um trabalho de esquecimento. “A memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois”. Os abusos da memória estariam ligados diretamente a perturbações e a feridas da identidade dos povos; em outras palavras, às crises identitárias (inseguranças e medo das diferenças). Esses abusos

remetem à confrontação da identidade em relação ao tempo e ao Outro. Ao lado dessas “feridas coletivas”, em grande parte simbólicas, encontra-se a violência efetiva, cuja presença se manifesta na fundação das identidades, principalmente coletivas. Essas feridas são assimiladas, na maioria das vezes, em guerras, uma vez que as comunidades históricas se constituíram, em grande parte, por meio de atos violentos (por exemplo: a descolonização de alguns países africanos e, por que não dizer, a descoberta da América, seguida pelo genocídio indígena). Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem, lembra Ricoeur, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações. (SILVA, 2002, p. 431).

Sobre memória e esquecimento, Ricoeur (2007), corroborando o pensamento de Todorov, aponta uma relação íntima entre esses elementos. Para ele, o esquecimento não é o oposto da memória; antes, existe uma dinâmica em que o esquecimento é parte da memória, um não existe sem o outro. Isto posto, tanto a memória quanto o esquecimento, o dito e o não dito fazem parte de um mesmo processo de representações, as quais ideologicamente desempenham a função de legitimar relações de dominação e instituir verdades que beneficiem a ordem estabelecida. A oficialização e a institucionalização das narrativas, de algum modo, garantem sua sobreposição em relação a outros enunciados, promovendo, assim, sua preservação histórica e transformando-as em convenções sociais (RICOEUR, 2007).

No início do livro *A memória, a história e o esquecimento*, Ricoeur aponta que as fragilidades entre história, memória e esquecimento se devem ao “Excesso de memória aqui e o excesso de esquecimento acolá [...]” (2007, p. 17). E, em prol de uma política da “justa memória” (2007, p. 17), ele apela para o uso do “dever de memória” (2007, p. 17) a fim de reparar negligências históricas vivenciadas pelas sociedades e honrar memórias esquecidas, silenciadas.

Segundo o autor, o trabalho do historiador pode contribuir com a crítica comparando os elementos oferecidos pela memória com as fontes históricas, questionando os excessos e abusos da memória, indagando sobre a manipulação de estratégias de esquecimento, de rememoração e de comemoração que rondam as memórias (RICOEUR, 2007, p. 93- 94,98). A transmissão da memória à história, tanto as lembranças pessoais como as coletivas, assim como as estratégias de manipulação e de esquecimento, ocorrem, segundo Ricoeur, através da linguagem,

das narrativas. No entanto, em razão mesmo de sua função crítica, cabe à história remediar e corrigir, ao mesmo tempo, as fragilidades e os abusos da memória.

Nas palavras de Todorov (apud SILVA, 2002), silêncio e esquecimento fazem parte dos chamados abusos da memória, entendidos como estratégias de manipulação e instrumentalização da lembrança destes mecanismos com os quais a memória oficial continua exercendo papel hegemônico e ideológico, com o qual as pessoas possam se identificar. Sendo assim, memória e esquecimento são duas faces de uma mesma moeda. Interligando, desse modo, as reflexões em torno dos excessos e abusos da memória, da manipulação de estratégias de esquecimento, de rememoração e de comemoração ao estudo da memória oficial de Chapecó, é possível afirmar que esta emergiu a partir do silenciamento e do esquecimento de outras memórias.

Os abusos da memória se dão justamente sobre as identidades coletivas, pensando que essas identidades coletivas ou comunitárias são sempre fundadas a partir de atos de violência. A violência é algo fundante das comunidades, das coletividades. E aí os abusos da memória são a celebração dessas identidades, negando ou tentando reforçá-las por conta do medo das diferenças, da insegurança em relação às diferenças, que desafiam essas identidades coletivas já estabelecidas e construídas.

As feridas coletivas, situadas no plano simbólico, no dizer de Todorov, têm ligações com a violência no plano real. Esta, por sua vez, influencia na formação das identidades coletivas, pois as memórias foram instituídas, em grande parte, por meio de atos de violência. A conquista da América pelos imigrantes europeus, por exemplo, é uma ferida coletiva e de memória que permanece até hoje e se expressa através do eurocentrismo, indianismo como identidade, identidades coloniais.

Em relação ao objeto de pesquisa, o que é a construção de uma memória oficial, de uma história oficial de Chapecó, do colonizador europeu imigrante, senão a celebração de uma ferida coletiva? Ou seja, a exemplo do que ocorreu em outros processos de colonização no Brasil, Chapecó (SC) foi e é terreno fértil para o exercício dos chamados abusos da memória, uma vez que tende a negligenciar e produzir o esquecimento de outras memórias e reforçar a memória coletiva daquele ato de violência fundante: a chegada do imigrante europeu, gerando conflito pela tomada da terra e do espaço que anteriormente pertencia aos caboclos e indígenas.

Trata-se, nesse caso, da fundação violenta da comunidade, a qual, através de atos de celebração, de comemoração, dos ritos de uma memória oficial, geralmente triunfalista, busca apagar os aspectos da própria violência do ato fundante e também apagar memórias que sejam contraditas, contrárias a isso, produzindo um necessário esquecimento, um necessário apagamento. Ao menor sinal da possibilidade de essas memórias esquecidas voltarem à cena, surgem a insegurança e o medo. Diante disso, entram em ação os abusos da memória, reforçando memórias hegemônicas, inspiradoras do pensamento coletivo.

Em sua crítica, Ricoeur (2007), particularmente na leitura que faz dos “lugares de memória” de Pierre Nora, menciona que, especialmente a partir da década de 1980, a memória alcançou notoriedade propriamente porque não existe mais. Essa controvérsia pode ser explicada a partir das grandes rupturas e transformações sociais, econômicas, políticas e culturais pelas quais passa o mundo a partir do século XVIII, uma vez que as mudanças influenciam o modo através do qual as sociedades veem o presente e passam a entender o seu futuro.

O quadro de transformações exerce influência sobre os significados em torno do capital, do desenvolvimento industrial, cujas trajetórias caminham para o fim: “fim dos camponeses; o fim das sociedades-memória: Igreja, escola, família, Estado; o fim das ideologias-memória que ligam o futuro projetado ao passado lembrado” (RICOEUR, 2007, p. 413). O passado está definitivamente morto, não existe mais.

Nesse cenário, de onde emergem novos atores, memórias são esquecidas, outras formas de vínculos sociais tornam-se necessárias, entre eles, os lugares de memória – mesmo que sua origem seja antiga, seu valor na sociedade industrial é diferente.

Para Nora, a história do século XIX era uma história-memória baseada na comunidade nacional. Esta foi a primeira matriz de lugares de memória com a criação de museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, monumentos, santuários. Estes lugares e práticas passaram a ocupar os rituais das sociedades industriais, as quais não possuíam rituais mnemônicos espontâneos. Eles produziram um novo tipo de memória, qual seja a memória-arquivo, segundo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa.

A memória-arquivo, inicialmente nacional, transformou as sociedades industriais em produtoras de vestígios que permitiam operações temporais que não eram memórias espontâneas, mas sim próteses, memórias artificiais. Multiplicaram-se inclusive os profissionais que podiam cuidar destas memórias, os homens-memória que trabalhavam nos lugares de memórias (historiadores, arquivistas, museólogos, arqueólogos,

bibliotecários, etc.), os quais colocavam em ação uma memória-dever com uma nova individualização do eu e atomização da memória em vários lugares. O resultado final é que o passado, o qual nas sociedades pré-industriais fora visto como continuidade, passara a ser produzido como “outro”. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 252).

Se até o século XIX história e memória eram conceitos suficientes para garantir fidelidade ao passado, os desafios próprios do século XX exigem da historiografia a inclusão dos lugares de memória no debate.

Devemos ir à historiografia da França para entender a emergência do lugar de memória. A sociologia francesa já transformara a memória em tema, quando Maurice Halbwachs realizara um salto epistemológico ao considerar que mais do que faculdade humana interior, a memória era marcada por um funcionamento coletivo. Anos depois, historiadores do imediato ou do tempo presente, um campo inicialmente de tímida emergência, fizeram usos de testemunhos orais e por isso, aproximada pela metodologia da história oral, a historiografia teve que organizar a memória como fonte histórica. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 248).

Os lugares de memória constituem-se em espaços materiais e simbólicos, que guardam lembranças sobre o passado. Através de documentos, textos historiográficos, literários, jornalísticos, fotografias, monumentos, arquivos, museus, festas, calendários, aniversários, estes lugares e práticas têm o espaço material como suporte para formar uma memória coletiva imaterial (NORA, 1993). Acredita-se, contudo, que não foi intenção do autor limitar a memória a lugares estabelecidos e cuja consequência seria o esfacelamento da própria rememoração social.

A crítica de Francisco das Chagas F. Santiago Jr., no texto “Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’”, aponta que a memória entrou no debate historiográfico brasileiro via história oral, compreendida como uma metodologia de pesquisa. Os lugares de memórias, por sua vez, se destacaram entre os historiadores interessados em entender e dar voz às populações consideradas excluídas da história oficial.

Nessa circunstância, o interesse da historiografia parece ter sido transformar a memória em fonte histórica, apreciando o fenômeno mais pelo aspecto metodológico de investigação e menos por sua real importância. “Por meio do testemunho oral, os subalternos poderiam ter ‘o direito à memória’ e os historiadores poderiam se aproximar do presente.” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 246). A memória, por sua vez, seria uma espécie de matéria-prima da história, por meio da

qual os excluídos poderiam obter visibilidade social e os lugares de memória, por sua vez, seriam o pedestal das histórias dos oprimidos.

Observa-se, contudo, no decorrer do século XX, o esgotamento de grandes memórias, celebradas em torno de homens e de acontecimentos ilustres, em decorrência das transformações da sociedade industrial, as quais destruíram os velhos suportes sobre o desenvolvimento da memória e criaram a história. Diante desse retrocesso, novos conceitos são elaborados no terreno da memória. Destacadamente, a Escola dos Annales¹⁸ se encarrega de inserir no debate o caráter múltiplo da memória, em substituição à ideia de memória única.

Influenciada pelas formulações teóricas da terceira geração dos Annales que resultaram na Nova História Cultural, a historiografia francesa, no início do século XXI, investe no fortalecimento da discussão sobre o patrimônio histórico, deslocando, assim, a noção de “lugares de memória” para a “problemática dos lugares” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015). Note-se, por outro lado, que essa mudança de conceitos está inserida no contexto da sociedade contemporânea – pós-industrial, dominada pelo conjunto dos meios de comunicação de massas, *mass media* –, cuja dinâmica, em apologia ao mercado e à globalização, projeta o fim da memória e o esquecimento das singularidades.

A propósito, Silva (2002, p. 426) elabora sua crítica acerca das diferentes abordagens conceituais no campo da memória:

Instrumento fundamental do laço social, a memória (individual e coletiva) tornou-se, nessa última década, um dos objetos centrais de análise dos historiadores do tempo presente. Praticada, sobretudo, em países como a França, onde os atores históricos são os sobreviventes das tragédias do século XX (o holocausto, principalmente), a chamada “história social da memória” vem tentando problematizar a memória através da sua inscrição na história. Mais do que um simples objeto da história, a memória parece ser, dentro dessa nova perspectiva de análise, uma de suas “matrizes”.

¹⁸ A Escola dos Annales é um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social), tendo se destacado por provocar uma revolução na forma de se fazer história a partir da crítica ao positivismo histórico que vigorava no século XIX. Na década de 1940, a escola de Annales, em contraposição à história tradicional enraizada em grandes personagens e fatos, que, dessa forma, marginalizava muitos aspectos das experiências humanas, empreendeu a História Nova, para a qual toda vivência humana é portadora de uma história. Já nos anos 1970, os historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora organizaram a Nova História ou História Cultural, correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales. A Nova História caracteriza-se pela chamada virada antropológica, uma mudança em direção à valorização da cultura sobre os aspectos socioeconômicos como elemento de transformação histórica.

Segundo Paul Ricoeur, ela permanece, em última instância, a única guardiã de algo que “efetivamente ocorreu no tempo”. Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se APROXIMA DA HISTÓRIA PELA SUA “AMBIÇÃO DE VERACIDADE”. VISANDO, PORTANTO, A UMA melhor apreensão das relações passado, presente e futuro, os recentes estudos franceses, nesta área, atestam a impossibilidade de uma dissociação, até então admitida, entre a memória e a história.

As transformações sociais, culturais, tecnológicas, entre outras ocorridas no âmbito mundial nas últimas décadas se encarregam, assim, de alterar novamente a relação história-memória-lugares de memória. Nesse contexto de mudanças, cujo movimento se dá em direção à valorização da cultura sobre os aspectos socioeconômicos, emerge o patrimônio histórico como elemento fundamental no debate sobre a memória social.

No final do século XX e início do século XXI, na França, notadamente na arquitetura, o patrimônio irrompe como uma febre sem controle, uma forma cultural dominante que abarca todos os bens culturais. Tais apreciações lhe conferem uma condição negativa, não fosse considerar que sua origem remonta ao século XVI e que o conceito vai sendo modificado nas épocas subsequentes.

O patrimônio alinha-se, desse modo, ao monumento histórico e aos lugares de memória. O monumento histórico concorre com várias impressões memoriais contemporâneas, entre as mais importantes, a ruína e o vestígio, a qual lhe antecedeu, conforme lembra Cristina Meneguello (2008, p. 83-84):

A ruína é, em si, um modo de conhecer o passado. A percepção das relíquias, aparentemente, é tornada mais simples pela clara diferença entre as ruínas e o mundo atual, entre seus materiais e modos de representação tão diversos e tão ambicionados pelos atuais. As ruínas habitam simultaneamente dois tempos, o corrido e o presente. As ruínas atendem às funções de antiguidade, continuidade, finalismo e sequência do passado, ou seja, não somente colocam aquele que as admira como herdeiro daquela criação como une aqueles dois momentos, passado e presente.

No início do século XXI os estudos sobre patrimônio ganham maior evidência e são importados da Europa os critérios e referenciais de artefatos tidos como relevantes.

[...] o patrimônio surgiu como uma pedagogia da nação, uma prova visível da ancestralidade e da perenidade da comunidade nacional. Contemporâneo das muitas “invenções da tradição” do XIX, o patrimônio emergiu num cenário da reformulação de referenciais civis pela expansão dos princípios de pertencimento fundados na noção de sujeitos políticos,

antes circunscritos apenas à velha aristocracia, e conforme se avançou do XIX para o XX, numa expansão (ainda restrita) da cidadania. Ainda assim, foram os artefatos e ruínas herdadas da aristocracia clerical, militar, masculina e eurocêntrica que serviram para formular as ideias de nação como corpo espiritual laico do mundo capitalista europeu.

[...] Contra o consenso de que o patrimônio seria inevitavelmente um lugar de memória, muitos trabalhos apontam que tanto no passado como hoje em dia, mesmo a memória histórica e os bens patrimoniais tendo funcionado para materializar a nação, “uma vez patrimonializado, o bem cultural deixa de se submeter à dinâmica da memória, pois fica menos sujeito às revisões e aos escrutínios”. Isso explica, em parte porque apenas algumas das ruínas foram privilegiadas como lugares de memória no sentido atribuído por Pierre Nora, ou seja, dotadas de vontade memória, tais como os restos romanos e gregos (na maioria dos países europeus), os restos góticos (notadamente na Inglaterra, França e Alemanha) ou os restos coloniais sertanejos (barroco mineiro, no Brasil). Muitas ruínas existiam e foram ignoradas na classificação patrimonial, embora não perdessem a sua potência memorial. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 258-259).

À vista disso, é possível constatar que houve uma significativa expansão do conceito de patrimônio, superando seu aspecto memorial e passando a agregar um princípio material, simbólico e funcional de rememoração e preservação, envolvendo desde manifestações culturais – celebrações, calendários, práticas, danças, comidas, saberes – aos artefatos materiais, reafirma o autor. Assim, arquivos, museus, acervos em geral, monumentos e bens imateriais passam a integrar o patrimônio histórico coletivo, destinado ao usufruto cultural de toda uma comunidade mundial globalizada.

Esse contexto sugere pensar formas de promover maior articulação e relações mais plurais entre memória, história e seres humanos. Nessa perspectiva, a memória social, formada pelo patrimônio histórico – este, alinhado ao monumento histórico e aos espaços de memória – é um terreno fértil para esse aprendizado.

3 ENTRELAÇANDO HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

No desejo de compreender o município e a cidade como espaço de memórias, a narrativa aqui se dá em torno de elementos que compõem a memória oficial de Chapecó, com ênfase à colonização da área, alinhada ao processo social, político, cultural e econômico mais amplo, que se estende no tempo e no espaço para muito além do século XXI e das atuais fronteiras territoriais. As linhas que seguem dedicam-se, assim, a contextualizar a história de Chapecó em relação às suas memórias e ao patrimônio cultural que vem sendo construído desde muito antes de 1917, ano de sua instalação oficial.

Chapecó, Santa Catarina, cento e três anos. No terreno da memória, qual o significado dessa história para seus habitantes? A resposta seria simples: para que o município, a cidade, as pessoas continuem a existir. Afinal, o processo social, político, cultural e econômico a partir do qual o município foi sendo edificado está intimamente ligado às suas memórias, à valorização dos diferentes povos e das múltiplas histórias e manifestações culturais que alicerçam este que é, hoje, um município referência no cenário regional. Conectado com a realidade do estado, assim como com o sul do Brasil e o mundo, Chapecó deu origem a um significativo número de municípios nessa mesma região.

3.1 CHAPECÓ, SOBRE ALGUNS CAMINHOS TRILHADOS...

A revitalização das memórias, a valorização dos diferentes povos e das múltiplas histórias e manifestações culturais que alicerçam Chapecó como um município referência no cenário regional, nacional e internacional remetem a um conjunto de conhecimentos e processos históricos. Nesse contexto, Chapecó, palavra nativa dos povos indígenas *Kaingangs*¹⁹, significa “de onde se avista o

¹⁹ *KAINGANGS*: denominação elaborada/instituída nas representações e análises acerca do grupo de Têlemaco Borba por volta de 1882, generalizando-se para a diversidade de grupos indígenas falantes de dialetos dentro de uma mesma língua, articulados pelo tronco Jê, e que se localizam territorialmente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como na província de Misiones, na Argentina. Habitando a região sul/sudeste do País – de São Paulo até o Rio Grande do Sul –, vivem em cerca de vinte e seis áreas indígenas, sendo que duas se localizam em São Paulo, onze no Paraná, quatro em Santa Catarina e sete no Rio Grande do Sul, além de acampamentos em cidades desses estados (Chapecó/SC, Porto Alegre/RS e Londrina/PR, por exemplo). Sua língua pertence – segundo a classificação etno-linguística – à família Jê,

caminho da roça”; localiza-se na região sul do Brasil, oeste de Santa Catarina. Com uma área territorial de 624,846 km², limita-se ao norte com os municípios de Cordilheira Alta e Coronel Freitas; ao sul, com o estado do Rio Grande do Sul; a leste, com os municípios de Seara, Xaxim, Arvoredo e Itá; a oeste, com os municípios de Planalto Alegre, Guatambu e Nova Itaberaba. “Os *Kaingangs* foram os primeiros habitantes da vasta área que foi o ‘Velho Chapecó’”, reitera o historiador Elison Antonio Paim (2003, p. 13). Atualmente, o município conta com uma população estimada em 224.013 pessoas²⁰, absorvendo parte do êxodo populacional dos municípios menores da região, que, via de regra, vêm sofrendo um processo de redução demográfica, não só rural mas também nas cidades.

Desde os primórdios, a luta pela própria sobrevivência ou a dos seus foi a marca dos ancestrais. Por isso mesmo, a trajetória histórica do município nos seus 103 anos não somente convida como também habilita seus habitantes e as pessoas que, de um modo geral, estão envolvidas nas memórias e na história de Chapecó a repensar a relação para consigo mesmo e com o outro. Talvez nem se trate de querer mudar o mundo, mudar Chapecó, mas, sim, refletir acerca da contribuição que se pode dar para os rumos da história de uma cidade bela e um município promissor, embora nem sempre generoso para com todos.

Diante do quadro histórico e cultural do qual Chapecó faz parte, a Obra *Chapecó 100 anos: histórias plurais* (2017), lançada em homenagem ao aniversário do município, assim se refere:

Antes mesmo de ser Santa Catarina, esta terra foi habitada por diferentes grupos humanos que se sucederam no tempo e no espaço desde pelo menos dez mil anos atrás e deixaram sua história marcada na paisagem, em objetos de pedra, em cerâmica espalhado nas centenas de sítios arqueológicos conhecidos nessa região.

Para esses povos, as fronteiras internacionais e nacionais como as conhecemos hoje não existiam, e as referências para demarcar territórios eram outras. A vinda dos europeus para a América no século XVI representou a ruptura dos modos de viver dos grupos indígenas que povoavam todo o continente. Os europeus, ao passo que buscavam novas terras para explorar suas riquezas, traziam consigo novas formas de ocupar o espaço. O sul da América foi alvo de disputas entre os impérios de Portugal e Espanha, e somente a partir do século XIX os sertões

tronco Macro Jê, que se distinguem em cinco dialetos, constituindo, populacionalmente, um dos maiores grupos de língua Jê no País, com cerca de vinte e cinco mil pessoas. Povo de organização social dualista, organiza-se e se reconhece através de metades exogâmicas (Kamé e Kanhru) [...] (RENK, 1999, p. 77-78).

²⁰ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

meridionais ganham as configurações territoriais atuais com o fim da questão de Missiones, entre Argentina e Brasil.

Mas os acontecimentos da aurora do século XX alteram de forma irreversível a história de Santa Catarina, quando o estado anexa a área contestada com o Paraná. Santa Catarina ganha em território e, com isso, precisava fixar contingentes populacionais de forma definitiva; ocupar o espaço significava impedir novos conflitos por território e explorar economicamente as riquezas de toda uma vasta área de Mata Atlântica. Em 25 de agosto de 1917 são criados oficialmente os municípios de Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União e Mafra. (CARBONERA, 2017, p. 12).

Considera-se, desse modo, que a presença de diferentes grupos humanos em Chapecó e região, assim como no próprio continente sul-americano, é pré-histórica, correspondente a, pelo menos, 10 mil anos, até a chegada dos conquistadores e colonizadores europeus no século XV. De acordo com Carbonera, Onghero e Lino (2017), há milênios diferentes povos ocupavam esse território, interagindo com o meio segundo sua cultura. “A paisagem exuberante de florestas, rios, córregos, fontes d’água e animais selvagens, que os colonizadores do século XX encontraram, já era conhecida e manipulada por distintos grupos humanos.” (p. 19).

Ao lado desses autores, concorrem para a notabilidade dos estudos sobre a história política regional, particularmente sobre a colonização de Chapecó e região, pesquisas empreendidas pela historiadora Mônica Hass (2000, p. 58-59):

A colonização do Extremo-Oeste do Estado de Santa Catarina teve seu marco inicial com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, em 1908. Contudo, o processo de ocupação somente se intensifica após estar resolvida a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, que resultou na criação do município de Chapecó, em 1917 e devido a ação das empresas colonizadoras particulares que incentivaram a vinda de produtores migrantes a partir de 1920.

A região já vinha sendo ocupada com as fazendas de criação de gado, durante o século XVIII. Elas foram instaladas por fazendeiros do Paraná e São Paulo, nas áreas de campos na parte norte. As matas do sul foram ocupadas, no século XIX e início do século XX, principalmente com a extração da erva-mate, e por volta de 1920-30, também com a exploração florestal.

Alvo de disputa, entre Espanha e Portugal, no século XVIII, o Extremo-Oeste do Estado passou a ser reivindicado pela Argentina, no século passado. Os direitos do Brasil foram reconhecidos em 1851, através da interferência do Presidente de Cleveland, dos EUA. Com o objetivo de proteger os interesses nacionais na região, o governo imperial criou, em 1959, a Colônia Militar de Chapecó, cuja fundação somente ocorre em 1882.

A mesma área esteve mais tarde em litígio entre Santa Catarina e Paraná. O acordo de limites entre os dois estados foi assinado em 1916, ficando os então chamados “Campos de Palmas”, sob o controle catarinense. O Território incorporado foi dividido em quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó. Na ocasião a região oeste era

escassamente povoada, sendo ocupada, principalmente, por caboclos posseiros, índios e alguns latifundiários.

Entre outros estudiosos acerca do processo de colonização de Chapecó, José Carlos Radin e Renilda Vicenzi (2017) corroboram os demais reafirmando a importância de abordagens contextualizadas à realidade vivida no início do século XX e à grande área hoje definida como oeste catarinense. Referem que a fixação de limites entre Santa Catarina e Paraná, com a incorporação ao estado catarinense de uma significativa área do seu território atual; a construção da ferrovia²¹ São Paulo-Rio Grande, alinhada ao início da Guerra do Contestado²²; o avanço do processo de apropriação privada da terra modificaram significativamente o cenário social, político e econômico e, conseqüentemente, o processo de colonização e desenvolvimento de Chapecó e região.

Assinala Carbonera (2017) que o povoamento de Chapecó está inserido no contexto do oeste catarinense e, de forma mais ampla, ligado à realidade do sul do Brasil, estendendo-se à Bacia do Prata²³, onde os vestígios arqueológicos são os únicos testemunhos dessa trajetória:

²¹ A estrada de ferro que liga São Paulo ao Rio Grande foi construída pela empresa americana “Brazil RailwayCo”. A estrada corta o estado catarinense, iniciando-se ao norte do município de Porto União e estendendo-se por todo o Vale do Rio do Peixe. A empresa construiu o trecho catarinense em dois anos (1908 a 1910) e, em cumprimento do contrato estabelecido, inicialmente com o Governo Imperial e posteriormente com o Governo da República, recebeu como pagamento uma série de concessões de terra numa faixa de 15 km à margem da estrada de ferro. Esta concessão foi um dos principais fatores que levou à “Guerra do Contestado”, que ocorreu no período de 1912 a 1916, na região do Irani. Como grande parte das margens da estrada já se encontrava ocupada, a B.R.Co. recebeu em troca outras concessões no extremo-oeste catarinense, deixando a cargo de sua filial “Brazil Development & ColonizationCo” a tarefa de colonizar estas áreas. (HASS, 2000, p. 59-60).

²² A Guerra do Contestado ocorreu no período de 1912 a 1916, na região do Irani. O motivo do conflito foi a construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, a qual deixou muitas pessoas em más condições de vida em detrimento dos interesses dos coronéis e da empresa norte-americana *Brazil Railway Company*. Com o objetivo de construir a estrada de ferro, a *Brazil Railway Company* precisava de mão de obra, levando, assim, muitas pessoas para a região. Ao mesmo tempo, o governo cedeu uma grande extensão de terra, cerca de 15 mil metros, nos limites do Estado do Paraná e de Santa Catarina, mas aproveitou o pretexto e desapropriou as terras dos camponeses porque descobriu que poderia lucrar com a erva-mate, bem como com a madeira existente na localidade. Quando a ferrovia ficou pronta, a empresa não garantiu o regresso das pessoas que tinham se deslocado para a região, permanecendo ali sem qualquer apoio; acresce ainda o fato de os camponeses terem ficado desempregados e sem as suas terras para trabalhar, situações que provocaram o empobrecimento da população dessa região. Num momento de grandes dificuldades para a população, surge José Maria de Santo Agostinho, um monge peregrino que se sensibilizou com a situação dos camponeses, os quais respeitavam muito os peregrinos e qualquer movimento messiânico; José Maria logo ganhou adeptos. (Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/guerra-do-contestado>>. Acesso em: 10 ago. 2020).

²³ A bacia do Rio Prata possui uma superfície de 3.200.000 km², é a quinta maior bacia hidrográfica do mundo e a segunda maior do continente, abrangendo faixas territoriais da Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Os três principais rios (alguns dos mais extensos do mundo) que formam a bacia do Rio Prata são o

Chapecó, de 1917 a 1953, possuía uma extensão de mais de aproximadamente 14 mil quilômetros quadrados, o vasto território do município tinha início no Irani, ao sul fazia divisa com o Rio Grande do Sul, ao norte com o Paraná e a oeste com a província de Misiones, da República Argentina [...]. A ocupação dessa região dentro dos moldes capitalistas de produção não comportava os povoadores indígenas e caboclos que aqui viviam, dentro do sistema tradicional de subsistência; o sertão catarinense – assim era descrita a área pelo governo e pelos colonizadores europeus e seus descendentes que migraram principalmente das colônias do Rio Grande do Sul para cá. Nesse sentido, o sertão abarcava diferentes representações, mas para além de um espaço desconhecido, desabitado, o oposto da civilização, é para onde se lançam os “aventureiros, os corajosos, os desbravadores”. A política de desbravar, povoar, colonizar, era corrente nas primeiras décadas do século XX, contrapondo-se, por vezes de forma violenta, aos modos de vida dos indígenas e caboclos que habitavam o sertão. (CARBONERA, 2017, p. 13).

Nessa percepção, Paim (2003) complementa dizendo que, até após sua emancipação político-administrativa, em 1917, Chapecó era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos²⁴, por possuírem modos de vida diferentes, não produzindo excedentes para comercialização e não terem títulos de propriedade, eram ignorados, desvalorizados. Para povoar a Região Oeste, Chapecó particularmente, e garantir a posse das terras, o governo estadual distribuiu glebas de terras “aos que dominavam política e economicamente a região, e que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões” (POLI apud PAIM, 2003, p. 13).

Em termos administrativos, não somente o município, também a região oeste de Santa Catarina permaneceu distante da capital – Florianópolis – e do governo do estado por décadas. As referências políticas, comerciais, médicas prosseguiram sendo o Rio Grande do Sul, tanto que, no ano de 1929, o governador Adolfo Konder realizou uma viagem de vários dias pela região, na tentativa de impulsionar o processo civilizador para o interior, atendendo as necessidades da região. Considerando que não havia estradas, o governador se utilizou dos meios de transporte possíveis em cada situação: cavalo, carroça, barcos.

Paraná, o Paraguai e o Uruguai. (Disponível em: <<https://www.infoescola.com/hidrografia/bacia-do-prata>>. Acesso em: 10 ago. 2020).

²⁴ “Caboclos” é a forma como são denominados os habitantes do oeste catarinense, sudoeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul. São povos oriundos da miscigenação entre índios e bandeirantes paulistas que passavam pela região indo em direção aos Sete Povos das Missões para aprisionar índios durante o século XVII, bem como aqueles bandeirantes que foram se fixando e se apossando das terras. (PAIM, 2006. p. 125).

Ademais, de acordo com Paim (2006) a aproximação do governo com a região oeste de Santa Catarina sinalizava seu empenho em abrandar ou até mesmo apagar as causas da Guerra do Contestado, dominando poderes locais em torno dos quais giravam diferentes interesses, bem como demonstrar aos vizinhos do Rio Grande do Sul, do Paraná e da Argentina que exercia soberania sobre as terras oesteiras.

A partir dessa viagem, prossegue Paim (2006), medidas importantes foram sendo tomadas para o desenvolvimento do interior do estado, especialmente a construção de estradas e escolas.

Pessoas que haviam estudado um pouco e se propunham ensinar as crianças cujos pais pudessem pagar pelo ensino. Em muitas comunidades e também nas escolas, a língua falada era a italiana ou a alemã. Com a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro proibiu que as pessoas falassem suas línguas de origem, os colonos foram presos por esse motivo, e as escolas, fechadas. Os órgãos governamentais realizaram uma cruzada nacionalizadora em toda a região oeste de Santa Catarina. (PAIM, 2006, p. 127)

Ainda assim, entre a região oeste e a capital do estado de Santa Catarina, persiste uma distância que supera os aspectos físicos. As diferenças culturais aproximam muito mais a população que vive no oeste de Santa Catarina do vizinho estado do Rio Grande do Sul do que dos moradores do próprio estado de Santa Catarina, particularmente o litoral. Num clima de rivalidade, de hostilidade, as pessoas que vivem no litoral caracterizam os moradores do Oeste como “colonos”, “índios”, “bugres”, entre outros adjetivos que os desqualificam. O povo da região Oeste, por sua vez, refere-se aos habitantes do litoral como “comedores de siris”, “manezinhos”, “povo que só gosta de praia e não trabalha” (PAIM, 2006).

No campo educacional, não é diferente. As diferenças transformaram-se facilmente em desigualdades pelo fato de que, durante décadas, não houve democratização no acesso ao conhecimento, uma vez que as universidades públicas permaneceram distantes da população, pois localizadas na capital, Florianópolis. É muito recente sua presença na região Oeste.

Sob influência de representações como essas, por vezes contraditórias, a região denominada oeste catarinense, durante décadas, figurou nos mapas como “[...] zona desconhecida, zona despovoada. Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos Campos de Palmas, ora era sinônimo de área inóspita e limítrofe (com

fronteira internacional em disputa). A região em estudo passou a ser denominada Oeste Catarinense a partir do Estado Novo.” (RENK, 2004a, p. 2).

Para ilustrar o pensamento de Radin e Vicenzi (2017), Renk (2004a) e Paim (2006), verifica-se que, além de disputas territoriais, embates culturais e políticos marcam a história de Chapecó desde sua criação.

Em função das brigas entre lideranças pelo poder político local, a sede e a comarca do município foram deslocadas diversas vezes, durante 14 anos – de 1917 a 31 – da Vila Passo Bormann para Vila de Xanxerê (principais vilas existentes na região), tanto que os moradores diziam que elas “viviam no lombo do burro”.

Os atritos políticos envolvendo pretensões de mando sucederam-se inicialmente – de 1917 a 21 – entre o coronel Manoel dos Santos Marinho, um rio-grandense, radicado na Vila de Passo Bormann, e seus opositores, coronel Fidêncio Mello e major João Simões Cavalheiro, que residiam em Xanxerê. Cada facção lutava pela sede e comarca do novo município, na sua área de atuação política, onde a dominação tinha por base a exploração extrativista florestal – erva/madeira.

Entre 1922 a 1925, sobressai-se a liderança política do coronel Manoel dos Passos Maia, natural de Guaporé, no Rio Grande do Sul e sócio da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. De 1925 a 1929/30, do irmão de Passos Maia, major José Luiz Maia.

Também durante esses anos, persiste a violência na luta pelo poder de mando local. Sendo que o “caudilhismo” da região projetou negativamente o Extremo-Oeste catarinense para o restante do estado. A área era considerada violenta, habitada por “caudilhos” e foras-da-lei. (HASS, 2000, p. 76-77).

Na direção do que escrevem Hass (2000), Radin e Vicenzi (2017), Carbonera (2017) também aponta divergências políticas entre os coronéis oestinos, particularmente em relação à instalação da sede da comarca do município, disputada por Xanxerê e Passo Bormann. Somente na década de 1930 que a polêmica toma uma resolução e a sede é instalada num local central entre os dois: o povoado de Passo dos Índios. A discordância permanece, ainda, quanto ao nome, Xapecó ou Chapecó, questão oficialmente definida na década de 1940, a qual também ficou marcada pela criação do território federal do Iguaçu²⁵, que perdurou por três anos (1943-1946).

²⁵ O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, junto a mais outros quatro novos territórios nacionais: o de Ponta Porã, no atual estado do Mato Grosso do Sul; o do Amapá; o de Rio Branco, atual Roraima; e o Guaporé, que deu origem ao estado de Rondônia. Esses territórios eram administrados diretamente pelo governo de Getúlio Vargas, durante sua ditadura do Estado Novo (1937-1945). Durante os três anos e cinco dias de existência do Território Federal do Iguaçu, de 13 de setembro de 1943 a 18 de setembro de 1946, Paraná e Santa Catarina foram obrigados a dar um pedaço de seus territórios –

Fato é que a história do município se distingue por disputas políticas, culturais, econômicas, de fronteiras e configurações espaciais, nos planos local, nacional e internacional. Um cenário de violência, desavenças, competições políticas na fase de implantação do município define a história de Chapecó desde sua fundação. Tais condições servem de pretexto para o governo catarinense confiar a tarefa de organização político-administrativa ao “[...] único grande proprietário, ervateiro, que gozava de prestígio popular no território, Antônio Simões Cavalheiro, de Xanxerê [...]” (BREVES apud HASS, 2000, p. 78), o qual veio a falecer antes mesmo de assumir tal responsabilidade.

Segundo Piazza (1982), em substituição, foi nomeado ao cargo de Superintendente Municipal, em 1917, o coronel Manoel dos Santos Marinho, gaúcho de Passo Fundo (RS), também ligado à atividade madeireira e de extração da ervamate em Passo Bormann. Considerado um gaúcho atrasado, que pouco ou nada entendia de administração pública, sua atuação esteve marcada por violências e arbitrariedades, nos campos político e econômico. O Coronel obrigava os ervateiros a venderem sua produção à empresa da qual ele e Fidêncio Mello, de Xanxerê, eram sócios.

Dadas suas características pessoais e diante dos conflitos no município, agravados pela sua incapacidade para contorná-los, o prestígio de Santos Marinho foi ficando abalado a ponto de não contar mais com apoio político de autoridades e lideranças locais e estaduais, inclusive na esfera particular. De sócios, os coronéis Santos Marinho e Fidêncio Mello passam a ser inimigos, pautando suas ações com base na violência armada e em práticas coercitivas.

área que corresponde às regiões oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, com uma superfície de 68,8 mil km² e uma população de cerca de 96 mil habitantes. A capital do território nacional era a cidade de Iguazu, hoje denominada Laranjeiras. A maior parte da administração do Território Iguazu ficou a cargo do major Frederico Trotta, nomeado pelo governo federal. Esses territórios eram administrados diretamente pelo governo federal, marcando o caráter centralizador do autoritário Estado Novo. O objetivo da criação desses territórios nacionais inseria-se no contexto da tentativa de colonização do interior do Brasil, no processo conhecido como “Marcha para o Oeste”, um esforço para diminuir os vazios populacionais do território brasileiro. Outro objetivo era evitar o desmembramento e perda de parte do território nacional caso houvesse a transposição dos conflitos da Segunda Guerra Mundial para a América do Sul. A criação dos territórios nacionais era uma forma de garantir a Segurança Nacional. Quando o governo Vargas caiu, houve um movimento político no Paraná e em Santa Catarina e, em 1946, foi extinto o Território de Iguazu. (PINTO, Tales dos Santos. Território Iguazu no sul do Brasil. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-territorio-iguacu.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2021).

E, nesse ambiente dominado por tensões e divergências de ideias e interesses tantos, abre-se espaço para o surgimento de novos atores, os moradores que se deslocavam para a área. Assim, por volta de 1919-1920, os sócios da firma Bertaso, Maia e Cia. chegam à região para conhecer a fazenda Campina do Gregório, recentemente comprada. Dada sua destacada liderança política, entre 1922 e 1925, o coronel Manoel dos Passos Maia, sócio da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., por entender que as disputas políticas entre os coronéis Manoel dos Santos Marinho e Fidêncio Mello, ao lado da resistência dos moradores em relação aos colonizadores, poderiam tornar-se uma ameaça ao projeto colonizador, recorre ao governo do estado. Este, por sua vez, na tentativa de apaziguar as relações e defender a presença estatal no município que estava nascendo, se junta aos colonizadores e nomeia Manoel dos Passos Maia, sócio da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., Delegado de Polícia de Chapecó, em 1919. No terreno de influências, o governo do estado doou à Companhia Colonizadora terras devolutas para colonização, compondo uma aliança de interesses com o novo grupo econômico. Dessa maneira, as empresas colonizadoras passam a ocupar posição hegemônica no oeste de Santa Catarina (BREVES, 1985).

O governo estadual apoia a iniciativa dos colonizadores, pois tinha consciência da dificuldade em empreender a ocupação do Oeste catarinense. Tanto pela escassez de recursos públicos, quanto pela dificuldade de comunicação. Num casamento de interesses entre as empresas privadas e o Estado, as colonizadoras, em troca da concessão de terras, prestavam vários serviços de infraestrutura, que geralmente são de atribuição do Estado, como a construção de estradas, escolas, hospitais, venda e demarcação de lotes rurais e urbanos, levantamentos topográficos, etc., obscurecendo, inclusive as funções do Estado na região.

E assim, a fração extrativista – ervateiros e madeireiros – que até então dominavam a economia e a política do lugar, passam a sofrer o impacto da presença de novos grupos que se fixam a partir daí na região. Mas mesmo sendo um novo grupo econômico que se propõe a promover a ocupação do Extremo-Oeste catarinense, na composição do poder local, há continuidade da política fundada na concentração do poder econômico, baseada agora na mercantilização da terra e na exploração da madeira, bem como em laços familiares e de dependência. (HASS, 2000, p. 83-84).

Não demorou para que o coronel, sustentado pela colonizadora e pelo seu cargo de delegado, ligado diretamente ao governo do estado, viesse alcançar prestígio e liderança nas regiões oeste e meio-oeste de Santa Catarina, de modo a obter espaço político no reduto do coronel Manoel dos Santos Marinho. Tanto que, nas eleições de 18 de dezembro de 1921, foi eleito Superintendente Municipal de

Chapecó, vindo a tomar posse em 24 de janeiro de 1922, para um mandato de três anos.

As prerrogativas do novo cargo do então sócio da colonizadora, Manoel dos Passos Maia, foram decisivas para que, já no dia 11 de fevereiro de 1922, a Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. transferisse sua sede de Passo Fundo (RS) para Passo dos Índios, atual Chapecó. Local de passagem obrigatória entre Passo Bormann e Xanxerê, Passo dos Índios crava o marco inicial do povoamento de Chapecó.

Inicialmente, a colonização do extremo-oeste de Santa Catarina, segundo Hass (2000), coube à empresa Brazil Development & Colonization Co – filial da Brazil RailwayCo, primeira encarregada pela colonização das terras em troca da construção da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande – a tarefa de colonizar as áreas concedidas pelo Governo Imperial, mais tarde Governo da República. Autorizada a funcionar no Brasil em 1912, a B.D.C.Co. formaliza contrato com o governo de Santa Catarina em 1916, comprometendo-se a colonizar a região num período de 15 anos, ou seja, até 1º de janeiro de 1932. A fim de atender o prazo determinado, repassa tais concessões a outras empresas colonizadoras.

Várias companhias colonizadoras atuaram no Extremo-Oeste catarinense. Destacamos no nosso trabalho: a Companhia Chapecó-Pepery Ltda. (Mondai); A Volksverein (Itapiranga); a Companhia Territorial Sul Brasil (Palmitos – São Carlos); a Empresa Ernesto F. Bertaso (Chapecó); a Barth, Benetti e Cia. (Vila Oeste – São Miguel d' Oeste); Empresa Colonizadora Industrial Saudades (São Lourenço do Oeste) e Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi (Xaxim). (CAMPOS; WERLANG; PIAZZA apud HASS, 2000, p. 61).

Prosseguindo os negócios, eis que o governo do estado de Santa Catarina, em 1919 e 1920, concede a José Rupp a colonização da região entre o rio Antas e Chapecó em troca da construção da estrada de Cruzeiro (Joaçaba) a Passo Bormann (Chapecó) e de Erval Velho ao Rio Canoas. Em seguida, maio de 1920, este transfere seus direitos para a empresa criada por ele em conjunto com Fidêncio de Souza Mello Filho e os deputados estaduais Henrique Rupp Junior (seu irmão) e Abelardo Luz (filho do governador Hercílio Luz), a Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense.

No ano de 1925, a Cia. Territorial Sul Brasil, com sede em Porto Alegre, assume o ativo e o passivo da Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense. A área colonizada por famílias teuto-brasileiras e teuto-russas abrange 277,283 hectares, onde se localizam atualmente os seguintes

municípios: São Carlos, Palmitos, Caibi, Cunha Porã, Saudades, Pinhalzinho, Maravilha, Modelo, Iraceminha, Serra Alta, Riqueza, Sul Brasil e São Miguel da Boa Vista. (WERLANG apud HASS, 2000, p. 62).

Todavia, ressaltam os pesquisadores, as concessões de terra não levaram em conta os direitos dos posseiros.

Os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a limpeza da terra os caboclos e os poucos indígenas que ainda viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. Esses povos, ou foram sendo empurrados para áreas distantes nas matas, ou foram para as cidades, quando não foram literalmente eliminados. (PAIM, 2006, p. 126).

Vistos como intrusos, os ocupantes da região até o momento da implantação da colonização, nos moldes capitalista de produção, não obtiveram atenção do Estado, até porque não produziam de modo a contribuir com impostos. Relatam que, até o início da colonização, praticava-se a agricultura de subsistência, mediante o isolamento da área e a inexistência de mercado consumidor local. Com a chegada dos migrantes, a exportação da erva-mate e da madeira tornou-se a atividade comercial possível. A riqueza de mata nativa na área, associada à crescente exportação da madeira em toras, impulsiona também a industrialização da região, através do surgimento dos engenhos de serra ou serrarias. Estas, na maioria, eram propriedade das empresas colonizadoras, que primeiro exploravam a madeira para só depois venderem a terra aos colonos. Fontes indicam que em 1927 havia 32 serrarias em Chapecó, das quais 30 estavam localizadas às margens do rio Uruguai e 2 no atual município de Xanxerê (HASS, 2000).

Sendo assim, a história oficial aponta que a colonização do oeste catarinense se deu pelas mãos de empresários vindos do Rio Grande do Sul para adquirir terras legalizadas do governo catarinense, da Brazil Development e Colonization Co. e de particulares. Estes trouxeram para a região imigrantes e descendentes de italianos, alemães, poloneses, teuto-russos e outros. Contudo, o capital e a riqueza aqui acumulados não somaram para o desenvolvimento da região, uma vez que a maioria das empresas colonizadoras estava instalada no vizinho estado rio-grandense.

A exceção se dá com a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., [...] pois ela transferiu sua sede para o território a ser colonizado, promovendo a

ocupação da área que corresponde ao atual município de Chapecó e arredores (Coronel Freitas e Quilombo). Retalhando as enormes propriedades existentes na área, a empresa forçou a estrutura minifundiária que caracteriza a região, alterando as relações socioeconômicas e políticas vigentes. [...] a empresa promoveu ao longo dos anos a instalação de diversas indústrias: serrarias, cerâmica, moinhos de trigo, energia elétrica, frigorífico, imprimindo os primeiros passos ao processo de industrialização. (ROSSETTO apud HASS, 2000, p. 64).

Os registros informam que a empresa Bertaso, Maia e Cia., fundada em 18 de setembro de 1918, era uma sociedade formada pelo coronel Agilberto Maia, prefeito do município de Guaporé (RS), seu irmão coronel Manoel dos Passos Maia e o coronel Ernesto Francisco Bertaso. Na década de 1920, esses adquiriram a Fazenda Campina do Gregório, hoje municípios de Chapecó e Coronel Freitas, com área aproximada de 51.000 hectares, dos herdeiros da Baronesa de Limeira, de São Paulo. Escassamente povoado nessa época, Chapecó possuía 11.315 habitantes (PELUSO, 1982).

Em plena expansão, em junho de 1920, a referida empresa ganha a concessão do estado de Santa Catarina sobre a posse da Fazenda Chapecó, atualmente Quilombo, com 53.818 hectares, como pagamento pela construção da estrada Passo Goyo-En / Passo dos Índios, e da Fazenda Rodeio Bonito, atual município de Xaxim, com 28.820 hectares. Na sequência, a empresa compra também a Brazil Development & Colonization Co., a Fazenda Rio Saudades, hoje municípios de São Lourenço do Oeste e Campo Erê, com 91.363 hectares de terra. Diante dessas aquisições, a Bertaso, Maia e Cia. passa a exercer domínio sobre a colonização de 224.924 hectares de terras no oeste de Santa Catarina (BREVES; PIAZZA apud HASS, 2000).

No mês de novembro de 1923, dissolve-se a sociedade, e o Coronel Bertaso²⁶ inaugura uma nova organização: a Empresa Colonizadora Ernesto

²⁶ Hass (2000) destaca que “o ex-caixeiro-viajante gaúcho Ernesto Francisco Bertaso comprou o título de militar-coronel-da Guarda Nacional: Diploma de Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional [...]” (p. 67). Na condição de imigrante italiano, em fevereiro de 1941, adquiriu a nacionalidade brasileira. O elevado o título de coronel cabia sempre às pessoas influentes do lugar, não necessariamente latifundiários, mas, proprietários de terra e outros bens de fortuna, detentores do poder econômico e político e da confiança do governo. Sem dúvida, essa descrição contemplava o Coronel Bertaso, pois que lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó como um coronel bonzinho, homem de virtudes, patrocinador de causas sempre disposto a ajudar na comunidade. Tanto é que grande parte “dos terrenos dos estabelecimentos públicos, religiosos, filantrópicos e de entidades com fins recreativos e esportivos foram doados pela Colonizadora Bertaso” (SILVA apud HASS 2000), preocupada com a infraestrutura das localidades e com o progresso da povoação.

Francisco Bertaso. Anos mais tarde (em 1948), esta foi alterada para Empresa Colonizadora Industrial Ernesto F. Bertaso S.A., dirigida pelo próprio coronel, seus filhos Serafim e Jaime, mais o cunhado Paulo Pasqualli.

Apesar do município e da comarca ter sido fixada no povoado Passo dos Índios, onde a Colonizadora Bertaso estava instalada, os Bertaso, à princípio, não ocupam maior espaço político local. O quadro muda somente depois de 1944, quando Serafim Enos Bertaso assume o comando do executivo municipal chapecoense, consolidando a ascensão dos interesses urbano/comerciais/industriais. [...] A aproximação definitiva dos Bertaso com o Governo de Getúlio Vargas ocorre com a nomeação de Serafim Bertaso para prefeito de Chapecó, firmando-se a partir daí um representante da Colonizadora Bertaso como liderança política da região. (HASS, 2000, p. 96-97).

Além da colonização, a nova empresa dedicava-se às atividades de extração e exportação de madeira e cerâmica, transportes, moinho, fábrica de aproveitamento de subprodutos de mandioca (HASS, 2000). Para tomar parte no processo de colonização e, conseqüentemente, colaborar no desenvolvimento e progresso da região, a Colonizadora Bertaso trouxe mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, a maioria italianos ou descendentes de italianos que para lá haviam imigrado a partir de 1860, dedicando-se à agricultura e, mais tarde, à agroindústria (PIAZZA, 1982).

Com a vinda dos colonos, estabeleceu-se um sistema produtivo com base na pequena propriedade [...] com predomínio da mão de obra familiar e de cultivos diversos para comercialização. As atividades urbanas eram poucas até os anos 50, Chapecó era um pequeno vilarejo, vivendo basicamente da exploração e comercialização de madeira (araucária), da agricultura e com um pequeno comércio. As atividades industriais eram praticamente inexistentes. Os colonizadores dedicaram-se, principalmente, ao cultivo de milho que, devido a fertilidade do solo, havia excedente de produção, o que dificultava a comercialização. Para absorver o excedente iniciou-se a criação de suínos, os quais passaram a ser comercializados em Curitiba e São Paulo. Este comércio constitui-se a base para a industrialização de Chapecó. Ainda nos anos 40, foi instalado o primeiro frigorífico para o abate e industrialização de suínos, com produção modesta e pequeno número de trabalhadores empregados. (PAIM, 2003, p. 14-15).

Assinalam Hass (2000) e Janotti (1981) que os colonos, mesmo que proprietários de suas terras, eram subordinados ao coronel, porque dependentes de seus favores, característicos da relação de compromissos recíprocos de um lado, entre coronéis e chefes políticos do Estado, e, de outro, pela relação dos coronéis com sua base social local. Em Chapecó, essa relação de dominação se reproduz entre a população de brasileiros e migrantes incentivados pelas colonizadoras a

explorar a região. Sem a proteção do Estado, a maioria desse povo dependia dos favores do coronel, o qual, em troca, exigia irrestrita adesão às suas ideias e práticas.

Seguindo a trilha da realidade brasileira e catarinense, Chapecó reproduz os instrumentos de dominação, os quais passam pelo empreguismo, nepotismo, corrupção eleitoral, violência e, destacadamente, por intimidação e uso da força. Alertam os autores que práticas coronelistas se fazem presentes na política chapecoense através do mandonismo local, calcado na dominação econômica e na ligação com o governo estadual.

Muito embora a representação política oestina e chapecoense fosse praticamente inexistente na esfera estadual entre 1917 e 1945, o cenário local reproduz o sistema coronelista do estado de Santa Catarina, cuja hegemonia econômica, social e política se concretiza num sistema de benefícios aos amigos e perseguição aos adversários.

É importante assinalar que a história de Chapecó, assim como do oeste catarinense, carrega as marcas da dominação e da violência, tanto armadas como simbólicas, próprias do cenário político da época. O sistema coronelista que predominou no País durante a Primeira República (1889-1930) se manifesta através do mandonismo regional e local dos anos 1950, na figura do delegado. A fim de garantir a ordem social e impedir divergências políticas e de ideias, o comissário se utiliza de meios espúrios, perseguindo e intimidando lideranças políticas opositoras, e mesmo a população em sua vida diária.

Neste estudo, pelo menos um evento violento e trágico na memória de Chapecó é digno de nota: o linchamento. O crime é narrado pela historiadora Mônica Hass na obra *O Linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1956-1959* (2003), cujo desenrolar dos fatos marcaria para sempre a memória oficial da pequena cidade que vinha se destacando no sertão do oeste catarinense, Chapecó.

Tamanha foi a barbárie que sua projeção ultrapassou o cenário local e regional, ganhando as manchetes de jornais em todo o País, com maior ênfase na revista *O Cruzeiro*, com circulação nacional. O acontecido alcançou publicidade internacional, Chapecó virou notícia nas páginas de revistas e jornais: “[...] ‘Le Soir’, de Bruxelas, na Bélgica, em 26 de outubro de 1950. Além disso, de acordo com o jornal ‘O Nacional’, de Passo Fundo (RS), foi noticiado também na rede de televisão BBC, de Londres.” (HASS, 2003, p. 15). Com esse episódio, ainda hoje velado, pois

envolve nomes considerados influentes, Chapecó ganhou notoriedade como uma terra sem lei.

As circunstâncias do acontecido por si mesmas já são suficientes para justificar que a memória de Chapecó não pode esquecer ou silenciar as noites trágicas de 17 e 18 de outubro de 1950, quando aproximadamente duzentos homens invadiram a cadeia pública do povoado e lincharam quatro presos, apesar de contra eles não existir nenhuma prova, apenas convicção. Depois de trucidados por tiros, facadas e pauladas, os corpos foram arrastados para o pátio, empilhados e incinerados.

Antes, as lembranças daquelas noites fatídicas podem servir para pensar a história do município a partir da compreensão de que o crime foi a culminância da articulação de interesses de diferentes grupos. Para estes, a modernização de Chapecó estava pautada nas linhas do regime autoritário, sendo necessário, assim, enfraquecer e até mesmo impedir o surgimento de novas lideranças e organizações.

De acordo com a versão inicial, os prisioneiros foram linchados sob a acusação de serem os responsáveis por uma onda de incêndios que havia tempo tomava conta do povoado. Com a cidade em chamas, poderiam, em meio ao tumulto, aproveitar para roubar residências e estabelecimentos comerciais. A revolta da população teria aumentado com o incêndio da Igreja Católica do lugar, levando membros da comunidade chapecoense a unirem-se em defesa dos seus valores, do seu patrimônio.

Os acusados de incendiários da cidade eram naturais do estado do Rio Grande do Sul.

Armando e Orlando eram irmãos, filhos de João Pedro Lima e de Rosa Lima, naturais de Soledade no Rio Grande do Sul e ambos exerciam a profissão de pedreiro. Armando era solteiro, tinha 26 anos e residia em Iraí, no Rio Grande do Sul, enquanto que Orlando era viúvo, tinha 24 anos e residia em Chapecó. Os outros dois indivíduos se chamavam Ivo de Oliveira Paim, filho de Pedro Paim e de Guilhermina de Oliveira, tinha 24 anos, era solteiro; Romano Ruani, filho de Pedro Ruani e de Barbara Casali, tinha 25 anos e era casado. Ambos nasceram em Palmeira, no Rio Grande do Sul, exerciam a profissão de pedreiro e residiam em Frederico Westphalen, também no Rio Grande do Sul. (SANTOS, 2015, p. 24).

Orlando Lima residia em Chapecó há algum tempo e era arrendatário da copa do Clube Recreativo Chapecoense. Jovem e viúvo, descendente de italianos e portugueses, era reconhecido na cidade por sua simpatia e trajes elegantes que

costumava exibir, o que costumava chamar muito a atenção das mulheres locais e desagradar aos homens do lugar, que não gostavam dos forasteiros (HAAS, 2003).

Já Ivo de Oliveira Paim e Romano Ruani estavam há menos tempo na cidade. Como eram conhecidos de Orlando Lima desde o tempo que estudaram juntos no interior do Rio Grande do Sul, ao reencontrá-lo, dessa vez em Chapecó, atenderam o convite de Orlando para que mudassem para o mesmo lugar em que ele próprio estava alojado, o Hotel Comércio. Ivo e Romano foram presos, acusados de serem os responsáveis pela queima da Igreja. Porém, após sucessivas sessões de tortura, realizadas pelos por capangas do delegado Lajus, Ivo e Romano, teriam apontado Orlando Lima como suposto mandante do incêndio da Igreja.

Em decorrência dessa acusação, Orlando Lima também foi preso. Todavia,

[...] negou a acusação dos forasteiros e contou a versão dos fatos. Afirmou ter convidado os dois para se hospedar no Hotel Comércio porque eles haviam se queixado da comida do lugar que estavam instalados. Na ocasião da mudança, o hoteleiro colocou os três no mesmo quarto, pois havia pouco lugares no hotel. [...] seu irmão Armando Lima tinha vindo de Iraí para receber o dinheiro do seguro, referente ao incêndio do Clube Recreativo Chapecoense [...] os dois foram dormir no mesmo quarto, regressando Armando no dia seguinte para o Rio Grande do Sul. (HASS, 2003, p. 84).

Armando Lima, por sua vez, tão logo soube da prisão do irmão, retornou a Chapecó. "[...] não andou duas esquinas em direção ao escritório do advogado Roberto Machado, quando foi preso por homens à paisana e posto incomunicável como os demais." (p. 84). A acusação que recaía sobre Armando é de que teria sido ele quem incendiara o Clube Chapecoense, dias antes, empreendimento em que era sócio de seu irmão no arrendamento da copa (HASS, 2003).

Entre os motivos alegados para justificar o linchamento desses quatro homens na cadeia pública de Chapecó se distinguem, portanto, elementos em torno da defesa da honra e dos princípios morais, da ética do trabalho, da fé religiosa, dos padrões de honestidade e decência, dos bens materiais e da propriedade. Mas, de acordo com Haas (2003), o desenrolar dos fatos que resultaram no linchamento, bem como a ameaça de morte a pessoas que procurassem defendê-los, evidencia também motivações políticas,

[...] situações conflituosas entre partidos políticos, frutos de resquírios de campanha eleitoral, que resultou na perda do comando municipal por parte do PSD. Isso pode ser constatado quando se sabe que dois presos, os irmãos Lima, que foram mortos, mesmo sendo inocentes, estavam ligados ao PTB (partido que iria assumir o comando da prefeitura municipal); o

advogado Roberto Machado, que tentou defende-los, à UDN (com quem o PRB está coligado) e o delegado de polícia, Arthur Argeu Lajus, responsável pelas prisões, ao PSD (partido ameaçado de perder o comando da polícia local). Entretanto, a interferência partidária também está presente no desenrolar do processo judicial, tanto que muitos afirmam que o que houve na verdade foi um “julgamento político” [...] (HASS, 2003, p. 43-44).

Não obstante, Hass (2003), de modo muito apropriado, aborda a perversidade do acontecimento contextualizada com as transformações econômicas, políticas e sociais que estavam ocorrendo no município sede da Empresa Colonizadora que veio trazer o progresso para a região. Relata, por outro lado, que, pela frequência com que ocorriam, os incêndios passaram a fazer parte da vida da comunidade, tanto que circulavam apostas entre os moradores sobre qual seria a próxima casa a pegar fogo. Fato é que, por serem feitas de madeira, as casas tornavam-se alvo de negócio fácil e rentável, estimulando, inclusive, os próprios donos a atear fogo para receber o seguro, cujo valor possibilitava construir outra casa, de tijolo. Curioso é que os incêndios continuaram a acontecer, até com maior intensidade, mesmo depois do linchamento do grupo de incendiários que a população acreditava andar pelo povoado (HASS, 2003).

Exposições como essas servem para comprovar a lógica de dominação existente em Chapecó e o ambiente de violência desbragada. Um exame cauteloso acerca dessa realidade é revelador para desmitificar as razões do linchamento que muitos querem esquecer, ou seja, o episódio faz parte de um conjunto de circunstâncias que corroboraram a consolidação da hegemonia de classe dos coronéis chapecoenses. Do contrário, a pesquisadora intui que a tragédia poderia, certamente, ter sido evitada, não fosse a omissão do Coronel Ernesto Bertaso diante dos fatos. Este poderia ter usado de seu prestígio e poder de convencimento junto à população, assim como fizera em relação a familiares, proibindo-os de participar daquele ato brutal quando ficara sabendo que um grupo pretendia fazer justiça com as próprias mãos.

A cidade sentiu o impacto posteriormente à essa tragédia, durante dois anos a empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso S.A. não conseguiu vender um terreno na região (HASS, 2003); a cidade viu-se diante de um cenário posposto, uma vez que o território passou a ser visto como terra sem lei. Os colonos amedrontados, opuseram-se a migrar para Chapecó, dessa forma diretamente e conseqüentemente o linchamento prejudicou o projeto de colonização, interrompendo o fluxo contínuo e exponencial do processo migratório (ZEN, 2019).

A Segunda Guerra Mundial provocou profundas mudanças na economia global, sentidas tanto no Brasil quanto na República Argentina. Segundo a historiadora Eli Maria Bellani (1991), esses eventos provocaram mudanças na economia ocidental, que antes era baseada na produção de madeira. A partir de então iniciava uma inovadora etapa da vida econômica regional, com a indústria alimentícia desempenhando um papel importante no desenvolvimento da região Chapecoense. Além das indústrias, a evolução socioeconômica é caracterizada pela extração de recursos naturais. Com relação ao acúmulo de capital inicial, vale destacar que a riqueza da empresa no setor exportador de madeira foi investida em frigoríficos (ZEN, 2019).

É inegável, portanto, a presença do jogo das relações de poder local no crime, associado à chegada de novos atores que vinham agregar-se aos colonizadores: profissionais liberais, comerciantes, os quais, paralelamente às suas atividades, iniciavam a disputa sobre o poder local. Nesse jogo, a criação de novos partidos políticos amplia os quadros de participação na política, provocando a quebra da hegemonia no poder. Decorrente disso, a face do poder dominador se converte em violência, morte e perseguição a adversários políticos.

O projeto de colonização e de desenvolvimento na região Oeste e município de Chapecó a ferro e fogo conta com a colaboração da Igreja, aliada aos donos do poder local. Como forma de atrair os colonos que tradicionalmente valorizavam a religião, os projetos colonizadores se preocuparam com a instalação de paróquias, igrejas, seminários. Os padres e sua obra missionária foram considerados

[...] os grandes impulsionadores do progresso. O espírito empreendedor, de grandes construções de igrejas, salões, hospitais, escolas eram a sua marca registrada. Viam no caboclo o símbolo do atraso, do acomodado, alheio a qualquer novidade.

[...] No Brasil, no início dos anos 50 até o golpe de 64, setores da Igreja Católica (ligados à direção da CNBB e a grupos da Ação Católica) assumiram posições ao lado das lutas populares. Mas, mesmo com um certo avanço nas posturas de determinados setores da igreja, dentro da instituição as posições conservadoras eram majoritárias. Esse posicionamento conservador também estava presente na Igreja do Oeste Catarinense e foi responsável por sua influência no assassinato da “quadrilha de incendiários” que se supunha estar atuando, nos anos 50, em Chapecó. (DIEL apud HASS, 2003, p. 38).

E assim, a partir da aliança da aliança entre o Estado, a Igreja e a elite local, Chapecó prosperava a olhos vistos nos anos de 1950.

Algumas casas comerciais, as chamadas “secos e molhados” abasteciam a cidade. [...] um escritório bancário, um hospital, um campo de aviação, um jornal, uma rádio, um posto de gasolina, advogados, médicos, engenheiros, obras de assistência social e sociedades recreativas e desportivas. Além da instalação de novas casas comerciais, indústrias, construções de residências e edifícios públicos, agora já de alvenaria, o progresso se fazia presente na abertura de novas ruas, no alargamento e calçamento das antigas e na remodelação da praça, tudo facilitado pela colonização planejada. (HASS, 2003, p. 55-56).

Já na década de 1960, a realidade brasileira, regional e local passou por mudanças no campo, notadamente em função do processo de mecanização do campo, causando um excedente de mão de obra. Iniciou-se aí um movimento gradativo de inversão populacional originando a crescente urbanização, e as pessoas passaram a residir em maior número nas cidades, a fim de trabalhar nas indústrias. Além disso, com a constituição de novas famílias pelos filhos dos imigrantes, em Chapecó e região, as pequenas propriedades tornaram-se inviáveis para o sustento de todos os seus membros. Muitos foram obrigados a procurar outras formas de sobrevivência, até mesmo mudando para outros estados, como o Paraná e o Mato Grosso, em busca de novas terras, ou para a cidade, como trabalhadores assalariados.

Contudo, até o final dos anos 1960 a maioria da população de Chapecó permanecia residindo no campo, muito embora longe de uma vida sossegada, idealizada nos contos e versos do Brasil rural. Ao contrário, segundo a cientista social Maria Sílvia de Carvalho Franco²⁷, a realidade brasileira sempre esteve marcada pela violência, ausência de leis e instabilidade crônica, na cidade e no campo. E, com base no exposto até aqui, em Chapecó, a situação não é diferente, uma vez que a violência é um componente que permeia não somente as noites, mas também os dias da população.

Sobre a agressividade que atravessa o tecido social, o texto abre um parêntese ao que a pensadora chama de “passividade” da sociedade em relação à prática da violência, mais propriamente um processo gradual de naturalização e banalização dessa violência, em meio ao qual vão se negando as consequências e

²⁷ Embora a literatura das Ciências Sociais que trata da questão da terra no Brasil tenha sempre mostrado a presença da violência no campo, poucos autores dedicaram-se a estudar com mais afinco esse fenômeno. Entre outras que têm refletido sobre o tema, destaca-se a cientista social Maria Sílvia de Carvalho Franco, na obra *Homens livres na ordem escravocrata* (1969).

encobrimo a responsabilidade pelo dano até que, finalmente, seja possível culpar a vítima e desumanizá-la. Para a filósofa, esse processo é viabilizado por mecanismos como o deslocamento da responsabilidade para outros, a negação das consequências desumanas do comportamento violento, a culpabilização ou a desumanização das vítimas.

No que se refere à escassez de estudos voltados à banalização e naturalização da violência abordada por Franco (1969), a contribuição da filósofa Hannah Arendt²⁸ (1994), com base nos acontecimentos que marcaram o ano de 1968 na Europa e nos Estados Unidos, é igualmente apropriada para estabelecer conexões com o contexto local. Segundo ela, o fato de que a violência raramente é tema de análises mais profundas indica que ela é considerada tanto arbitrária como corriqueira, pois ninguém questiona ou examina algo supostamente óbvio para todos. Em Chapecó, por exemplo, o fenômeno da violência se reapresenta em inúmeras circunstâncias, mas é no caso assombroso do linchamento, do qual pouco ou nada se fala, que ela assume sua face mais impetuosa.

Mudanças mais significativas ocorreram nos anos seguintes, caracterizados como anos de ouro para Chapecó, com a instalação de frigoríficos para industrialização de aves e ampliação da então existente indústria de suínos. As indústrias atraíram grande número de pessoas, que vieram do campo e de outros municípios, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Paraná. A propaganda iniciada nos primórdios da colonização para divulgação e comercialização das terras agrícolas junto aos colonos alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul se intensifica nos anos 1970, desta vez buscando atrair habitantes interessados em trabalhar na indústria chapecoense. Segundo estudos elaborados por instituições para a viabilização da instalação de indústrias em Chapecó, no ano de 1978, a população do município aumentava significativamente, sobretudo na cidade.

²⁸ “Hannah Arendt (nascida Johanna Arendt, em Linden, 14 de outubro de 1906 – falecida em Nova Iorque, Estados Unidos, 4 de dezembro de 1975) foi uma filósofa política alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século XX. A privação de direitos e a perseguição de pessoas de origem judaica ocorridas na Alemanha a partir de 1933, assim como o seu breve encarceramento no mesmo ano, fizeram-na decidir emigrar. O regime nazista retirou-lhe a nacionalidade em 1937, o que a tornou apátrida até conseguir a nacionalidade norte-americana em 1951.” (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt>. Acesso em: 16 jan. 2021).

Nesse momento em que os governantes estavam mais preocupados em atrair o maior número de pessoas e mostrar, assim, que Chapecó despontava no cenário nacional para além de outras cidades, as condições de moradia, saúde, educação da população não eram alvo do mesmo cuidado em relação ao crescimento econômico. Levado pela propaganda, um grande número de pessoas fixa moradia em Chapecó sem, contudo, ter sua mão de obra absorvida pela indústria, senão pelo excedente desta, pela falta de qualificação profissional dos trabalhadores que deixaram o meio rural para vir morar na cidade, na pretensão de melhorar as condições de vida.

Sob a influência das políticas desenvolvimentistas dos tempos do “milagre econômico” da década de 1970, em Chapecó, o “Lema do Desenvolvimento” foi sendo construído através da imprensa – jornais e revistas locais – sob o efeito de apelos como este: “[...] não fique aí parado! Não seja um expectador! Junte-se aos demais concidadãos e ajude com sua parcela promover o progresso de sua terra e de sua pátria. Participe também dessa corrida para o desenvolvimento de sua cidade e amanhã poderá dizer com orgulho: ‘Eu também ajudei a construir a grande Chapecó’.” (CELEIRO CATARINENSE apud PAIM, 2006, p. 129).

Desse modo, o intenso processo de urbanização e de industrialização de Chapecó, segundo pesquisadores, está associado à conjuntura nacional do momento. Os anos considerados de ouro para o progresso de Chapecó também o eram para o Brasil. O progresso decorrente da modernização em todos os setores do desenvolvimento, da agricultura à indústria, mas também da paz e confiança no futuro, despertava, inclusive, curiosidade internacional sobre a política adotada no País.

O Brasil dos militares produziu um “milagre econômico” no final dos anos 60 e início dos anos 70. Fizeram o país crescer a índices nunca experimentados – mais especificamente, o governo Médici (1969-1972. [...]) Todas estas maravilhas financeiras e econômicas foram “dadas” ao povo brasileiro às custas da paz interna, onde foram silenciadas as vozes contrárias aos agentes desse processo e seus métodos. O milagre econômico ocorreu principalmente devido à internacionalização da economia, onde os países industrializados passaram a instalar suas empresas nos países “em desenvolvimento”, como o Brasil. [...] O futuro foi realmente promissor, mas apenas para alguns, pois a concentração de renda nesse período chegou a patamares nunca vistos até então. (PAIM, 2003, p. 19-20).

O autor vincula o interesse em priorizar a indústria em função do mercado externo, com o aumento das exportações, ao discurso do governo, promovendo incentivos à produção agropecuária, através do uso de fertilizantes, equipamentos agrícolas, sementes selecionadas, crédito agrícola facilitado. Tais manifestações encontraram eco junto aos agricultores, os quais recorriam a empréstimos bancários para modernização e emprego das novas tecnologias nas pequenas propriedades, já na tentativa de mantê-las viáveis e competitivas no sistema moderno de produção, mesmo que para isso tivessem de dar a propriedade em garantia.

Para dar sustentação à indústria, modernizou-se a agricultura, investindo em pesquisas, sobretudo na área da genética, de onde surgiram variedades de plantas e animais mais produtivos, dependentes do consumo de insumos e produtos industriais apropriados, rações e sementes, por exemplo. “De 1966 a 1986, diversas firmas multinacionais instalaram-se no País e ingressaram no mercado, entre elas, estão presentes a Purina e a Cargil, ambas de capital norte-americano.” (PAIM, 2006, p. 131).

Na pecuária, intensificou-se a criação de aves e suínos sob um novo tipo de organização, o chamado sistema de integração, cuja prática é apoiada em uma parceria entre o produtor e a agroindústria: o primeiro contribui com a propriedade, instalações e mão de obra; a segunda administra a produção. Àquele, o *status* de proprietário pelo fato de se manter na terra, na real, porém, um empregado sem salário fixo e direitos trabalhistas; a esta, além do controle sobre a produção e à vida do próprio produtor, outras inúmeras vantagens: fornecimento da matéria-prima, fim da concorrência, uma vez que a empresa não compra os animais de produtores que não sejam seus integrados, queda acentuada nos preços dos produtos.

Nos moldes da mudança, a indústria passa a determinar o que, como e quando produzir. Na produção de suínos, introduziu-se uma nova raça.

Foi o grupo Sadia que trouxe reprodutores e matrizes da raça Duroc Jersey, importados dos EUA. Já na década de 1960, o mesmo grupo, Sadia, introduz as raças europeias denominadas Large White e Landrassen. Muitos agricultores resistiram em trocar seu antigo modo de produzir. Para enquadrar todos os produtores dentro dos padrões estabelecidos, foi inventada uma doença chamada peste suína africana. Assim criou-se o pretexto para matar todos os porcos da raça comum e impor a nova raça. Os novos porcos precisaram ser produzidos dentro de determinados padrões de higiene e alimentação. Quem não procedeu como a agroindústria determinou foi sendo eliminado, seus animais não foram mais aceitos. (PAIM, 2006, p. 131).

Com a finalidade de organizar a agricultura de modo mais eficiente, fiscalizando a aplicação das novas bases tecnológicas, surge nesse período o sistema de extensão rural representado pela Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado de SC (Acaresc). Nessa nova relação de trabalho, muitos agricultores possuíam somente a terra; descapitalizados, não puderam tomar parte do processo de modernização do campo. Excluídos da tecnologia e do sistema de integração oferecido pela agroindústria, tiveram de buscar alternativas de emprego na cidade, para onde foi a maioria, ou mesmo trabalho assalariado na própria agricultura.

Contribuiu, ainda, para a saída das famílias do campo o fato de a pequena propriedade tornar-se inviável, não comportando todos os membros da família, geralmente numerosa. Assim, os filhos, jovens e adultos, quem não coubesse mais na terra, buscavam emprego na cidade (RENK, 1991). Destaque-se que a falta de políticas agrícolas voltadas para a pequena propriedade está igualmente no cerne do êxodo rural.

Na visão dos camponeses, todavia, a mudança para a cidade, assim como o trabalho assalariado, representava, antes de tudo, oportunidade que o campo não oferecia, como

[...] horário de trabalho fixo, feriados, descanso remunerado nos finais de semana, férias, salário no final de cada mês trabalhado; uma vez que, no campo, geralmente o dinheiro chega apenas na época da colheita ou quando entregam um lote de animais para o abate, sem contar com [...] todos os atrativos oferecidos pela cidade e as condições de trabalho no campo, Chapecó foi se tornando, a partir dos anos 70, a principal cidade do Oeste Catarinense. (PAIM, 2003, p. 27).

Mal sabiam eles, agricultores, operários, subempregados, trabalhadores fora da forma, que no avesso do tão sonhado progresso tivesse lugar para a fome, a violência, o desemprego, a prostituição, a doença, a falta de condições elementares de sobrevivência, entre outros problemas a enfrentar, muito maiores que a própria cidade.

Segundo o historiador, a cidade cresceu e se desenvolveu em todos os aspectos, exigindo infraestrutura adequada às necessidades em termos de habitação, assistência social, cultura, esportes, saúde, educação, atividades comerciais, prestação de serviços; e leis especiais voltadas ao incentivo à criação da

indústria – doação de terrenos, terraplenagem, rede de energia, isenção de impostos.

Porém, a “cidade das rosas” prosseguia travando batalhas diárias com seus próprios espinhos, com suas próprias contradições:

Aqueles que desfrutavam apenas os espinhos eram encarados como “um grande mal, um câncer mesmo, uma Biafra em pleno oeste catarinense, capaz de causar vergonha a qualquer ser humano válido”. Essas expressões foram usadas pelo jornal Folha D’Oeste quando, em 7 de fevereiro de 1970, referia-se aos moradores do Bairro São Pedro - bairro pobre da cidade. Para evitar que as “vergonhas” de Chapecó aparecessem e se multiplicassem, os governantes, clubes de serviço - Lions e Rotary - entre outras instituições religiosas e assistenciais conclamava-se a todos que se envolvessem numa cruzada salvadora, que evitasse a multiplicação de pessoas nessas condições e, conseqüentemente desses problemas que, antes de qualquer coisa, serviam para “envergonhar um povo que progride e se enriquece pelo trabalho”.

Além da repressão aberta aos “delinquentes”, outras formas mais sutis de disciplinarização foram sendo instituídas, principalmente sobre crianças e mulheres. Para as mulheres foi sugerido, em artigo jornalístico, que elas fossem “orientadas para terem uma tarefa a mais em seu próprio lar”, para que a comunidade chapecoense não presenciasse o que cotidianamente era observado, ou seja, mulheres, a qualquer momento, “em sua roda de amigos, saboreando um bom mate e bate papo”.

Quanto às crianças desocupadas, a disciplinarização deu-se de maneira mais intensa, aberta e organizada, através da implantação da Coordenadoria Regional da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM), em 27 de junho de 1977. (PAIM, 2006, p. 132-133).

Paralelamente à expansão da indústria, principalmente em atenção aos frigoríficos existentes – Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), Cooperativa Aurora –, bem como à Sadia Avícola S.A., que estava surgindo, tornava-se necessário enfrentar as contradições sociais das décadas de 1960 e 1970. Investir na indústria e, paralelamente, na ordem pública exigia, portanto, pensar formas de adestramento dos afetos e dos relacionamentos das mulheres, educar as crianças e tratar da formação das gerações mais jovens, a fim de que pudessem dar conta e, ao mesmo tempo, usufruir do tão sonhado progresso, da cidade e da indústria.

Em meio a essas demandas, o déficit educacional que havia em Chapecó e na região oeste de Santa Catarina nos anos de 1970, quanto a instalações físicas e profissionais habilitados, sobretudo no meio rural, era uma condição básica a ser atendida pelas autoridades e a própria comunidade, a fim de fazerem frente às exigências da indústria e do comércio em expansão, no sentido de suprir a insuficiência de mão de obra qualificada.

Amplia-se, desse modo, a rede de ensino, com a criação de escolas de ensino técnico – Senai²⁹, Senac³⁰, Sesc³¹ e Sesi³²; escolas de formação de professores – Curso normal; e fundação universitária – Fundeste³³. Essas instituições receberam incentivos dos poderes públicos municipais em conjunto com as organizações industriais e comerciantes, interessadas, certamente, em aumentar a produtividade e, conseqüentemente, os lucros.

Ao lado do desenvolvimento econômico e educacional, o historiador Paim (2006) também coloca em discussão a importância de outros setores organizados da sociedade na constituição das memórias, os movimentos sociais destacadamente. Assinala que, se até o início dos anos 1980 os movimentos sociais no Brasil ditatorial estavam sufocados pela repressão, os ventos da mudança no cenário nacional e local começaram a soprar para além do setor econômico e produtivo e na direção contrária às novas relações capitalistas de produção que se instalaram.

Nessa perspectiva, a região oeste de Santa Catarina e, especialmente, Chapecó despontam também na arena política, tornando-se símbolo da resistência na luta contra as diferentes formas de opressão.

Celeiro de Movimentos Sociais – expressão comumente usada por diferentes lideranças populares regionais e nacionais. Nessas lutas envolveram-se diferentes setores sociais: religiosos, agricultores, operários, índios, intelectuais.

As resistências foram se construindo e se consolidando com a vinda do Bispo Dom José Gomes em 1968, quando então a Diocese de Chapecó começou a construir “novas” práticas de ação enquanto Igreja. Trabalho inspirado pelo Concílio Vaticano II e dos encontros episcopais de Medellín e Puebla. A Diocese de Chapecó inaugurou uma nova orientação para a linha pastoral de atuação. É a opção preferencial pelos pobres.

A partir do final dos anos 1970, muitos agricultores, liderados pelos agentes religiosos, decidiram que não era mais possível ficar calados com a exploração e opressão que viviam e, coletivamente, começaram a protestar, através de vários movimentos sociais que nasciam desses descontentamentos. Entre os muitos movimentos surgidos nesse contexto, do Oeste Catarinense, pode-se citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o movimento pela tomada dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo combativo no campo, o Movimento das Mulheres

²⁹ Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

³⁰ Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

³¹ Sesc – Serviço Social do Comércio.

³² Sesi – Serviço Social da Indústria.

³³ Fundeste – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. Movimento comunitário que surgiu no início da década de 1970 objetivando a implantação do ensino superior em Chapecó e em outras cidades da região.

Agricultoras, O Movimento de Retomada das Terras pelos índios, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens. (PAIM, 2006, p. 134).

No oeste catarinense, entre outros fatores que impulsionaram o surgimento dos movimentos sociais, figura a peste suína africana, no ano de 1978. Nas investigações do historiador, os agricultores não enxergavam nenhum suíno doente e, de repente, vinha uma determinação para fazer a matança. Soldados armados executavam a ordem, após uma retroescavadeira abrir a vala onde os animais eram colocados, matando-os. Tal absurdo saltava aos olhos da população, a qual, indignada e com apoio da Igreja, de veterinários e técnicos agrícolas, após investigações, constatou que a peste suína foi uma farsa, uma estratégia do governo e das agroindústrias para eliminar a produção autônoma de suínos na região. (PAIM, 2006)

O autor ainda assevera que, por conta desse episódio, no final da década de 1970, ainda na vigência do regime militar, Chapecó foi palco de uma grande manifestação popular em protesto à situação vivida pelos agricultores, a qual reuniu cerca de 25 mil pessoas no estádio Índio Condá, seguindo depois pelas ruas da cidade. Esse protesto é considerado um marco na memória do oeste catarinense, a partir do qual foram sendo gestados os movimentos sociais que iriam mobilizar indígenas e agricultores da região a partir da década de 1980, em torno das causas que defendem.

Nesse terreno fértil, por vezes contraditório, tomam corpo os movimentos sociais, ancorados na resistência e na luta dos diferentes sujeitos e grupos que viveram e vivem na região em diferentes momentos. Experiências, valores, crenças, modo de vida, cultura que os constituem dão forma a um jeito diferente de dialogar com as memórias. Sob um outro ponto de vista, os monumentos, os acontecimentos, os episódios sejam, talvez, interpretados sob outras versões que não somente a oficial, além de representados por outros atores. A estes, caberia, pois, questionar os excessos e abusos da memória, como estratégias de manipulação e de instrumentalização tanto da lembrança como do esquecimento acerca da memória oficial, dado seu caráter hegemônico.

Dotadas de um sentido histórico, as memórias habitam terrenos movediços, sobre os quais torna-se necessário andar com cautela, ainda mais diante das fragilidades afetivas da memória, assim como seus abusos vinculados às manipulações da história, quando as lembranças são tecidas pela dor, pela injustiça

e por atos de violência. Por isso, examinar o tema da memória é sempre um desafio, um jogo dotado de carga emocional e, sobretudo, estratégica, controlado por aqueles que se dizem seus confiáveis e autênticos representantes. Processos dolorosos, entre eles, o linchamento, até hoje estão muito mais relacionados à ideia de valorização e reconhecimento àqueles que sofreram injustamente do que apenas ao dever de manter vivo o passado.

Desse modo, recordando Ricoeur (2007), na história de Chapecó, as feridas coletivas se mantêm abertas, expressas na supremacia do colonizador europeu sobre outros povos e culturas que já habitavam este chão no momento de sua chegada, assim como os abusos da memória se traduzem pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações.

Nesses termos, é possível constatar que a história oficial de Chapecó vai sendo construída em meio aos chamados abusos da memória, uma vez que tende a negligenciar e produzir o esquecimento de outras memórias e reforçar a memória coletiva do ato de violência fundante: a chegada dos colonizadores gerando conflito pela tomada da terra e do espaço que anteriormente pertencia aos caboclos, bem como produzindo um necessário esquecimento, um necessário apagamento de memórias contrárias a isso. Ao menor sinal da possibilidade de essas memórias esquecidas voltarem à cena, surgem a insegurança e o medo. Diante disso, entram em ação os abusos da memória, reforçando memórias hegemônicas, inspiradoras do pensamento coletivo.

O progresso de Chapecó avança, assim, permeado por práticas identificadas mais com a memória oficial, voltada para a visibilidade dos grandes feitos e heróis, assim como de crises identitárias, motivadas pelo medo das diferenças, do que reconhecidas pela presença de diferentes atores e organizações: caboclos, indígenas, pequenos agricultores, mulheres, setores progressistas da Igreja Católica, movimentos sociais, sindicatos.

3.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO À SOMBRA DAS LENTES OFICIAIS

A cidade é considerada um espaço de memórias e, como tal, congrega distintos elementos. Nessa perspectiva, antes mesmo de adentrar no terreno da memória, o texto insiste na relação entre história, memória e patrimônio. Na

sequência, apresenta o Monumento O Desbravador e o Monumento dos 100 Anos de Chapecó, ambos inaugurados em datas festivas de aniversário do município.

A história, como área de saber, trata de conhecimentos produzidos sobre o passado, através de fontes históricas, documentos. Já a memória possibilita acessar o passado a partir dos elementos presentes. De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, o termo “memória” origina-se do grego *mnemis*, do latim, *memoria*, de *memor*, “aquele que se lembra”, de uma raiz indo-europeia *MEN-*, “pensar”, que nos deu também mente. Para os gregos, a memória estava relacionada à divindade, pois se referia à deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as artes e a história. Memória: faculdade de reter ideias, sensações, impressões adquiridas anteriormente; lembrança; vestígio, sinal; monumento dedicado a alguém ou em celebração de uma pessoa digna de lembrança (FERREIRA, 1986, p. 117).

Nessa linha de pensamento, a filósofa Marilena Chauí (2006, p. 138) entende que a “[...] memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais.” Daí a noção de que a preservação da memória, da cultura se restringe a lugares de memória denominados “museus”, a casa das musas.

Nem sempre considerada pelos historiadores, pois não é dotada de materialidade, a memória tem caráter subjetivo, afetivo, emocional e é produzida por pessoas e grupos sociais, através de lembranças, histórias de vida. É nesse entrecruzamento entre a história e a realidade, na conexão entre o aspecto individual e o coletivo, na riqueza dos detalhes cotidianos que, segundo Ricoeur (2007), as identidades, as memórias, os projetos políticos vão sendo construídos.

Esse pensamento é enriquecido por Santiago Jr. (2015), para quem, no início do século XXI, entre história e memória, emerge o patrimônio como uma criação europeia capaz de englobar todas as outras invenções do passado que lhes são contemporâneas. No contraponto à existência da deusa mãe das musas, a memória, desponta o deus pai, o patrimônio, originário do latino *patrimonium*, que significa “herança familiar” ou “do *pater*” (pai), o patriarca, que, no Império Romano, como em geral em toda a Antiguidade, detinha o poder sobre a família, os escravos, os animais. No sentido mais amplo, usos, costumes, bens, posses, herança, legado de

uma geração ou de um grupo social para outro. A história, por sua vez, se ocupa da memória e do patrimônio, aos quais associa-se o monumento.

Sob esse enfoque é que o conceito de patrimônio histórico aparece frequentemente simplificado, como sinônimo de monumento arquitetônico, obra que personifica determinadas memórias, lembranças do passado. Essa percepção sinaliza, porém, uma contradição na relação entre patrimônio, história e os lugares de memória, pois tanto o patrimônio como a memória são realidades presentes e não somente do passado. Ambos têm raízes no passado, mas são atuais, porque conectam a espontaneidade, a compreensão do presente à invisibilidade do passado.

Em função dessa polêmica e na tentativa de assegurar especificidades e, ao mesmo tempo, aproximações entre memória e patrimônio, a hipótese teórica levantada é a de que, no atual quadro da historiografia, a problemática dos lugares de memória sofreu um deslocamento. Destaque-se que esse movimento da problemática dos lugares e da expansão do patrimônio está no centro do debate na atualidade. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015)

Quanto ao patrimônio, o autor, sem pretensão de reconstruir sua grande genealogia desde o século XVI, afirma que a reverência dos monumentos no decorrer do século XX deixou de ter uma implicação de legado, passando a ser concebido como um componente cultural de uma comunidade.

A abertura para a cultura do patrimônio demonstra que o lugar de memória, em vez de um ritual de uma sociedade com memória fraturada, é um exercício múltiplo de formação dos passados das diversas comunidades políticas. [...] a memória cultural ocidental sempre fora praticada de maneira diversa e fragmentada, embora, aparentemente, apenas a partir do século XIX tenha sido marcada por um princípio de arquivamento, da guarda e da produção do conhecimento do passado segundo premissas laicas, típicos dos sistemas artificiais da memória ocidental após a revolução industrial. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 262).

O conceito ampliado de patrimônio superou, dessa forma, seu aspecto memorável para tornar pública uma composição material, simbólica e funcional de rememoração e preservação, envolvendo desde manifestações culturais (celebrações, calendários, práticas, danças, comidas, saberes) aos artefatos materiais.

Os arquivos, museus, acervos em geral, monumentos e bens imateriais tornam-se assim instrumentos que permitem articular a possibilidade de

pertencimento coletivo. O próprio patrimônio pode ser concebido como um processo contínuo de sistematização de coleções públicas e distribuição de conhecimento que permite aos sujeitos e grupos sociais mediar as relações entre si mesmos a partir de aspectos destacados dos bens culturais. Desta maneira o patrimônio – esta característica salta aos olhos – oscila entre significações plurais, concomitantes e frequentemente conflitantes. Atualmente, quando o patrimônio imaterial tornou-se uma categoria corrente que evidencia a convivência de inúmeros usos da cultura pelos diversos grupos sociais que realçam aspectos mnemônicos para construção de cidadania cultural, o patrimônio cultural é uma arena de disputas semânticas que envolve e transcende suas funções mnemônicas. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 264).

Essa noção mais ampla e dinâmica de patrimônio está conectada ao conceito de cultura – hábitos, costumes, tradições, crenças, bens culturais materiais – e incorpora a memória urbana que constitui o patrimônio cultural de Chapecó (SC). Nesse sentido, as questões que envolvem a cidade, a memória e o patrimônio assumem relevância tanto em relação ao passado como na valorização do presente. A história e a memória das cidades, dos lugares articulam-se mutuamente, pois a memória permanece como guardiã das tradições e costumes dos grupos sociais. A lembrança proporcionada pela memória permite aos sujeitos encontrar, nas imagens de seu passado, o tempo presente.

No campo das Ciências Sociais, particularmente, a ideia de cidade vem se modificando, de acordo com o contexto político e histórico com o qual dialoga. Inicialmente, Yves Lacoste, no *Dicionário de Geografia* (2005), expõe que a palavra “cidade” tem sua origem no latim *civitate*, noção próxima de *civitas*, que significa “condição de cidadão”. Esse vocábulo deriva de *cives*, que pode ser traduzido como “homem que vive na cidade” ou “cidadão”. Cidade associa-se também à povoação urbana, do latim *urbs*. (2005, p. 21, 80, 315). Todavia, a fim de possibilitar a compreensão acerca das dinâmicas das cidades em suas interconexões com a temática da memória e do patrimônio, o texto enfatiza concepções contemporâneas para abordar aspectos que a visão tradicional não dá conta de explicar.

Nesses termos, recorre ao pensamento do geógrafo Milton Santos para refletir sobre a complexidade das cidades. Diferentemente de autores que discutem o conceito de cidade como sinônimo de urbano, ele estabelece diferenças e particularidades entre tais ideias. Entende a cidade como “o particular, o concreto e o interno”, em contraposição ao urbano, considerado “o abstrato, o geral e o externo” (SANTOS, 1994, p. 69).

Essa ideia de oposição entre cidade e urbano encontra respaldo na crítica do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (2001) ao fenômeno urbano. Para ele, a cidade apresenta-se como um espaço marcado por uma aglomeração humana, dividido em ruas, marcado pela ausência de atividades econômicas ligadas à agricultura, que atrai, reúne e concentra pessoas. Já o urbano, diferente da realidade agrária ou da industrial, reflete outra relação espaço-tempo, não deixando lugar para o predomínio das atividades econômicas, processos sociais e costumes da cidade sobre o campo. Seus estudos apontam para um déficit sociológico do urbanismo que não compreende o espaço como socialmente produzido, evidenciando que a edificação das cidades reproduz tendências à segregação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano.

A ideia de espaço de fluxos supera o significado do espaço dos lugares. Paradoxalmente, o conceito de lugar, de caráter abstrato, impreciso, está sendo retomado e pode abrir novas perspectivas na compreensão do urbano. Parafraseando novamente Milton Santos (1994), cada lugar é um ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas (p. 18), assim como de interesses longínquos (mundiais) e próximos (locais) (p. 18-19). Todos os lugares seriam mundiais, porém as pessoas e os lugares não se globalizariam (p. 31) e a emoção seria possível apenas nos lugares.

Na visão do autor, o conceito de lugar compreende inúmeras interpretações, podendo ser visto a partir de diferentes enfoques: lugar da existência, da coexistência, da solidariedade, do acontecer solidário, da dimensão do espaço cotidiano, do singular e do subjetivo. De outro modo, não dissociado, o lugar conforma o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e da especialização dos lugares, atendendo as exigências de produção e circulação do modo de produção capitalista atual.

Ao dialogar com inúmeras interpretações sobre a cidade, o urbano, o mundo e o lugar, o contexto político e histórico aprimorou as apreciações sobre a questão da memória. A cidade é vista como um espaço de memória, um lugar de representação simbólica de tempos pretéritos e de práticas culturais atuais com vistas à construção do futuro.

Nos termos do debate historiográfico atual, a memória transcende os lugares, uma vez que está sujeita às escolhas, opções, ao senso de pessoas e grupos, em meio a relações de poder. A construção da memória faz parte de um jogo, cujo

desafio principal consiste em querer lembrar, valorizar identidades e elementos do passado, mas também aposta no seu esquecimento. De outro modo, o patrimônio cultural e a memória são construídos através da lembrança e também do esquecimento.

3.2.1 O patrimônio cultural do Brasil e de Santa Catarina

O debate em torno do patrimônio cultural no Brasil está vivenciando um novo cenário, impulsionado por diferentes atores sociais detentores de saberes tradicionais e locais. Se durante décadas predominou uma visão preservacionista, voltada notadamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal – igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos típicos –, mudanças legais e conceituais descortinaram um panorama que provocou uma revolução silenciosa nas concepções de patrimônio.

Em decorrência desse movimento, constatam-se reflexões instigantes e consequente revitalização de práticas discursivas, a partir das quais falar em patrimônio cultural remete à história, memória e identidade de um determinado povo. Sob esse entendimento, o patrimônio cultural passa a ser compreendido como uma construção assentada na relação entre natureza e cultura, que associa componentes materiais e imateriais.

Do ponto de vista material, o patrimônio cultural compreende instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN). Logo, abrange o conjunto de bens físicos, como obras de arte, pinturas, esculturas, monumentos, cidades, prédios, conjuntos arquitetônicos, parques naturais, sítios arqueológicos, enfim, tudo aquilo que existe materialmente e possui algum valor histórico e cultural que o dignifica de ser preservado e tem uma durabilidade considerável.

O patrimônio cultural imaterial, de sua parte, não requer a existência palpável, visível de um bem para reconhecê-lo como patrimônio. Sim, diz respeito à diversidade cultural e à criatividade humana, ao conjunto de valores, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (IPHAN) transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. Ligado

aos aspectos emocionais ou subjetivos de um povo, o patrimônio cultural imaterial engendra um sentimento de identidade, abarcando um acervo amplo e diversificado de expressões culturais em diferentes áreas: línguas, festas, culinária, rituais religiosos, danças, conjunto de ditos populares, lendas, mitos, músicas, saberes e fazeres vários.

O Brasil, pela sua formação a partir da contribuição de diferentes povos, possui uma grande diversidade cultural. Conta, assim, com inúmeros patrimônios nacionais materiais, imateriais e até mesmo patrimônios da humanidade (patrimônio cultural mundial), tendo todos um importante papel na preservação da identidade e história do País.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan³⁴, o patrimônio cultural não é restrito a imóveis isolados, igrejas ou palácios, mas se estende a propriedades privadas, setores urbanos e até mesmo a ambientes naturais de relevância paisagística, além de imagens, móveis, utensílios e outros bens. Talvez por isso a preocupação com a defesa do patrimônio cultural brasileiro já ocorria em meados do século XVIII e teve prosseguimento no século XIX, vindo a amadurecer no século XX, anos 30.

Dados da Fundação Catarinense de Cultura (2021)³⁵ confirmam que a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, responsável pela organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, contribuiu para que o estado de Santa Catarina também se ocupasse com a proteção de seu patrimônio histórico. Inicialmente, o estado voltou sua atenção para os fortes militares localizadas na Ilha de Santa Catarina e, já em 1938, para outros bens, localizados em Laguna, Joinville e Florianópolis. Ainda, em 1985 e 1987, os centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul, respectivamente, foram incluídos na

³⁴ O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) está vinculado ao Ministério do Turismo, que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Foi criado em 1937, fruto de políticas públicas oriundas do governo de Getúlio Vargas para o reconhecimento e a preservação da diversidade cultural brasileira. No entanto, os primeiros indícios que remontam à história do Iphan datam de 1933, quando foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), órgão vinculado ao Museu Histórico Nacional. (Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2021).

³⁵ A FCC (Fundação Catarinense de Cultura) é a instituição encarregada da aplicação da lei e da proteção do bem cultural no âmbito estadual. (Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/1404-patrimonio-cultural/patrimonio-cultural-material>>. Acesso em: 18 jan. 2021).

lista dos bens a serem preservados pelo poder público, com amparo na lei número 5.846/1980, de Tombamento Estadual.

De acordo com a Fundação Catarinense de Cultura (2021), integram o patrimônio cultural catarinense as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Assim, o patrimônio cultural de Santa Catarina e do Brasil é formado a partir das identidades e também das diferenças características das comunidades, tendo as memórias fundamental importância.

3.2.2 O patrimônio cultural material de Chapecó retratado nos monumentos

Vinculado às lembranças, à memória, o patrimônio cultural de Chapecó é um bem a ser preservado em respeito à formação sociocultural de seu povo, à relação que mantém com as identidades culturais, com a sua própria história. De acordo com o que estabelece a legislação de Santa Catarina, particularmente a lei número 5.846/1980, Chapecó dispõe sobre o seu patrimônio cultural através da Lei n. 3531, de 25 de junho de 1993, considerando bens passíveis de tombamento “[...] as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da história do município ou que representem excepcional valor arqueológico bibliográfico artístico, etnográfico religioso ou ambiental.” (CHAPECÓ, 1993).

Movida pela curiosidade de olhar de novo, saber mais sobre o cotidiano, a realidade concreta, as lembranças e também os esquecimentos que constituem a memória oficial e o patrimônio cultural do município, a pesquisa optou pelo estudo do patrimônio cultural material de Chapecó³⁶. Todavia, pela amplitude e riqueza de

³⁶ O patrimônio cultural material de Chapecó é constituído por nove obras: seis monumentos, dois murais e um busto. Entre os monumentos, figuram estes: *Monumento Índio*, construído em 1978, localizado na lateral direita do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, esquina das ruas Assis Brasil com a Marechal Floriano Peixoto, anteriormente localizado no interior do estádio Arena Condá; *Monumento O Desbravador*, inaugurado em 25 de agosto de 1981, localizado na Avenida Getúlio Vargas, canteiro central da cidade, ao lado da Igreja Católica; *Monumento O carreteiro marco histórico do nascimento e colonização de Chapecó*, inaugurado em 25 de agosto 1987, inicialmente localizado no trevo do Distrito Marechal Bormann, às margens da SC 480, em direção ao estado do Rio Grande Do Sul, cujo desgaste pelo tempo e significado acabou por

significados das obras que integram o patrimônio cultural material de Chapecó, em número de nove, estas passaram por um recorte, sendo escolhidos os monumentos. Destes, dois foram contemplados para compor o estudo, pelo fato de retratarem a celebração da memória histórica da cidade: O Desbravador (1981) e o Monumento dos 100 anos de Chapecó (2017), ambos inaugurados em datas festivas, por ocasião das comemorações de aniversário de 64 e de 100 anos do município respectivamente.

Evocando as origens, a palavra monumento vem do grego *mnemosynon* e do latim *moneo*, *monere*, que significa “lembrar, aconselhar ou alertar”. Em português, é definido como artefato, obra notável, de arquitetura ou de escultura, em honra a um grande vulto ou acontecimento digno de ser lembrado (FERREIRA, 1986). Indo além, os monumentos estão imbuídos de valor espiritual (LE GOFF, 2013).

Relacionados com o processo de formação de identidades (e de diferenças), que dividem o mundo social (SILVA, 2003a), os monumentos revelam (e também escondem), anunciam (e igualmente silenciam) memórias, lembranças (e esquecimentos), emoções, em torno da história da colonização e do desenvolvimento de Chapecó. Elegê-los, portanto, como objeto de estudo requer mais problematizar as representações sociais que circulam nesses espaços, verdades e projetos ali defendidos pelos diversos grupos, de acordo com seus ideais de sociedade, do que a obra em si mesma, por mais imponente e grandiosa que ela se apresente.

3.2.2.1 Monumento O Desbravador

destruir a escultura; *Monumento Ângelo Sartori*, construído na gestão de 1989-1992, localizado no Parque Ângelo Sartori do bairro Palmital; *Monumento O Viajante*, construído em 1992, localizado no Terminal Rodoviário de Chapecó, na esquina das ruas Líbano com a John Kennedy, bairro Passo dos Fortes; *Monumento 100 anos de Chapecó*, inaugurado em 25 de agosto de 2017, localizado no final da Avenida Getúlio Vargas. Integram os murais: *Mural Identidade*, construído em 2000, localizado na parede externa do Terminal Rodoviário de Chapecó; *Mural O Ciclo da Madeira*, inaugurado em 25 de agosto de 2001, localizado na Praça Coronel Ernesto Francisco Bertaso. A nona obra é o *Busto do Coronel Ernesto Francisco Bertaso*, localizado na praça que leva seu nome, em frente à Catedral Santo Antônio (COSTELLA; FERREIRA, 2011).

O Monumento O Desbravador (figura 1) foi idealizado pelo Lions Clube³⁷ Chapecó, fundado em 31 de março de 1963. Em 1980, Victorino B. Zolet, membro do Lions Clube Chapecó e encaminhou ao então prefeito, Milton Sander, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), gestão 1977-1983, solicitação para instalação de um monumento em praça pública.

Aceito o pedido, a comissão reuniu-se em 7 de novembro de 1980 para avaliar as condições estabelecidas pelo decreto e, ao final, deliberou o que segue:

1. O Sr. Paulo de Siqueira deverá se responsabilizar pelo desenho e pela obra de arte do monumento. Fará o modelo em gesso. 2. A estátua deverá ter 2 metros de cabeça à base, sendo que o braço direito e a coroa de louros sobressairão estas dimensões. 3. A estátua será fundida em bronze e será feita uma pesquisa para se ter entre as fundições de Caxias do Sul, Blumenau e Joinville a que fizer a melhor oferta. 4. O pedestal será obra do arquiteto Osny de Souza Filho, devendo ter a altura mínima de 4 metros e ser redondo - em forma de um tronco – ou triangular com formas suaves. 5. O local escolhido pela Comissão foi o canteiro da Avenida Getúlio Vargas, quase em frente ao Hotel Coronel Bertaso. 6. Quanto aos custos, foi feita uma pesquisa na Fundação Tomé, de Caxias do Sul e também consultado o artista Paulo de Siqueira e são os seguintes: A Estátua fundida deverá custar Cr\$ 350.000,00 e o pedestal Cr\$ 80.000,00 com acabamento de Cr\$ 20.000,00, saindo a obra total por volta dos Cr\$ 450.000,00. 7. Como a cidade de Chapecó comemora no próximo dia 5 de maio de 1981 seu quinquagésimo aniversário - Jubileu de Ouro - a Comissão sugere que nesta data seja inaugurado o respectivo monumento. (ZEN, 2019).

A obra, cujo valor seria custeado pelo município, tinha como objetivo homenagear os colonos que vieram do Rio Grande do Sul habitar as terras da região oeste de Santa Catarina, verdadeiros desbravadores diante das inúmeras dificuldades que enfrentaram. Segundo Zolet, essa ideia inspirou-se no Monumento O Laçador, construído na entrada da cidade de Porto Alegre (RS), e no troféu O Desbravador, anterior ao monumento, pois instituído em 1977 pelo prefeito Milton Sander e produzido pelo artista plástico Paulo de Siqueira, em homenagem aos cidadãos destaque de Chapecó.

³⁷ “O Lions Clubs International é uma organização de abrangência internacional e nacional de clubes de serviço cuja missão consiste em empoderar os voluntários para que sirvam às suas comunidades e atendam às necessidades humanas, fomentem a paz e promovam a compreensão mundial. A organização tem como objetivo promover o entendimento entre as pessoas em uma escala internacional, atender a causas humanitárias, e promover trabalhos voltados a comunidades locais. Em 2018, contava com mais de 47 mil clubes locais em 210 países e 1,5 milhões de membros.” (Disponível em: <<https://www.lionsclubs.org/pt>>. Acesso em: 20 jan. 2021).

Bem ali, no coração da cidade, em frente à praça, ao lado da Igreja Católica, próximo a bancos, hospedarias, comércio em geral, no dia 25 de agosto de 1981, data em que o município comemorava 64 anos de emancipação político-administrativa, o monumento foi inaugurado. Porém, somente no dia 3 de setembro de 1985 foi instituído oficialmente, através da Lei n. 2656.

Em relação a particularidades da obra, como tempo, número de trabalhadores, peso da escultura e valor empregados, constatou-se que “[...] foram necessários três meses para a sua construção, por uma equipe de oito homens. Ela pesa aproximadamente nove toneladas e teve um custo de aproximadamente de CR\$ 1.000.000.00 (um milhão de cruzeiros).” (GUISOLPHI, 2007, p. 46). O monumento, que antes deveria ser feita de bronze, evoluiu para uma escultura maciça feita de chapas de ferro e materiais recicláveis - com os quais o artista possuía maior habilidade (MONEGO, 2009).

Imponente e majestoso, O Desbravador está localizado na Avenida Getúlio Vargas, esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto, canteiro central, revelando que os objetivos de sua construção foram alcançados, senão superados. A imagem é símbolo de evolução e desenvolvimento, em uma região perdida no interior do país. Assim, pela sua monumentalidade e localização, e contando com ampla colaboração dos meios de comunicação e setores da sociedade, O Desbravador transformou-se em cartão-postal da cidade, chamando a atenção de quem por ali circule, em especial dos turistas. (ZEN, 2019)

Figura 1 – Fotografia do Monumento O Desbravador, visto de frente – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021



Fonte: Acervo do autor (2021).

Edificada a partir da técnica de soldagem em sucata metálica, “a estátua em metal mede 12,7 metros, somado à sua base de concreto de 5,70m de largura, o monumento totaliza 15 metros de altura e pesa 9.000 kg” (MONEGO, 2009, p. 50). A logística do posicionamento da obra busca transpassar a ideia de o desbravador estar sempre voltado de frente para o Norte, aonde se estendem o centro comercial, administrativo e financeiro da cidade (ZEN, 2019).

O Monumento O Desbravador é representado por uma escultura antropomorfa de um homem em pé. Em sua mão direita, segura um machado, no qual está apoiado, enquanto na mão esquerda, com braço erguido, segura um ramo de louro. Sua indumentária é composta por um poncho, chapéu, botas, bombacha e um lenço em seu pescoço. Na cabeça da escultura, observamos outras características, como sua dimensão em menor escala, desproporcional em relação ao tamanho do seu corpo. O seu rosto é arredondado, com sobrancelhas e olhos grandes e bochechas salientes. Também possui uma barba espessa. A escultura do homem apresenta-se em uma posição altiva, com a sua perna direita posicionada mais à frente. Há representação de um poncho de forma estilizada, indiciando um movimento de vento, enquanto o rosto está voltado para a esquerda, olhando em direção a um ramo de louro, que segura na mão direita com o braço levantado. (ZEN, 2019, p. 103.)

Figura 2 – Fotografia do Monumento O Desbravador, vista dorsal – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021



Fonte: Acervo do autor (2021).

O responsável pela execução da obra foi Paulo de Siqueira, gaúcho nascido em Soledade (RS), em 26 de julho de 1949. Autodidata nos conhecimentos em artes visuais, adquiridos através de leituras, intercâmbios e produções de obras, esteve pela primeira vez em Chapecó em 1965, a convite da Família Bertaso, para realizar uma decoração de casamento. Mais tarde, em 1972, mudou-se para Chapecó, dando continuidade ao trabalho de decorador. Sua obra utilizava diferentes linguagens artísticas, todavia ele definia-se apenas como escultor, considerando a pintura como passatempo. Suas esculturas eram feitas com refugo de materiais,

como ferro, aço e alumínio. Nos anos 1980, dedicou-se aos monumentos, acreditando que a arte era um veículo de comunicação e de estética, devendo, assim, ser acessível a todos. Falecido em 30 de julho de 1996, sua arte e seu “espírito Dom Quixote” continuam vivos em suas obras³⁸.

Funcionário público municipal no período de 1977 a 1996, membro do Conselho Municipal de Cultura, era do círculo de amigos do prefeito Milton Sander, uma espécie de afilhado deste, de quem contava com apoio. Personalidade de traços marcantes, um tanto irreverente em seu jeito de ser, homossexual assumido, o artista desfrutava de privilégios no serviço público e prestígio junto à elite local (MONEGO, 2009).

Atualmente, o Monumento O Desbravador guarda em sua base, na parte posterior, o Memorial Paulo de Siqueira³⁹, com exposição sobre sua vida e obra. Entre outros objetos pessoais, o memorial ostenta uma placa de prata, entregue ao artista em 1982, um ano após a inauguração do monumento, como uma homenagem da prefeitura municipal, na gestão 1977-1983, do prefeito Milton Sander, com os seguintes dizeres: “Ao Artista Plástico Paulo de Siqueira. Autor do Troféu e Monumento ‘O DESBRAVADOR’ símbolo da colonização, do progresso e da bravura do homem d’oeste, as homenagens e reconhecimento do povo chapecoense.”

Figura 3 – Fotografia do Monumento O Desbravador, Placas de reconhecimento e homenagem – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021

³⁸ J. T. *Descubra Chapecó*. Disponível em: <<http://www.descubrachapeco.com.br/paulo-de-siqueira>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³⁹ O Memorial Paulo de Siqueira foi instituído em homenagem ao artista responsável pelo Monumento O Desbravador. Nele está reunida uma parte do acervo de obras e objetos do artista plástico, doado ao município por seu amigo Dr. Ihunes Prieto. O Memorial, instituído oficialmente em 13 de outubro de 2005, na administração do prefeito João Rodrigues, por meio da Lei Municipal n. 4891, abriga pinturas, esculturas e alguns objetos pessoais de Paulo. Instalado na base do Monumento O Desbravador, na parte de trás, é desde o ano de 1992 que o espaço comporta as memórias do artista, muito embora sob diferentes denominações. Inicialmente, a sala foi alugada para o artista como ateliê, onde realizava seus trabalhos, comercializava suas obras. Esse fato, porém, foi considerado como sendo mais um privilégio a ele concedido e, por isso, suscitou críticas por parte da comunidade. Entendia-se que, por ser um espaço público, não poderia servir a um artista apenas, já que o quadro artístico de Chapecó incluía outros nomes. Em 13 de janeiro de 1996, o espaço passou a ser denominado Galeria de Artes Paulo de Siqueira, através da Lei n. 3714 e, a partir de outubro de 2005, Memorial Paulo de Siqueira. (Disponível em: <<https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=17>>. Acesso em: 21 jan. 2021).



Fonte: acervo do autor. (2021)

No conjunto, figuram três placas: ao centro, a placa de inauguração do Monumento O Desbravador, em 25 de agosto de 1981, homenageando o Povo de Chapecó; à esquerda, a placa de reconhecimento ao Lions Clube como idealizador da obra, solicitada à prefeitura pelo próprio clube, fixada em 31 de março de 2006, data em que o Lions Clube Chapecó comemora aniversário de sua fundação; à direita, a condecoração ao artista Paulo de Siqueira, executor da obra. A terceira marca a restauração do monumento em 25 de agosto de 1999, pelo prefeito José Fritsch do Partido dos Trabalhadores (PT) - gestão 1997 a 2000 – que restaurou o monumento e dispôs à seguinte frase junto ao monumento "a restauração desta obra é uma homenagem a todos que escolheram esta terra para viver e ser feliz". No entanto, foi posteriormente removido, devido à indignação pública de que a placa estivesse sendo usada para promover ao prefeito em questão (ZEN, 2019).

3.2.2.2 Monumento do Centenário de Chapecó

O Monumento do Centenário de Chapecó foi proposto por Luciano Buligon, prefeito de Chapecó, na gestão 2017-2020, em requerimento ao Conselho Municipal de Cultura no dia 5 de maio de 2017⁴⁰. Na ocasião, o Executivo municipal apresentou o projeto de lei do Monumento do Centenário aos membros do referido

⁴⁰ CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ. Gabinete da Prefeitura Municipal de Chapecó. **Ata (004) da reunião realizada no dia cinco de maio de 2017**. 7 p. Disponível em: <<https://goo.gl/zTJdVe>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

conselho para ser apreciado. Com a aceitação dos presentes, o projeto seguiu para a Câmara de Vereadores, para as devidas considerações.

No dia 8 de maio de 2017, o projeto de Lei 62/2017⁴¹ versando sobre a edificação do monumento deu entrada na Câmara de Vereadores para ser apreciado em caráter de urgência. Logo, no dia 25 de maio, em sessão ordinária, em face de pedido de vistas para discussão e viabilidade de emendas, a decisão foi prorrogada para o encontro subsequente. De acordo com levantamento prévio realizado pelos vereadores, como no projeto não constava um cronograma de gastos, apenas estimativa de que custaria em torno de 240/250 mil reais, foi retirado pelo vice-prefeito, Élio Cella.

Em função da tramitação negativa na Câmara, o prefeito Luciano Buligon ordenou, através de decreto, em 31 de maio de 2017, a construção do monumento. Em seguida, formalizou contrato junto à empresa 3MRC Eventos e Decorações⁴², nomeando Roberto da Silva Claussen responsável pela obra, detalhando melhor o projeto: características do empreendimento, prazo a ser observado e valores disponibilizados, na ordem de 330 mil reais, provenientes da Secretaria de Cultura do município (SCHMITZ, 2009). A partir dessas tratativas, o Monumento do Centenário de Chapecó foi edificado pelas mãos do referido artista em menos de quatro meses, tendo sido inaugurado no dia 25 de agosto de 2017, por ocasião das comemorações dos 100 anos do município.

A obra suscitou polêmicas entre a população: iniciada por decreto do Executivo, sob argumentos de atraso na autorização da Câmara de Vereadores; houve ausência de licitação pública para a realização da obra; quais as motivações de justificativa do empreendimento; e, sobretudo, por que a pressa na sua edificação? Em três meses, aproximadamente, o projeto foi apresentado ao Conselho Municipal de Política Cultural, passou pelo Legislativo, transformou-se em decreto e o monumento foi construído e inaugurado.

⁴¹ PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Projeto de Lei n. 62, de 05 de maio de 2017.** Autoriza o Executivo Municipal a erigir monumento em comemoração ao centenário do Município de Chapecó e dá outras providências. Chapecó, maio 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/R4Z6x5>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

⁴² PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Contrato n. 363, de 01 de junho de 2017.** Instrumento público de contrato que celebram a Prefeitura municipal de Chapecó e a empresa 3MRC eventos e decorações LTDA – ME, Chapecó, jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Ey8PXb>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Observe-se, contudo, que a rapidez com que a obra se concretizou não foi sinônimo de concordância de ideias, de consenso entre a população. Tanto que o prefeito, Luciano Buligon, teve de se utilizar dos meios de comunicação social para tentar rebater as críticas, do início ao fim da obra. Justificava ele que era preciso correr contra o tempo pois a data em que o município completaria seu centenário se aproximava, sendo preciso, portanto, marcá-lo definitivamente. E ninguém melhor do que o prefeito da cidade para fazê-lo.

Segundo o prefeito, em entrevista concedida ao *Jornal Diário do Iguaçu* no dia 7 de junho de 2017⁴³, o Monumento, localizado no canteiro central do Loteamento Avenida, no Bairro Bom Retiro, em posição frontal a O Desbravador, assentado num pedestal de três metros e meio de altura, foi construído para homenagear e agradecer os pioneiros que trabalharam incansavelmente pelo desenvolvimento de Chapecó.

⁴³ PICCINI, Audrey. Monumento do Centenário: Bertaso, de Nes e Bodanese eternizados na Getúlio. **DI Online**, 7 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/monumneto-do-centenario-bertaso-de-nes-e-bodanese-eternizados-na-getulio-vargas-34947>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

Figura 4 – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó, visto de frente – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021



Fonte: Acervo do Autor (2021)

O executor do monumento foi Roberto da Silva Claussen, nascido em 11 de março de 1966, em Niterói, Rio de Janeiro; ele é designer, ceramista e artista com 25 anos de carreira. Autodidata, trabalha com diversos tipos de materiais: ouro, prata, bronze, pedras, alumínio, ferro, aço, cerâmica e madeira. Utilizando-se de várias técnicas, o artista passa do figurativo para o abstrato com sutileza. Trabalhando na perspectiva sustentável, a qual ele denomina de “ecoarte”, pois explora os cinco elementos (terra, água, fogo, ar e amor), tem suas produções reconhecidas

internacionalmente, em mais de 30 países. Sua obra figura ao lado das de Bruno Giorgi e Alfredo Ceschiatti no Palácio do Planalto, em Brasília. O artista também possui obras no acervo da Galeria do Vaticano, em acervos públicos da Bélgica e dos Países Baixos, devidamente catalogadas. Seu trabalho lhe concedeu inúmeras premiações, entre elas o título de Comendador de Arte pela Instituição Carlos Gomes, concedido pela embaixada brasileira na Itália⁴⁴.

Figura 5 – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó, vista aproximada de frente – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021



Fonte: Acervo do autor (2021).

⁴⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Claussen>. Acesso em: 25 nov. 2020.

As personalidades ilustres que habitam a memória oficial de Chapecó e, por isso mesmo, compõem o monumento que marca o centenário da emancipação político-administrativa do município são Ernesto Francisco Bertaso, o colonizador; Plínio Arlindo de Nês, o industrial; e Aury Luiz Bodanese, o cooperativista. Desse modo, estes representam os três grandes pilares do desenvolvimento de Chapecó: a colonização, o cooperativismo e o processo de industrialização.

Pela ordem cronológica, o primeiro homenageado a que o texto se refere é Ernesto Francisco Bertaso, nascido na cidade de Veronela, na província de Verona, Itália, no dia 24 de setembro de 1874, filho de Serafim Bertaso e de Veneranda Benetti Bertaso. Conheceu o Brasil aos nove anos de idade, quando da vinda de seus pais para o País. No Brasil, casou-se com Zenaide Ballista Bertaso, pai de quatro filhos, tendo nacionalidade brasileira reconhecida em 28 de fevereiro de 1941, anos antes de falecer, em 1960.

No país sul-americano, sua família residiu em Santa Maria (RS) e, posteriormente, migrou para a cidade de Porto Alegre (RS), onde, desde jovem, Ernesto desenvolveu suas habilidades ligadas às atividades comerciais, ocupando por 30 anos a profissão de caixeiro viajante.

[...] ser caixeiro viajante representava uma função social de grande valia, pelo relacionamento exercido, apesar de espinhosa, porquanto era utilizado como meio de transporte o cavalo, enquanto os mostruários e os artigos para venda acompanhavam transportados em “cargueiros”, no lombo de muares. (PIAZZA, 1982, p. 256).

No início do século XX, à frente da Companhia Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, gerenciou e explorou a ocupação do oeste de Santa Catarina. Sua empresa encaminhou para a região por volta de 8.000 famílias, que, segundo seus próprios cálculos, em média, detinham 5 membros cada, totalizando um número próximo a 40.000 mil pessoas. Segundo sua percepção, os migrantes eram,

[...] na sua maioria ítalo-brasileiros, vindos do Estado do Rio Grande do Sul, havendo grande parte do nosso caboclo, não existindo colonos estrangeiros. O número de famílias que moram dentro da colonização é calculado em cerca de mil, havendo em média cinco pessoas em cada família. (PIAZZA, 1982, p. 260).

Estima-se que o patrimônio territorial do Coronel Ernesto Francisco Bertaso chegou a atingir 2.249.259.441m², número quase inimaginável, que lhe rendeu poder e autoridade no local e que proporcionou títulos e honrarias ao longo de sua vida, como o posto de Coronel, ou mesmo depois dela, compondo o Monumento do Centenário (PIAZZA, 1982).

Evidencie-se que o elevado título de coronel⁴⁵ é uma denominação que remonta à criação da Guarda Nacional no Brasil Imperial e cabia sempre às pessoas influentes do lugar, não necessariamente latifundiários, mas proprietários de terra e outros bens de fortuna, detentores do poder econômico e político e da confiança do governo. Com a proclamação da república e o fim da Guarda Nacional, os coronéis mantiveram o prestígio e respeito que haviam conquistado, preservando a troca de favores e, dessa forma, mantiveram sob sua “proteção” uma série de afilhados, em troca de obediência.

Em vista de suas posses, atuação e importância na comunidade, “o ex-caixeiro-viajante gaúcho Ernesto Francisco Bertaso, colonizador e industrial madeireiro, comprou o título de militar-coronel-da Guarda Nacional: Diploma de Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional” (HASS, 2000, p. 67), congregando nessa inscrição atributos pessoais e influência política dignas do posto de coronel.

É lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó como um coronel bonzinho, homem de virtudes, patrocinador de causas sociais, sempre disposto a ajudar na comunidade; grande parte “dos terrenos dos estabelecimentos públicos, religiosos, filantrópicos e de entidades com fins recreativos e esportivos foram doados pela Colonizadora Bertaso” (SILVA apud HASS 2000, p. 68), preocupada com a infraestrutura das localidades e com o progresso da povoação.

⁴⁵ “O coronelismo no Brasil teve suas origens a partir do momento em que Dom Pedro I, antes de deixar o País rumo a Portugal, no ano de 1827, criou o cargo de juiz de paz. Este era eleito pelas pessoas que tivessem o direito de votar, segundo suas riquezas, e exercia a função de polícia, com poder para prender e julgar os cidadãos. A criação do juiz de paz significou, desse modo, a retirada da justiça da esfera pública e passou a ser responsabilidade dos proprietários de terras e fazendeiros locais. A principal consequência da criação desse cargo foi a ampliação do poder local dos proprietários de terras e de escravos, durante o período regencial (1831-1840), o qual teve início após D. Pedro I abdicar do trono brasileiro em 1831. Como o filho dele não poderia assumir o trono por ter apenas cinco anos, foi feita uma transição em que o país foi governado por regentes. Nessa época, era comum o abuso de poder dos juízes de paz. A partir do momento em que assumiram o poder, os regentes criaram a Guarda Nacional, a fim de garantir a ordem, a segurança e a soberania do território nacional, em substituição ao Exército, uma vez que não confiavam em seus oficiais, que se mostravam inclinados a reivindicar a volta do imperador.” (Disponível em: <www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/origens-do-coronelismo-n...>. Acesso em: 25 jan. 2021).

Vale destacar que as homenagens rendidas ao coronel Ernesto Francisco Bertaso se justificam pelo seu papel, dito pioneiro, na colonização, garantindo a ocupação e o povoamento da região oeste de Santa Catarina. No entanto, textos apontam que outras figuras tiveram contribuição nessa missão.

Não seria possível um trabalho de desbravamento e colonização, como efetuado por Ernesto F. Bertaso, numa área bem afastada dos meios políticos e administrativos, onde, ainda, existia o indígena, e outros posseiros, se não houvesse a ação pertinaz de esclarecimento e de conciliação desse espírito superior que foi o Dr. Antônio Selistre de Campos. (PIAZZA, 1982, p. 260).

Em 1931, Antonio Selistre de Campos se tornou Juiz de Direito na comarca de Chapecó, função essa que exerceu por 26 anos, dedicando-se à defesa dos Kaingangs na região. Foi um dos fundadores do Jornal a Voz de Chapecó e da primeira escola para indígenas na cidade de Chapecó, no ano de 1937, em que as aulas eram ministradas pelo Kaingang Felicíssimo Belino. Na década de 1970, o Museu da cidade de Chapecó ganhou o nome de Antonio Selistre de Campos, porém seu papel na relação com os indígenas ainda é silenciado (MANFROI, 2008).

O Coronel Ernesto Bertaso nasceu em Verona (Itália) em 24 de setembro de 1874, e imigrou para o Brasil em 1885. Foi caixeiro-viajante e comerciante, em 1904 casou-se com Zenaide Ballista (1883-1988), com quem teve seus quatro filhos. Ernesto Bertaso faleceu em Chapecó em fevereiro de 1960, aos 85 anos (DORI, 2019). Sendo lembrado como o fundador de Chapecó e recorrentemente prestigiado na historiografia positivista por seu trabalho e pioneirismo (PIAZZA, 1982) (ZEN, 2019).

Diferentes administrações municipais de Chapecó (SC) conferiram-lhe homenagens: praça da cidade que leva o seu nome, construção de busto localizado na mesma praça, tombamento em nível municipal das suas duas residências – Casa Histórica da Família Bertaso, via decreto n. 23.949, de 7 de abril de 2011, e Residência “Vila Zenaide”, conhecida como “Casa do Coronel Bertaso” ou “Castelinho”, pelo decreto n. 36.196, de 20 de dezembro de 2018 – e o Monumento aos 100 anos de Chapecó. (ZEN, 2019, p. 150).

O segundo cidadão condecorado é Plínio Arlindo de Nês⁴⁶, nascido na cidade gaúcha de Encantado, no ano de 1921. Com apenas 21 anos de idade, em 1942, migrou para Santa Catarina em busca de novos horizontes. Considerado político habilidoso, empresário bem-sucedido, homem de negócios, sua história é marcada por experiências distintas, particularmente no mundo empresarial. Foi administrador do setor de importação de refrigeradores e do setor madeireiro no meio oeste catarinense. Destacou-se como fundador e primeiro presidente do Frigorífico Chapecó (CHAPECÓ, 1997).

Além de sua atuação no mundo empresarial, transitou no espaço político com desenvoltura, elegendando-se vereador e prefeito de Chapecó, deputado estadual de Santa Catarina, e exercendo a função de Secretário Estadual dos Negócios do Oeste. Paralelamente a isso, foi presidente da fundação hospitalar e assistencial da cidade e membro fundador da Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste).

E, por saber da importância do conhecimento para o desenvolvimento econômico e social, uma vez no cargo de Secretário do Oeste, defendeu a criação da universidade sediada na “Capital do Oeste”, Chapecó. Para isso, exerceu influência junto a prefeitos e lideranças, colocando a Secretaria do Oeste como a parte mais interessada. Todavia, os mais interessados no processo, professores e intelectuais da região, foram deixados de lado nas discussões, vindo a saber da criação de uma universidade na região oeste através da imprensa.

Plínio, em entrevista concedida à Associação Comercial e Industrial de Chapecó no ano de 1991, destaca que sua trajetória empresarial iniciou muito cedo, quando ainda criança, como engraxate; em determinada oportunidade, agenciou outras crianças para trabalhar enquanto gerenciava os pagamentos e os trocos, o que facilitaria o trabalho dos demais. Por essa dedicação, cobrava dos parceiros 50% do preço final, como taxa de administração (CHAPECÓ, 1997).

Sua formação escolar foi realizada em diferentes instituições: iniciou sua trajetória educacional no Internato Marista Imaculada Conceição, em Guaporé (RS),

⁴⁶ A biografia de Plínio Arlindo de Nês consta no livro *História Empresarial Vivida* (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CHAPECÓ. Chapecó: Grifos, 1997) e na *Biografia Plínio de Nês* (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Plínio de Nês**. 2022. Disponível em: < https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio_de_Nes >. Acesso em: 28 de setembro de 2022.).

e pelo Colégio São Luís, em Lajeado (RS), onde obteve diploma de guarda-livros. Plínio realizou, ainda, o curso de contador no Liceu São Luiz, em Santa Cruz (RS), e foi aprovado na faculdade de Ciências Econômicas e Políticas de Porto Alegre, porém realizou apenas um semestre da graduação.

No mundo empresarial, sua primeira experiência foi na Rádio Garantia, importadora de refrigeradores, na cidade de Encantado (RS). No entanto, devido às dificuldades alfandegárias ocasionadas pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, Plínio teve de demitir seus vendedores e assumir a representação de seus produtos. Com isso, conheceu boa parte do oeste catarinense, que, na época, ainda era visto como local isolado e flagelado pela violência.

E escolhi o Oeste de Santa Catarina. Por quê? Porque se disse que aqui tinha todos os índios. Disseram que tinha as trincheiras das revoluções em Xanxerê, enfim, uma floresta que saía do Rio Uruguai até perto de Joaçaba. E eu pensei: é lá que eu vou! Eu vou lá porque pouca gente me conhece, só alguns de Faxinal, não vão saber se eu saí de uma penitenciária ou se eu saí de um seminário. E vou fazer esse meu projeto de vida de fazer alguma coisa de sentido comunitário. (CHAPECÓ, 1997, p. 165).

Após gerenciar diferentes negócios do setor madeireiro no meio oeste catarinense, Plínio foi convidado pelo colonizador Ernesto Bertaso e pelo gerente do Banco do Brasil Nadir Dutra Salles para construir um frigorífico na cidade de Chapecó, a qual, na época, segundo ele, era vista como local violento e inseguro, marcada por acontecimentos trágicos, como o linchamento dos irmãos Lima. Afirma ele que

[...] houve uma desavença aqui, na constituição de uma empresa para instalar o frigorífico. Por que houve essa vontade de instalar o frigorífico? Porque um fato acontecido, que muita gente sabe, mas os mais novos talvez não saibam, do linchamento aqui em Chapecó dos irmãos Lima, que incendiavam num lugar para roubar no outro. [...] Com isso, muita gente quis sair de Chapecó, da região, ficaram com medo. Precisavam fazer alguma coisa pra mostrar as lideranças que isso seria uma nova civilização dentro de Santa Catarina, e se inventou o frigorífico. (CHAPECÓ, 1997, p. 170).

Assim, no ano de 1952, foi fundada a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), empresa que Plínio presidiu até 1988. O crescimento do negócio ocorreu paralelamente à ampliação do capital político do seu administrador e presidente. Destaque-se que Plínio, após ter sido eleito vereador, em 1946, foi alçado à posição de prefeito em 1956, deputado estadual em 1962 e Secretário de Estado da

Secretaria dos Negócios do Oeste entre 1969 e 1975. Sobre uma suposta vocação para os negócios e a política, ele mesmo afirma:

[...] eu sempre fui empresário e fui político. Eu acho que o empresário deve participar da política. Porque se nós deixarmos como está dizem “que pior não fica” mas fica! O empresário deve participar na política, mas sem pensar de fazer carreira política, ele continua sendo empresário. [...] Então, eu acho que o empresário tem que participar, eu acho que aqui em Chapecó o empresário tá muito omissos aquilo que se passa na política de Chapecó. (CHAPECÓ, 1997, p. 182).

Nessa perspectiva de valorização da participação política, Plínio Arlindo de Nês foi gerente-proprietário da Rádio Garantia, em Encantado (RS), de 1940 a 1941; chefe da empresa Migliorini e Cilier, em Faxinal dos Guedes (SC), entre 1942 e 1944; gerente-proprietário da Madeireira Itaoeste, de 1943 a 1951; fundador da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, em 1952, e presidente até 1988; fundador e primeiro presidente da Cooperativa de Consumo Chapecó Ltda, em 1960; membro do conselho fiscal da Sadia Avícola S.A., de 1976 a 1977; presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), de 1976 a 1979; sócio-gerente da Cachoeirinha Agropecuária Ltda, de 1979 a 1990; presidente do conselho de Administração da Chapecó Alimentos, de 1988 a 1991; presidente do Conselho de Administração da Chapecó Avícola S.A., de 1976 a 1991 (ZEN, 2019, p. 151).

Foi também um dos fundadores da Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, onde se formou na primeira turma de pedagogia da instituição em 1972 como presidente da fundação. No município, atuou em áreas como política, educação e cultura, tornando-se uma figura pública na cidade e recebendo inúmeras homenagens e condecorações. Rodovias, avenidas, ruas e até o Centro Cultural e de Eventos de Chapecó levam seu nome. Foi também presidente de honra da Associação Chapecoense de Futebol e do Clube Recreativo Chapecoense, além de grande apoiador do kartismo e vôlei de Chapecó. Na década de 1960, participou de corridas de automóveis e pilotava aviões em suas frequentes viagens pela região e estado. Em 7 de fevereiro de 1995, faleceu, deixando vários traços do seu papel como cidadão na cidade de Chapecó (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022).

O terceiro nome que dá forma ao monumento é Aury Luiz Bodanese, cujo nascimento deu-se no dia 3 de julho de 1934, na cidade de Erechim (RS). Filho de

agricultores migrantes de Guaporé (RS), residiu boa parte de sua infância na cidade de Erval Grande (RS), local onde estudou até o 6º ano do ensino fundamental.

Meu pai foi operário, colono, carpinteiro e pequeno comerciante. Eu, na minha infância, estudei até o segundo ano do ginásio, na época – seria o sexto ano agora – não por falta até de recursos para estudar, por má vontade mesmo. Vendi bala na rua, engraxei sapatos, distribuí jornal. Dos quatorze anos em diante, fui motorista de caminhão. Em cinquenta e um, cinquenta e dois, fui servir no exército. Eu acho que todo brasileiro deveria servir o exército. Pelo menos na minha época se aprendeu alguma disciplina. (CHAPECÓ, 1997, p. 16).

Após sua passagem pelo exército, Aury, junto aos irmãos, influenciou sua família a migrar para Santa Catarina, em busca de novos horizontes comerciais. Estabeleceram residência no distrito de Alto da Serra, interior do município Chapecó, iniciando suas atividades na compra e venda de cereais.

Em uma das passagens mais emblemáticas, na entrevista que concedeu à Associação Comercial e Industrial de Chapecó no dia 26 de abril de 1991, Aury descreve como foi o início de seu envolvimento com a Cooperativa Alfa, negócio de que esteve à frente durante anos. Segundo seu depoimento, sua trajetória na Alfa iniciou a pedido do gerente do Banco do Brasil à época, Aristemes Zanchet. Segundo ele, naquele momento, seus negócios em Serra Alta, interior de Chapecó, enfrentavam dificuldades financeiras.

[...] comprava e vendia cereais, o forte na época era feijão. Mandava para o Rio de Janeiro, São Paulo, e senti que eu estava sendo explorado. Então, pensei, eu vou fazer o que os outros fazem pra mim. Vou morar em São Paulo, abrir uma representação lá, e vender esses produtos para os outros comerciantes. Mais ou menos em sessenta e sete, fui acertar minhas contas com o Banco do Brasil, e o gerente na época era o Aristemes Zanchet, eu disse: “- Zanchet, eu vou embora pra São Paulo.” Ele disse: “- Não, você vai ficar aqui!” Eu disse: “- Não, mas eu vou ficar aqui por quê?” Ele disse: “- Você vai assumir a presidência da cooperativa.” “- Pô, mas esse negócio vai dar certo?” – “não, se tiver boa vontade vai dar certo!” Eu realmente acabei assumindo, porque a família ia embora, e um pouco porque eu tinha amor a terra mesmo. (CHAPECÓ, 1997, p. 17).

Constata-se que a liderança por ele empreendida na área econômica o projetou também para o mundo da política, tendo sido eleito vereador de Chapecó entre os anos de 1967 e 1971. Aury destacou-se, assim, pela coordenação das atividades ligadas às cooperativas na região oeste de Santa Catarina, as quais estavam passando por dificuldades financeiras naquele tempo. Segundo Dalla Zen (2019, p. 151),

[...] Em 1969, junto de representantes das cooperativas da região oeste, iniciou as atividades da Cooperativa Central Aurora Alimentos, da qual também assumiu a sua presidência. No ano de 1974, participou da articulação da criação da Cooperalfa, que resultou na fusão entre as cooperativas de Chapecó e Xaxim. Ainda em 1975, colaborou com a fundação de uma Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Esteve no cargo de presidente da Cooperalfa até 1997.

Aury Luiz Bodanese recebeu homenagens, ainda em vida, como Cidadão Emérito Catarinense, Honorífico Cidadão dos municípios catarinenses de Chapecó, Maravilha, Xaxim e Águas de Chapeco. Fez parte de diferentes conselhos, entre eles o Conselho Estadual de Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foi, ainda, presidente da Federação das Cooperativas Agrícolas do Estado de Santa Catarina. Faleceu no ano de 2003, aos 69 anos de idade, na cidade de Chapecó.

Com esta breve descrição das biografias desses homens representativos homenageados nos monumentos – O Desbravador e o Monumento do Centenário –, o texto ocupa-se em mostrar o esforço de preservação e consolidação de uma memória oficial que identifica Chapecó ao desbravador, representante de elite econômica e política local. Uma memória que joga luz a estes homens expressivos, fazendo deles heróis titânicos de uma epopeia coletiva.

À vista disso, importa reconhecer que o sentido dessa memória é manter a ordem social dominante, o *status quo* que cultiva na coletividade a reverência pela elite econômica, política e social local. Trata-se de uma memória que lança no esquecimento os dominados, as classes subalternas, as raças inferiores, ou seja, todos aqueles que ficam na penumbra dessa memória oficial, que não reconhece o papel dos homens e mulheres comuns, dos indígenas, dos caboclos. Uma memória que sufoca uma história de conflitos, violência, dominação clientelista, agressiva. Trata-se de uma memória em que aqueles que fazem a história, seus protagonistas, são apenas aqueles cuja história se identifica com a desses homens ilustres.

4 A POÉTICA E A POLÍTICA DA MEMÓRIA DE CHAPECÓ

O mundo vive, hoje, profundas e perturbadoras transformações sociais e culturais, iniciadas a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças, relacionadas às novas tecnologias, modificam noções de tempo, espaço, afetam as formas de vida e de morte, interferem na produção de novas identidades e realidades, que, por sua vez, influenciam na fabricação de memórias presentes, esquecidas, silenciadas, em torno do patrimônio cultural de uma dada sociedade.

A humanidade testemunha uma época, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2010), um tempo ambíguo, paradoxal, em que a vida parece transcorrer sob o signo da velocidade. Em tempos como este, em que é possível ver o potencial humano ampliado, oportunizando mais facilmente o acesso ao conhecimento, à comunicação, a uma vida melhor, oportunizando ampliar a convivência com a diferença e a diversidade, superando preconceitos infundados, viver é um privilégio.

Paradoxalmente, vivemos, entretanto, também num tempo de desespero e dor, de sofrimento e miséria, de tragédia e violência, de anulação e negação das capacidades humanas. Vivemos também num tempo em que vemos aumentar as possibilidades de exploração e de dominação dos seres humanos, em que um número cada vez maior de pessoas veem, cada vez mais, diminuídas suas possibilidades de desenvolvimento, de extensão de suas virtualidades especificamente humanas. Estamos bem no meio de uma época em que vemos aumentar à nossa volta o perímetro e o espaço da destituição, da exclusão e da privação, da exploração do outro e da terra, em que as possibilidades de fruição dos prazeres e das alegrias da vida e do mundo de veem intensamente ampliadas para uma parcela da humanidade, ao mesmo tempo que se fecham definitiva e impiedosamente para outra, [...]. Vivemos num tempo de afirmação da identidade hegemônica do sujeito otimizador do mercado, num mundo onde zelosos guarda-fronteiras tentam conter a emergência de novas e de renovadas identidades e coibir a livre circulação entre territórios – os geográficos e os simbólicos. É uma desgraça, é uma danação, é uma tristeza, viver num tempo como esse, num tempo assim. (SILVA, 2010, p. 7-8).

Seguindo essa mesma trilha, fazer história e viver em Chapecó é um privilégio, mas também pode ser uma desventura. A exemplo do que ocorre no mundo e, particularmente, na América Latina, a cidade é palco de uma realidade sociocultural plural, rica, ao mesmo tempo contraditória, ambígua, porque marcada pelo embate entre a memória hegemônica e a dos silenciados, entre a memória oficial e as muitas memórias plurais, sem visibilidade, as chamadas memórias subterrâneas.

Esse confronto revela que, no terreno da memória, estão em jogo questões de poder, o que faz com que a memória de um grupo específico seja válida para representar a memória de todos. Trata-se, no entanto, de imposição histórica da memória hegemônica dos setores oligárquicos sobre as demais. De outro modo, predomina a memória do desbravador, do colonizador europeu, que chega num sertão atrasado e, com trabalho e dedicação, traz o progresso e o desenvolvimento.

As memórias, assim como a história, fazem parte do movimento da vida. Nessa perspectiva, as linhas que seguem buscam problematizar a memória oficial de Chapecó que ronda os monumentos analisados. Na tentativa de revestir o campo histórico com pingos de arte, o texto empenha-se em seduzir leitores e possíveis amantes da pesquisa, convidando-os a ousar nas formulações teóricas, em direção a perspectivas mais plurais com as quais as memórias se revestem, para realizar, então, uma leitura dinâmica e contextualizada dos Monumentos O Desbravador e do Centenário de Chapecó.

A partir das reflexões apresentadas, o texto aponta para a desconstrução da memória oficial de Chapecó, agregando outros possíveis significados à história do município, para que, além de existir, este seja um espaço que comporte a diferença e a diversidade. À vista disso, o estudo instiga a levantar suspeitas em relação às práticas de significação e de representação social que cercam as memórias que compõem os Monumentos O Desbravador e Chapecó 100 Anos, construídos em homenagem aos aniversários de 64 e de 100 anos do município respectivamente. Essa decisão demanda posicionamento político suficiente para compreender que os referidos monumentos foram construídos com a finalidade de preservação e consolidação da memória oficial que identifica Chapecó ao desbravador, e este, à elite econômica e política local.

O sentido e o significado da memória oficial estão atrelados, portanto, à ordem social dominante, na disputa por espaços de poder. Relembrando a posição social e os ideais que pautaram a trajetória das personalidades agraciadas nos monumentos, trata-se de uma memória que, para manter o *status quo* de pessoas grupos na posição dominante, lança no esquecimento os dominados, as classes subalternas, as raças consideradas inferiores, ou seja, todos aqueles que ficam na penumbra dessa memória oficial, que não reconhece o papel dos homens e mulheres comuns, dos indígenas, dos caboclos. Uma memória que sufoca uma história de conflitos, violência e dominação.

Sabe-se, por outro lado, que a supremacia de uma memória hegemônica sobre a memória dos silenciados, a superioridade entre a memória oficial e as muitas memórias plurais sem visibilidade em nada contribuem para a valorização de todos os sujeitos e grupos que ajudaram a construir a história de Chapecó. As linhas que seguem evidenciam, assim, alguns caminhos percorridos e movimentos efetuados por estudos realizados no campo da memória e da história na perspectiva da crítica cultural contemporânea e da tentativa de demonstrar que o trabalho intelectual nas diversas áreas do saber – Sociologia, História e Educação – pode caminhar ao lado do desejo e do prazer. Prazer de escrever, de pensar, de viver.

Entre as figuras importantes da teoria cultural, o sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (2003) explora questões em torno da identidade, fornecendo, assim, elementos de análise ao campo da memória. De modo idêntico, as intervenções do antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini (2019) são apropriadas ao estudo das memórias e do patrimônio cultural material, em que os monumentos, em especial, não podem mais serem vistos simplesmente como um lugar de guarda da memória; os monumentos não somente refletem a realidade como a produzem. Isso significa dizer que as representações que circulam nos espaços de memória influenciam na construção de identidades, formadas em meio a processos históricos e culturais.

4.1 MEMÓRIA COMO PRÁTICA DE SIGNIFICAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO

Do ponto de vista relativo à cultura, às artes e aos conhecimentos, os paradigmas pautados na rigidez positivista da ciência estão sendo cada vez mais questionados. Nessa direção, a memória, a história e a própria cultura transformam-se em espaços de lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e o político.

Embora a cultura possa ser muitas outras coisas (modo de vida, prática material etc.), ela é, também, e fundamentalmente, prática de significação. A cultura é feita, nessa perspectiva, de formas de compreender o mundo social, de torná-lo inteligível. Ela está centralmente envolvida na produção de formas de inteligibilidade. A cultura diz respeito, sobretudo, à produção de sentido.

Embora a vida social não possa ser reduzida à cultura entendida como prática de significação, ela tampouco pode ser concebida sem a existência de práticas de produção de sentido. [...] o sentido e as práticas de sua produção são elementos essenciais do processo de produção e de reprodução da vida social. Nessa direção, não é apenas a cultura, compreendida de forma escrita, que está envolvida na produção de sentido.

Os diversos campos e aspectos da vida social só podem ser completamente entendidos por meio de sua dimensão de prática de significação. [...] a ciência, a economia, a política, as instituições, [...] são todos culturais, na medida em que as práticas de significação são uma parte fundamental de sua existência e de seu funcionamento. (SILVA, 2010, p. 17-18).

Contudo, o sentido e o significado da cultura, da própria vida, não são produzidos de forma isolada, mas organizam-se e se tecem em trama em meio às relações sociais. A partir dessa leitura, é possível afirmar que, da mesma forma que a cultura, as memórias se constituem em meio às práticas de significação, no contexto das relações sociais. Mais do que símbolos e práticas de significação, embora isso não seja pouco, memória e cultura são elementos simbólicos importantes do projeto social dos diferentes grupos, em particular dos dominantes, para expressarem sua visão de mundo e fazerem valer seus planos, suas verdades.

Assim, relações sociais e práticas de significação associam-se mutuamente, convertendo-se em relações de poder. Além disso, a memória e os bens culturais movimentam uma indústria cultural montada em seu entorno: obras de arte, monumentos, livros, artigos acadêmicos, turismo – proclamando a mercantilização da cultura. Mas, antes mesmo da indústria cultural, a memória mobiliza a produção de identidades sociais. Tal como a cultura, a identidade está em contínua construção e só se define por meio de um processo de produção da diferença, no interior de práticas de significação, cujos sentidos podem ser contestados, transformados.

4.1.1 Identidade, representação e poder

Hall (2003) introduz a temática da identidade ressaltando seu caráter cultural e social, colocando em discussão a existência de uma suposta crise de identidade. Acentua que o próprio conceito de identidade é complexo, ainda pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea, uma vez que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (p. 7).

Silva, por sua vez, chama a atenção para o caráter cultural e social da identidade, em todo o tempo relacionada “[...] a um ‘outro’. Sou o que o outro não é; não sou o que o outro é. Identidade e alteridade são, assim, processos inseparáveis. As relações de alteridade são, por sua vez, fundamentalmente, relações de poder.”

(2003a, p. 26). A diferença está ligada, portanto, aos processos de exclusão, a posições hierárquicas, de valoração e categorização, as quais definem o que é superior e o que é inferior. Por isso, há uma tendência na sociedade de caracterizar a diferença como sinônimo de desigualdade.

Nesses termos, relações de diferença são basicamente relações de poder. Sob essa premissa, a política da identidade está no centro das disputas por representação. “Novas identidades sociais emergem, identidades reprimidas se rebelam, se afirmam, colocando em questão, deslocando a identidade unificada e centrada no indivíduo moderno: macho, branco, heterossexual [...]” (SILVA, 2003a, p. 27).

De olho nas transformações sociais e culturais apontadas por Silva (2003a), Hall (2003, p. 9-10) argumenta que as identidades modernas estão entrando em colapso:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. [...].

Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.

Em sua avaliação, a chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. A fim de compreender o caráter da mudança e seus desdobramentos conceituais, o autor expõe três definições de identidade: do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ao longo da existência.

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava.

A identidade, nessa concepção sociológica, [...] costura (ou para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. (HALL, 2003, p. 10-12).

O sujeito pós-moderno, por sua vez, é definido, em meio a esse movimento, como alguém que não tem uma identidade fixa, permanente. Nessa ótica, a identidade é vista como uma

[...] “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas com as quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do “eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 2003, p. 13).

Para o sociólogo, identidade tem íntima relação com as memórias, e ambas estabelecem vinculações com os processos de transformação social, em diferentes épocas. Essa posição é confirmada por outro importante sociólogo, Anthony Giddens (apud HALL, 2003, p. 14-15): “[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.”

A sociedade moderna, de sua parte, diverge da sociedade tradicional, porque caracterizada pela mudança rápida, abrangente e contínua, e também pela forma altamente reflexiva de vida. Nem ao menos o passado, sequer as memórias e os símbolos são venerados, porque constantemente examinados. Sob esse entendimento, David Harvey (apud HALL, 2003, p. 16) refere que a modernidade, além de estar implicada a “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição

precedente”, está “caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior”.

Ernesto Laclau (apud HALL, 2003), de sua parte, apresenta uma concepção de identidade diferente e tanto mais perturbadora e provisória do que disseram Giddens e Harvey. Laclau entende que a sociedade não tem um centro, um princípio organizador único, bem delimitado, “[...] produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo ‘descentrada’ ou deslocada por forças fora de si mesma.” (p. 16). Para ele, as modernas sociedades se caracterizam

[...] pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Entretanto, isso não deveria nos desencorajar: o deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos [...] (LACLAU apud HALL, 2003, p. 17-18).

Na interpretação de Hall (2003), Giddens, Harvey e Laclau têm diferentes leituras sobre a natureza da mudança no mundo pós-moderno, muito embora tenham pontos em comum: a descontinuidade, a fragmentação, a ruptura e o deslocamento. A discussões do impacto da mudança contemporânea conhecida como “globalização” contempla esses elementos, influenciando ainda mais os processos de formação de identidades e de valorização das memórias.

Nessa perspectiva, Silva (2003a) expõe que a memória está no centro do processo de formação de identidades e de diferenças, ou seja, memória e identidade se relacionam mutuamente. Nos monumentos, sobretudo, as memórias têm produzido formas particulares de identidades sexuais, étnicas, de gênero, classe, marcadas pela desigualdade. Nas palavras de Hall (apud SILVA, 2010, p. 25), importa pensar identidade e memória como uma “produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é sempre constituída no interior, e não fora, da representação”.

Desse modo, o patrimônio cultural material, os monumentos, não podem mais ser vistos simplesmente como um lugar de guarda da memória apenas. Os monumentos não somente retratam memórias como as produzem, pois estão centralmente envolvidos naquilo que as memórias falam ou silenciam sobre

determinados sujeitos. Isso significa que, influenciadas pelas representações que circulam nos monumentos, as pessoas e a própria sociedade podem se tornar outra coisa, pois as memórias são produtos da história e da cultura.

De caráter provisório, formadas e transformadas, identidade, memória e representação passam a ser compreendidas numa perspectiva política, em que diferentes grupos – gênero, classe, raça, sexualidade, etnia, religião – reivindicam o direito à memória, conduzindo o processo de sua representação e construção de suas identidades, de suas memórias.

Com base nas análises de Hall (2003), Silva (2010) concorda que a sociedade está vivendo uma aparente crise de identidade, ou crise de representação. A chamada crise remete à ideia de que o conjunto de pessoas está diante de uma situação de instabilidade, insegurança. Mas o pensador vai mais longe na tentativa de analisar a chamada crise: afirma que se trata da crise dos universalismos⁴⁷, da verdade incontestável, em que todos são representados por alguns, mas a realidade é que alguns hegemônicos se colocam no direito de impor as suas memórias como se elas pudessem representar a todos.

As grandes narrativas, âncoras de certeza num mundo à deriva, tornam-se desacreditadas, à medida que suas premissas, suas descrições, suas explicações, suas promessas, se encontram crescentemente em discrepância com os acontecimentos cotidianos. Se há alguma dialética, trata-se de uma dialética que transforma inevitavelmente seus grandiosos ideais nos seus contrários: o progresso se transmuta em degradação e destruição; a emancipação em dependência e subjugação; a utopia em horror e pesadelo; a razão e irracionalismo e domínio. O problema não é que esses ideais tenham sido simplesmente traídos ou descumpridos: desconfia-se que, de alguma forma, eles estão implicados nos processos que fizeram com que o mundo se tornasse o que é.

Está em curso, pois, um processo de desestabilização epistemológica. No contexto da chamada “virada linguística”, epistemologia tem a ver, fundamentalmente, com representação; com a relação entre, de um lado, o “real” e a “realidade” e, de outro, as formas pelas quais esse “real” e essa “realidade” se tornam “presentes” para nós – *re-presentados*. Na perspectiva pós-estruturalista, conhecer e representar são processos inseparáveis, de um lado, e relações de poder de outro. (SILVA, 2010, p. 30-31).

No mesmo momento em que alguns proclamam o fim e até mesmo falam numa autêntica implosão na constituição das memórias, da representação, outros,

⁴⁷ Verdade única; autoritário; excludente; hierarquizado; não comporta a diferença.

no entanto, reclamam o direito à memória, à representação. Esse movimento caracteriza a chamada “política de identidade”, marcada pela revolta das identidades culturais e sociais subjugadas contra o estatuto dominante de representação. Essa “política de identidade” se posiciona no cruzamento entre memória, representação e poder: quem fala pelo outro controla as formas de falar do outro, através de um processo de significação que é basicamente social.

A representação é um sistema de significação. [...] na representação está envolvida uma relação entre um significado (conceito, ideia) e um significante (uma inscrição, uma marca material: som, letra, imagem, sinais manuais). No exemplo clássico de Barthes, o significado “rosa” (a ideia de rosa) tem sua expressão material no significante “rosa” (nas letras que formam a palavra – escrita ou falada – “rosa” ou, alternativamente, num desenho, numa fotografia etc., de uma rosa). A coisa em si, a rosa, como referente, não tem importância nessa caracterização do processo de significação a não ser quando funciona, por sua vez, como significante de um outro significado, diferente do “original”: se, por exemplo, a rosa, como objeto, for utilizada para significar “amor”. É isso, aliás, que torna possível uma semiótica dos “objetos”. O referente “rosa” não tem, pois, interesse para a semiótica, como tem, por exemplo, para a jardinagem. (SILVA, 2010, p. 35-36).

Teorias de desenvolvimento falam de um sujeito universal, pretendendo que o que se diz sobre ele seja válido para a compreensão de homens e mulheres de todos os lugares, independentemente da condição cultural. Isso acontece também em relação às memórias como práticas de significação. Porém, numa breve descrição, Hall (2003) anuncia que as principais mudanças na forma pela qual memória e identidade são conceituadas no pensamento moderno foram impulsionadas por cinco grandes avanços ocorridos na teoria social e nas ciências humanas no período por ele chamado de modernidade tardia, o qual compreende a segunda metade do século XX, e que tiveram impacto sobre o descentramento do sujeito cartesiano.

“A primeira descentração importante refere-se às tradições do pensamento marxista [...]” (HALL, 2003, p. 34). Ao atribuir importância às relações sociais, o marxismo desloca proposições-chave da filosofia moderna de que haveria uma essência universal de homem alojada em cada sujeito individual.

Na sequência, ele observa, “O segundo dos grandes ‘descentramentos’⁴⁸ no pensamento ocidental do século XX vem da descoberta do inconsciente por Freud [...]” (HALL, 2003, p. 36), seguido de outros pensadores psicanalíticos, com destaque para Lacan, para os quais a identidade é formada ao longo do tempo através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência por ocasião do nascimento. A identidade permanece sempre incompleta, em desenvolvimento.

Continuando, o terceiro descentramento está relacionado com a chamada virada linguística de Ferdinand de Saussure. Para ele,

[...] nós não somos, em nenhum sentido, os “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. [...] A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. [...]. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. Além disso, os significados das palavras não são fixos, numa relação um-a-um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. As palavras são “multimoduladas”. Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado. [...]. Tudo que dizemos tem um “antes” e um “depois” – uma “margem” na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis. (HALL, 2003, p. 40-41).

O quarto descentramento nos conceitos de identidade e de sujeito se dá através do filósofo e historiador francês Michel Foucault, o qual produziu uma espécie de “genealogia do sujeito moderno”.

Foucault destaca um novo tipo de poder, que ele chama de “poder disciplinar”, que se desdobra ao longo do século XIX, chegando ao seu desenvolvimento máximo no início do século XX. O poder disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo. Seus locais são aquelas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que “policiam” e disciplinam as populações modernas – oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas. (HALL, 2003, p. 42).

⁴⁸ A partir de uma leitura desconstrutora, observamos que o significado não possui mais um lugar fixo (centro), mas passa a existir como construção, eliminando-se qualquer referência a um centro, a um sujeito.

Como quinto descentramento está colocado o feminismo⁴⁹, cujo impacto representou tanto uma crítica teórica quanto um movimento social. Juntamente com outros movimentos que emergiram durante os anos sessenta – revoltas estudantis, movimentos juvenis, pela paz –, o feminismo produziu um paradigma contrário à ordem vigente, de onde se assistiu a fragmentação ou o fim da classe política e das organizações de massa a ela associadas, em movimentos sociais separados, com identidade própria (HALL, 2003, p. 44-45).

O feminismo, nas palavras do autor, teve uma relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano, cuja identidade vista como fixa e estável dá lugar a processos de construção de identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno. À vista disso, no terreno das memórias, abre-se espaço para outras representações.

Em sintonia, com o pensamento desestabilizador de Silva (2010) quanto às mudanças conceituais da identidade e do sujeito da modernidade tardia e da pós-modernidade⁵⁰, Hall (2003) inclui no debate o tema das identidades culturais nacionais e como estão sendo atingidas pelo processo de globalização. Para isso, aproxima-se do enunciado das “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008), argumentando que, assim como o conceito de identidade e de sujeito está mudando, a ideia de nação como uma identidade cultural unificada também está sendo desagregada, deslocada.

Anderson, em sua obra *Comunidades Imaginadas* (2008), abre mão de abordagens clássicas, amparadas em perspectivas políticas e econômicas apenas, e propõe uma discussão a partir de uma perspectiva cultural. Para ele, ao contrário do que anuncia Eric Hobsbawm, o crescimento das novas tecnologias da

⁴⁹ O movimento feminista, entre outras pautas de luta, abriu, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc. Ele também enfatizou, como uma questão política e social, as identidades sexuais e as relações de gênero (HALL, 2003, p. 45).

⁵⁰ A pós-modernidade pode ser definida como momento histórico que surgiu após a Segunda Guerra Mundial e que trouxe significativas mudanças políticas, sociais, culturais. Esse novo tempo histórico é marcado pelo predomínio da tecnologia, pela velocidade e pelas significativas perdas de fronteiras, que fazem surgir no imaginário social a ideia de que o mundo está cada vez menor, que as transformações e rupturas podem ser realizadas de forma instantânea e que tudo se transforma de maneira permanente. Outra marca latente da pós-modernidade é o valor dado ao consumo, cada vez mais um valor e elevada estima pelas diferentes sociedades, a medida da evolução social se dá pela mensuração do consumo, o que traz impactos significativos do ponto de vista ambiental (BAUMAN, 1998).

comunicação e da informação na invenção de novas comunidades não significa o fim de uma época, mas uma possibilidade de reinvenção das formas de pensar o nacional, as identidades e as próprias comunidades. É a forma como as comunidades são imaginadas que as diferencia umas das outras.

Sob esse entendimento, as diferenças entre nações, culturas e identidades residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2003, p. 50-51).

Empenhado em pensar as culturas nacionais como comunidades imaginadas, Hall (2003, p. 49) assinala que uma nação é uma comunidade simbólica com poder para gerar um sentimento de identidade.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente ao fazer isso, estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. [...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadão/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional.

Hall (2003) explora a construção e desconstrução do conceito de “comunidades imaginadas” a partir da ideia de identidade nacional. De acordo com ele, o sentimento de comunidade só existe porque são empregados cinco elementos que se tornaram cruciais para manutenção e coesão da estrutura do Estado moderno: a) a narrativa da nação; b) a ideia das origens; c) a invenção das tradições; d) o mito fundacional; e) a ideia de povo puro, original.

A *narrativa da nação* se firma através das histórias veiculadas nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular: imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação, afirma o pensador. Como membros de tal “comunidade imaginada”, as classes menos favorecidas compartilham dessa narrativa.

De outro modo, não raras vezes, essa narrativa de nação, cuja identidade nacional é simbolicamente baseada na ideia do mito fundador, na história ligada a um passado distante, que se perde no tempo, na imagem de um povo puro, original, é assumida pela maioria da população. No entanto, o desenvolvimento raramente é visto como obra deste mesmo povo.

Em segundo lugar, a ênfase recai sobre as *origens, a continuidade, a tradição e a intemporalidade*, pois os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Com relação a isso, refere que a terceira estratégia discursiva é constituída por o que Hobsbawm e Ranger chamam de *invenção da tradição*:

Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas... *Tradição inventada* significa um conjunto de práticas [...], de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado. (HOBSBAWM; RANGER apud HALL, 2003, p. 52-56).

Os enunciados de Hall (2003) em torno das mudanças de impacto na sociedade aplicam-se, de modo idêntico, ao terreno das memórias e dos monumentos. Ainda mais, considerando a globalização como um fenômeno mundial do qual ninguém escapa, além de permitido, é oportuno aproximar os monumentos – O Desbravador e o do Centenário – às comunidades imaginadas de Anderson (2008).

Sob esses pressupostos, a memória histórica de Chapecó expressa nos monumentos que homenageiam os desbravadores, os coronéis, os homens visionários no mundo dos negócios reproduz essa lógica de invenção da tradição, da fundação mítica, dos heróis nacionais, na esfera local. Ou seja, a memória oficial reproduz esses elementos trazidos por Hall, mas não no domínio de uma grande

comunidade nacional (como era o Estado-Nação), sim no âmbito de uma pequena comunidade imaginada, a Cidade de Chapecó.

Os monumentos estão ali para lembrar reiteradamente a todos os cidadãos quem são as pessoas relevantes naquele território, quem foram os heróis locais, de quem são aquele território e aquele espaço. Ademais, reintroduzem a todo instante uma presença imponente, de força, assombrosa, mítica, quase deificada da elite local, reafirmando, desse modo, de um lugar alto e elevado, sua condição inata de superioridade diante dos pobres mortais que circulam ao seu redor em busca de coisas bem mais medíocres e ordinárias, cotidianas, desde pagar uma conta de luz, passar para ir ao local de trabalho, almoçar.

Relembrar cotidianamente as pessoas sobre sua própria insignificância trata-se de uma expressão de força, magnitude, poder, visando aliená-las da história e da memória de sua classe, de seu grupo étnico, de seu gênero. Nesse processo de construção de identidade e diferença, vão-se consolidando pares de oposição assimétrica nos quais um é encarado como positividade e todos os seus diferentes passam a ser inferiorizados.

Logo, os desbravadores, os fundadores locais, brancos, descendentes de europeus, possuidores de uma identidade da raça titânica, são imediatamente colocados no par oposto aos negros, indígenas e caboclos. A raça titânica é encarada como virtuosa – trabalhadora, inteligente, empreendedora, voluntariosa, capaz de exercer a liderança. O seu oposto é encarado como doente, incapaz, vagabundo, fraco, impotente – por isso sua função social deve ser a de permanecer sob o jugo dos desbravadores.

Essas hierarquias e desigualdades incluem também as mulheres, já que os desbravadores são todos homens. Isso reafirma que o mundo público é masculino, que os protagonistas e líderes que levaram a cidade para o caminho do progresso foram homens. Nos monumentos, as mulheres não são lembradas, reconhecidas ou exaltadas. Com isso, seu papel permanece secundário, subalterno. Os monumentos reintroduzem no cotidiano um silenciamento, um apagamento, lançam uma penumbra silenciosa de esquecimento sobre o papel das mulheres (VALÉRIO, 2012).

Essa vinculação aponta para os modos como a identidade local da cidade busca se construir homoganeamente, criando uma dada representação da história que legitima a permanência de uma elite dominante local. Se os modelos de

identidade celebrados são aqueles que se ajustam perfeitamente aos dominantes, com certeza muitos dominados, ao buscar identificação e reconhecimento, se espelharão nesse modelo, percebendo sua própria diferença e compreendendo que quem se encaixa naquele modelo titânico são as elites locais.

Ademais, isso gera alienação identitária, a partir da qual o colonizado se identifica com o estilo de vida, com os heróis, os valores, as perspectivas ideológicas do colonizador. Dito de outro modo, as classes subalternizadas se identificam, defendem e, ao encarnar a imagem da elite, veem-se nela representados. Diga-se de passagem, essa ideia de uma identidade nacional unificada e coesa se manteve por muitos anos graças ao investimento do Estado. Na pós-modernidade, essa estrutura está desmoronando.

Nesses termos, as abordagens clássicas, amparadas em perspectivas políticas e econômicas apenas, passam a congregam também uma dimensão cultural. Assim como a ideia de nação como uma identidade cultural unificada está sendo desagregada, deslocada, os monumentos seguem nessa direção. Memória, identidade e monumentos podem, portanto, ser emoldurados sob a ótica cultural, abrindo espaço para representações mais plurais, marcadas pela heterogeneidade.

Saliente-se que as representações são apresentações ou modos culturais com que se nomeiam sujeitos, acontecimentos, histórica e socialmente singulares. No tocante ao patrimônio cultural material, marcadamente os monumentos, representá-los significa dizer algo sobre eles, delinear modos, marcas e traços, definir contornos, revelar características peculiares de determinadas pessoas e grupos. Muito mais do que simples descrições, as representações produzem, dão sentido à realidade.

Como já afirmara Silva (2003a), a identidade e a diferença não se estabelecem de forma isolada; antes, são resultado de um processo que envolve relações de poder: a diferença comporta hierarquias, valorações e categorizações que permitem definir o que é considerado superior e o que é visto como inferior no âmbito da memória.

A fim de problematizar a memória como elemento de significação e de representação social, envolvida em complexas tramas de poder, o legado teórico de Foucault é apropriado. Sugere a investigação dos discursos em torno dos significados da memória, afirmando que é o discurso que constrói a realidade e torna possíveis certas práticas. Discurso, na perspectiva de Foucault (1993), não é visto

como conjunto de signos, sinais, vinculados a um conteúdo ou a uma representação, mas como prática que forma os objetos dos quais fala. O discurso possui um sentido próprio, que constrói determinadas verdades e realidades.

As representações sociais, diga-se brevemente, são modos inconscientes de compreender determinadas práticas sociais que se manifestam nas falas, nos discursos e, especialmente, na ação cotidiana. Nos termos de Foucault (1987, 1993), é possível apontar memória e monumento como construções sociais, acontecimentos, invenções atravessados por relações de poder.

Memória e monumento configuram-se, portanto, como territórios de disputas e embates, jogos estratégicos capazes de influenciar nos processos de atribuição de sentidos a si mesmos. Não se trata de procurar nos espaços de memória um rastro, uma verdade sobre pessoas e acontecimentos, sobre feitos grandiosos, mas de perceber memória e monumento como discurso, como prática, realidade que expressa e produz os sujeitos e objetos de que fala.

Trata-se de questionar os mecanismos de controle e as complexas estratégias de poder que se prendem às memórias e aos monumentos. Entre inúmeros controles, de modo mais explícito, aponta-se para a estrutura física e arquitetônica dos monumentos O Desbravador e o do Centenário. A exuberância de suas formas e tamanhos; sua localização engenhosa; o predomínio de imagens caracterizadas pelo sujeito masculino, branco, cristão, heterossexual, classe média urbana atuam na fabricação de comportamentos e corpos dóceis, os quais, inseridos no mundo da produção, têm sua utilidade econômica aumentada de modo a sobrepor-se à ação política (FOUCAULT, 1987).

Para a crítica do pensamento ocidental desenvolvida por esse filósofo, a perspectiva representacionista é considerada enganosa, fantasiosa, porque não considera a diferença. A identidade não é uma essência, algo que existe naturalmente; ela constitui-se dentro de condições sociais e se define pelo processo de produção da diferença, que também é cultural e social. As identidades sociais, assim como a memória e os monumentos, são, portanto, construções históricas, muito embora a tendência seja naturalizar essas identidades, ou seja, naturalizar o modo pelo qual os diferentes sujeitos e grupos são definidos pelos outros e também como definem a si próprios. A tal forma natural com que as imagens representadas nos monumentos tomam conta de ruas e praças, assim como da própria vida das

pessoas, servindo-lhes de referência, muitas vezes não deixa perceber hierarquias, divisões, desigualdades implicadas nessas construções.

A conexão entre representação, identidade e poder, presente no debate acerca da memória e dos monumentos objeto da pesquisa – O Desbravador e dos Cem Anos de Chapecó –, abre espaço para múltiplas interpretações acerca de identidades, de sujeitos, de grupos privilegiados e até mesmo esquecidos e silenciados nos discursos, nas práticas sociais de Chapecó (SC). Inúmeras e diversificadas foram e são as representações acerca dos personagens estampados nos monumentos.

4.2 MEMÓRIA E MONUMENTO, MARGENS E CRUZAMENTOS: DISCURSOS, SUJEITOS E PRÁTICAS CULTURAIS PRESENTES, ESQUECIDAS, SILENCIADAS

O mundo contemporâneo vive um tempo veloz e impetuoso, o qual escapa, evapora-se, a olhos vistos. Sob o signo da velocidade, as memórias também se esvaem. Ademais, o atual momento histórico brasileiro e mundial, marcado por relações de dominação, em que uma parcela pequena da população se beneficia do desenvolvimento científico, cultural, político e econômico enquanto a grande maioria vive a tragédia da exclusão, ainda está atrelado ao fantasma da escravidão.

Esse contexto, ao mesmo tempo que arrisca apagar, silenciar as memórias e reificar o presente, desvaloriza o passado nas projeções de futuro e interfere na construção de subjetividades. Contudo, essa condição pode ser modificada, tornando-se um vetor de mudança, inclusive podendo ser revisitados os conceitos de identidade, assim como de memória. No avesso de concepções essencialistas, de memória e identidade, tal como de cultura, uma construção continuamente atualizada do passado, imprescindível à transformação das relações sociais: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (NORA, 1984, p. 8).

À vista disso, memória e identidade estão envolvidas em processos complexos, cuja construção se dá a partir de diferentes pontos de vista. Preferencialmente talvez seja possível pensar a identidade nacional e local, os espaços de memória, o patrimônio cultural movidos pela dinâmica ética, estética e

política. Ética, porque implica atitudes comprometidos/as e corresponsáveis; estética, porque cuida do processo de produção da memória e de subjetividades; política, porque se refere à organização social das práticas culturais.

Evocando o pensamento de Hall (2003), para compor o cenário da fundação e desenvolvimento do município de Chapecó, é propício aproximar as “comunidades imaginadas” de Anderson, focadas na ideia de identidade nacional, ao Chapecó idealizado por narrativas, imagens, rituais, vivências, glórias e insucessos que imprimem sentido à identidade de ser chapecoense. Nos moldes do que afirma um grande patriota britânico, Enoch Powel (apud HALL, 2003, p. 51), “a vida das nações, da mesma forma que a dos homens, é vivida, em grande parte, na imaginação”; é plausível refletir acerca das representações a partir das quais a memória, a identidade de Chapecó vai sendo construída.

A exemplo também do que observa um outro teórico britânico, Homi Bhabha (apud HALL, 2003, p. 51), “As nações, tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente [...]”; o sentimento de comunidade, a narrativa de Chapecó, a identidade de seu povo vão sendo contados e construídos de modo idêntico à história do Brasil, atravessados por diferentes discursos, símbolos, memórias, representações e práticas. As narrativas utilizam-se, portanto, dos elementos fundados na ideia de nação, de um povo puro, original, na invenção dos mitos e das tradições.

Nesses termos, a memória de Chapecó, para além de aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos, está envolvida em complexas tramas de poder. E a historiografia local retrata esse fenômeno, confirmando que a memória de Chapecó, para instituir-se como tal, lançou mão de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos, símbolos e rituais que privilegiam determinados grupos e práticas sociais, ao mesmo tempo que, através do silenciamento e do esquecimento, promovem a inferioridade de outros.

Envolvida, assim, numa teia entre privilégios para alguns e desvantagens para outros, a memória organiza as relações sociais, desempenhando um papel que pode ser comparado ao mito nas sociedades tradicionais. Os monumentos pesquisados, como espaços de memória, reproduzem essa ideia, ou seja, privilegiam como sujeitos da história local o mito do colonizador europeu e outras personalidades consideradas ícones do desenvolvimento econômico, apenas.

No cenário de Chapecó, a construção das obras monumentais O Desbravador (1981) e Chapecó 100 Anos (2017) assemelha-se à edificação dos grandes monumentos em homenagem aos heróis nacionais, aos episódios de celebração da Nação que foram realizados no século XIX com intuito de dar legitimidade à ascensão de um novo modo de organização política que estava surgindo, o Estado-Nação.

Da mesma forma que a elite criolla⁵¹ precisava inventar a nação, criar seus heróis, inventar uma história sacra e oficial, legitimando, assim, sua posição como controladora do poder político e do poder econômico dos novos Estados-Nações latino-americanos, a elite chapecoense, particularmente diante da obra O Desbravador, tinha necessidade de divulgar publicamente sua história, fabricar seus heróis, comprovando, desse modo, sua supremacia no domínio do poder político e econômico local.

O Monumento Chapecó 100 Anos, por sua vez, mesmo que passado um século, foi igualmente construído sob tais prerrogativas, a fim de relembrar antigos heróis ao mesmo tempo que elevar outros homens de feitos notáveis. Estes, propulsores da marcha do progresso iniciado com a colonização do município, ligados, evidentemente, aos interesses de grupos representados pelos fiéis desbravadores.

Contudo, essa monumentalidade titânica, sacra e epopeica, em meados do século XX, se perde na cultura visual pós-moderna, uma vez que ela parece já ter cumprido seu papel, pois já tornou a memória oficial algo naturalizado. Ninguém no dia a dia questiona mais o Estado-Nação, todos já nascem com ele como naturalizado. Aquele que no século XIX era um acontecimento recente, que precisava de um conjunto de representações, e toda aquela estrutura simbólica de justificativa de uma comunidade imaginada, na segunda metade do século XX, na América Latina, já se naturalizou. Aquele mapa latino-americano com Chile no

⁵¹ Criollos é como eram chamados os filhos de espanhóis nascidos na América. Muitos criollos eram donos de escravos e defendiam a continuidade da escravidão após o fim do domínio espanhol, acreditando que a América espanhola era uma extensão da Europa e não uma nação mestiça. A elite criolla era branca, formada por fazendeiros, donos de minas e comerciantes que lideraram os processos de independência na América Espanhola - países da América Latina que foram colônias do império espanhol. (Disponível em: <<https://sites.google.com/site/historiacomdino/elites-crioullas>>. Acesso em: 13 fev. 2021).

cantinho, Bolívia aqui, Brasil etc. já é encarado como algo estabelecido, não mais em formação.

Agora, Chapecó é uma comunidade imaginada de invenção mais recente. Marcar o espaço público e trazer à tona a monumentalidade da história oficial dos grandes coronéis é um modo de naturalizar e legitimar a elite dominante local. Reintroduzir um monumento nos mesmos termos no centenário, com as mesmas características simbólicas, é tentar marcar o espaço urbano, fazendo a coletividade lembrar qual a ordem social local, qual sua hierarquia, qual o modelo de história que desejam reproduzir, perpetuar e naturalizar.

De modo assemelhado ao pensamento de Chauí (2006), a memória oficial reintroduzida em pleno século XXI, que discute democracia, liberdade, inclusão, antirracismo, feminismo, significa uma demonstração de força e onipotência de uma perspectiva ideológica local que faz questão de marcar posição, questão de destacar quem deve ser quem no cenário social da cidade. São símbolos que buscam sacramentar uma memória que, na percepção das classes dominantes, não está suficientemente consolidada e que pode ser ameaçada por aquelas memórias subalternas que se sublevam e querem aparecer como componentes da história e construir também uma memória contra-hegemônica.

Trata-se de uma clara demonstração de disputa de memória, alimentada pela ideia de fazer perdurar no local a memória oficial legitimadora da elite econômica, política e social local; lembrar os sujeitos subalternos que eles são e devem permanecer como subalternos; que eles não devem ter espaço de representação simbólica.

De certo modo, a fragmentação narrativa pós-redemocratização no Brasil e a emergência, na esfera pública, por representação simbólica de negros, indígena e caboclos, na contramão da história oficial, gerou insegurança e incerteza na elite local, que busca, no âmbito da representação e da cultura, não perder sua posição hegemônica.

Retomar, portanto, essa memória oficial do desbravador, renovando-a com figuras já conhecidas no meio social, representadas no Monumento Chapecó 100 Anos, é reivindicar uma velha identidade, que parece estar ameaçada pela dinâmica de configuração social pós-moderna apontada por Hall (2003) e Canclini (2019).

Nesse sentido, a pesquisa conta também com a singular contribuição de Canclini, cuja obra *Culturas Híbridas* (2019) se ocupa em refletir sobre o excessivo

peso das tradições na construção da identidade, da memória e da cultura, numa realidade sociocultural híbrida – plural, contraditória, ambígua, forjada por inúmeras mãos e interesses, ligados à dinâmica local e global.

Esse olhar se avizinha das reflexões do notável geógrafo Milton Santos (1994), através das quais é possível perceber que o município, a cidade, o urbano se constituem num par indissociável do mundo e do lugar – o lugar como realidade concreta, sujeita aos impactos do mundo e controlada por este. Ainda assim, esse mesmo lugar é também o espaço da existência e da coexistência, do acontecer solidário, onde está sendo gestado um novo tempo caracterizado pelo processo de resistência dos lugares, da sociedade às perversidades impostas pelo mundo. É ali no lugar, portanto, que reside a única possibilidade de resistência, de revanche aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, da troca de informação e da construção política.

A fim de enfrentar a complexidade das questões culturais na atualidade, especialmente os vínculos entre o mundo moderno e as tradições, Canclini (2019) apresenta importantes reflexões a partir do fenômeno que ele chama de “hibridação” cultural. Entre outras transformações culturais, ele afirma:

Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. O que significa para as culturas latino-americanas que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades concentrem agora 60% ou 70% nas aglomerações urbanas? Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação. (p. 285).

Puxando um fio, Canclini (2019) interage com as formulações teóricas de Manuel Castells, o qual aponta que o crescimento vertiginoso das cidades, como expressão do tamanho da transformação social, acabou sendo responsabilizado por processo de mudanças mais amplas. Ou seja, as ideologias urbanas atribuíram à expansão urbana, que é apenas um aspecto da transformação, produzida pelo entrecruzamento de muitas forças da modernidade, a causa de suas crises.

Castells (apud CANCLINI, 2019), numa alusão ao espaço de fluxos em substituição ao espaço dos lugares, declara que está cada vez mais difícil estabelecer onde termina a cidade e até mesmo constatar a especificidade do

urbano e do rural. O espaço urbano não se opõe decisivamente ao meio rural, uma vez que mudanças de pensamento e gostos da vida urbana coincidem com os do mundo rural.

Graças às interações comerciais e à influência das tecnologias da comunicação e da informação, ao surgimento das novas formas dos aglomerados urbanos, às formas difusas com que as cidades se apresentam, sejam elas aglomerações pequenas ou mesmo desmesuradas, os conceitos de cidade, de urbano e rural estão sendo cada vez mais contestados.

Assim como viver em uma grande cidade não significa viver no anonimato, nem sempre a convivência nos bairros está marcada pela solidariedade, tampouco nos subúrbios pelo crime e, menos ainda, no mundo rural pela tranquilidade. Diante disso, a intimidade doméstica, os encontros confiáveis, formas seletivas de convivência são tão necessários quanto apropriados, no meio urbano ou no rural. De outro modo, não seria possível explicar que mudanças de pensamento e gosto da vida urbana coincidam com os do meio rural, se não porque as interações comerciais deste com as cidades e a recepção da mídia eletrônica nas casas rurais os conecta diariamente com as inovações modernas (CANCLINI, 2019).

Atento à complexidade das questões culturais na atualidade e a fim de entender os modos de nomear e os estilos com que a hibridação cultural é representada no mundo moderno, sem, contudo, sugerir que as tecnologias substituem a herança do passado e o convívio social, o antropólogo faz importantes considerações à história e à cultura dos países latino-americanos. Para essa crítica, faz uso de uma majestosa e imponente simbologia: os monumentos.

Que sentido conservam ou renovam, em meio às transformações da cidade, em competição com fenômenos transitórios como a publicidade, os grafites e as manifestações políticas? Houve uma época em que os monumentos eram, ao lado das escolas e dos museus, um cenário legitimador do culto tradicional. Seu tamanho gigantesco ou sua localização destacada contribuía para enaltecê-los. “Por que não há estátuas de manga curta?” [...] Para dar uma resposta prolixa, seria preciso considerar as estátuas ao lado da retórica dos livros didáticos, da ritualidade das cerimônias cívicas e das demais liturgias autoconsagradoras do poder. Deveria ser analisada como a estética monumentalista que rege a maioria dos espaços históricos da América Latina teve início como expressão de sistemas sociais autoritários do mundo pré-colombiano. A eles se superpôs o expansionismo colonial espanhol e português, sua necessidade de competir com a grandiloquência da arquitetura indígena mediante o gigantismo neoclássico e a exuberância barroca. Seria preciso analisar, enfim, de que modo os processos de independência e construção das nossas nações geraram enormes edifícios e murais, retratos de heróis nacionais e calendários de

efemérides, destinados a instaurar uma iconografia representativa do tamanho das utopias. (CANCLINI, 2019, p. 291, 300).

A fim de fazer o contraponto entre o peso das tradições culturais, coexistindo com a modernidade e a pós-modernidade, o texto desloca o pensamento de Canclini (2019), Hall (2003) e Anderson (2008) para realizar uma releitura dos Monumentos O Desbravador e do Centenário. As imagens são valiosas e falam por si mesmas, porque sob diferentes paisagens e pontos de vista.

Que pretendem dizer os monumentos dentro da simbologia urbana contemporânea? Em processos revolucionários com ampla participação popular, os ritos multitudinários e as construções monumentais expressam o impulso histórico de movimento de massa. São parte da disputa por uma nova cultura visual em meio a obstinada persistência de signos da velha ordem, tal como aconteceu com o primeiro muralismo pós-revolucionário mexicano, com a arte gráfica russa dos anos 20 e cubana dos anos 60. Mas quando o novo movimento se torna sistema, os projetos de transformação seguem mais a rota do planejamento burocrático que a da mobilização participativa. Quando a organização social se estabiliza, a ritualização se esclerosada. (CANCLINI, 2019, p. 291, 300).

Destaque-se que as ideias do autor no campo da chamada hibridação cultural são muito pertinentes no sentido de desvelar traços distintivos, tensões que se estabelecem entre a memória histórica e a trama visual cotidiana da cidade de Chapecó, representadas nos Monumentos O Desbravador e Chapecó 100 Anos.

4.2.1 O Desbravador no coração da cidade, celeiro da resistência dos movimentos sociais e do movimento da vida

Nessa imagem, O Desbravador, cuja monumentalidade está ali para relembrar cotidianamente as pessoas sobre sua própria insignificância, diante da força e do poder dos heróis locais, na tentativa de silenciar ou até mesmo apagar da história e da memória sua pertença de classe, grupo étnico, gênero, assume outras qualidades que o definem. O Desbravador se reveste de povo; povo que luta por valorização e reconhecimento.

Figura 6 – Fotografia do Monumento O Desbravador no coração da cidade, celeiro da resistência dos movimentos sociais – Chapecó (SC), 11 de novembro de 2016



Fonte: MST. Disponível em: < https://twitter.com/MST_Oficial/status/797050499384086528 >. Acesso em: 28 jan. 2021.

A possibilidade de reinvenção das formas de pensar o nacional, as identidades e as próprias comunidades (ANDERSON, 2008) está relacionada à forma como as comunidades são imaginadas. Sob esse entendimento, a monumentalidade, a força, o poder do Desbravador são características que podem ser descentradas (HALL, 2003), transferidas para as pessoas que diariamente por ali circulam, como sujeitos que também são importantes naquele território, os heróis e as heroínas de todos os dias. Elas e eles que, no movimento da vida, não se deixaram convencer de sua própria insignificância; antes, aprenderam a se valorizar e a se reinventar cotidianamente, no trabalho, na luta ou através de qualquer outra atividade corriqueira.

Nessa imagem, cartazes, faixas, bandeiras e manifestações sociais e políticas ocultam e até contradizem os próprios monumentos. Expressando sinais divergentes da simbologia do Desbravador como poder político que consagra pessoas e acontecimentos fundadores do município, tais manifestações expressam a crítica popular à ordem imposta, ao mesmo tempo que indicam sinais de mudança nas hierarquias do poder, através de pessoas comuns, as quais, em suas lides diárias,

também colocam em movimento o poder político e econômico. Por isso mesmo, este pode se modificar (CANCLINI, 2019).

No encontro entre o profano – O Desbravador –, mais ao fundo da fotografia, e o sagrado – o retrato do Papa em frente à Catedral –, emerge o povo como protagonista de uma Chapecó como realidade sociocultural híbrida – plural, contraditória. Por isso mesmo, suas memórias e seus monumentos podem representar também os interesses da maioria da população. Logo, os desbravadores, os precursores do desenvolvimento e do progresso de Chapecó dignos de homenagens e honras, podem ser também homens e mulheres de todos os dias, que contribuem para a construção de comunidades imaginadas, passíveis de serem construídas.

Figura 7 – Fotografia do Monumento O Desbravador no movimento cotidiano da vida – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021



Fonte: Acervo do autor (2021)

Uma análise mais criteriosa sobre os Monumentos O Desbravador e Chapecó 100 anos permite afirmar que somente algumas pessoas e grupos estão ali representados, enquanto outros são esquecidos e silenciados nos discursos e, sobretudo, nas práticas sociais de Chapecó.

Contudo, em meio às transformações da cidade, como sugere Canclini (2019), imagens como essa podem indicar outros sentidos, mesmo que tímidos, a partir dos quais as memórias e os monumentos de Chapecó possam se renovar. Até pelo seu tamanho colossal, sua localização privilegiada, monumentos como O Desbravador poderiam ser palco de inúmeras memórias e não somente as oficialmente reconhecidas. Essa dinâmica contribuiria para enaltecê-lo ainda mais,

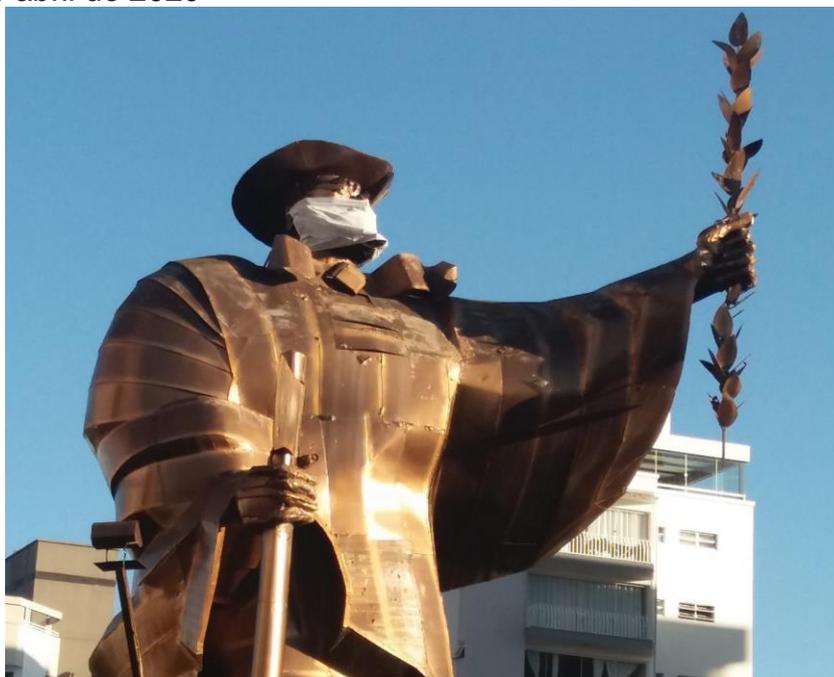
porém como expressão contrária ao autoritarismo dos sistemas sociais em função dos quais os monumentos foram criados.

Figura 8 – Fotografia do Monumento O Desbravador de luto pela tragédia da Chapecoense – Chapecó, 30 de novembro de 2016



Fonte: ENGEPLUS. Chapecó prepara-se para velório coletivo. Disponível em: < <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2016/chapeco-prepara-se-para-velorio-coletivo> >. Acesso em: 28 jan. 2021.

Figura 9 – Fotografia do Monumento O Desbravador ganha máscara – Chapecó, 24 de abril de 2020



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Monumento “O Desbravador” ganha máscara. Disponível em: < <https://chapeco.sc.gov.br/noticia/2880/monumento-%E2%80%99Co-desbravador%E2%80%9D-ganha-mascara> >. Acesso em: 28 jan. 2021.

De acordo com Canclini (2019), em tempos como estes, tamanha é a importância dos monumentos, estátuas, retratos de heróis nacionais e calendários de efemérides, destinados a instituir um conjunto de imagens representativas do tamanho das utopias (p. 291, 300), que poderiam ser comparados ao valor que a escola atribui aos livros didáticos, às cerimônias cívicas e demais ritos que celebra.

De posse da imagem, a análise do Monumento O Desbravador sugere alguns questionamentos: a memória, os símbolos, os discursos, as representações sociais que fundamentam a história oficial de Chapecó e circulam em torno desse monumento ainda ocupam a centralidade política e a dimensão econômica para as quais fora criado? O Desbravador ainda representa a comunidade em que está inserido, tendo em vista que a cidade se transformou em tamanho, cores e opiniões? Que sentido faz o monumento em homenagem ao mito colonizador europeu numa cidade que se abriu para o mundo? Neste espaço sociocultural, cujas memórias são feitas de lembranças e de também de esquecimentos, o destaque é personagem da luta concreta ou apenas o inspirador da ação? O Desbravador representa todos os homens e mulheres colonizadores/as que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento e progresso de Chapecó? Quais interesses estão presentes e até mesmo ausentes nesse feito? Certamente, inúmeras leituras e histórias podem ser (re)contadas.

Para compreender uma sociedade, é preciso primeiro compreender suas referências e representação simbólicas, que condenam uma dinâmica de poder impondo e legitimando certos significados. Na região onde outrora viviam os índios e caboclos, toma-se o 'estrangeiro' como aquele que chega para desbravar o território 'selvagem'. Em Chapecó, os indígenas e caboclos não eram reconhecidos como população, ocorrendo uma resistência "silenciosa" dos que habitavam a região com o objetivo de ocupar um espaço conhecido como "vazio demográfico". É fato, que na história em geral, privilegiam-se as ideologias pioneiras, como se vê na representação do monumento "O Desbravador", em detrimento das fronteiras étnicas e sociais dos povos, pois só aparece o gaúcho, homem forte que chegou para desbravar esta região (MONEGO, 2009).

Perceber que a arte é dotada de inúmeros símbolos que veiculam mensagens ideológicas e contribuem para a tarefa de modelar o imaginário social gerando marcos do passado e do futuro. Um fator a ser considerado em relação a uma obra de arte exposta em um espaço público é que ela passa a fazer parte do cotidiano

das pessoas, incluindo o ambiente familiar, resultando em novos critérios de avaliação e aceitação. Os monumentos interferem na maneira de vivenciar a cidade, apresentando-se como difusores históricos que funcionam como bens simbólicos, permitindo a ampliação da construção de sentido, pois uma obra não tem um sentido fechado e acabado em si (CORRÊA, 2007). Nesse sentido, a forma é a materialização dos símbolos, a representação material dos fatos, e o conteúdo presente na representação do monumento costuma estar associado à glória, fama, fatos históricos, políticos, sociais ou culturais. A história está repleta de menções às classes dominantes, varrendo fatos considerados insignificantes para debaixo do tapete, como se a minoria dominante fosse a única responsável pela história (MONEGO, 2009).

Imputa-se aos índios e caboclos prejulgamentos de ‘acomodados’ ou ‘incapazes’, em contraponto às características do imigrante, visto como ‘trabalhador’, ‘desbravador’.” Deste modo, enquanto os caboclos e índios são estereotipados como vagabundos, os imigrantes são sinônimo de força, evolução e prosperidade, máxime porque trouxe um viés capitalista às terras, já que trouxe progresso, lucro, destacando a economia da região. Já a presença polonesa sequer consta nos registros (MARQUETTI; SILVA, 2015 apud ZEN, 2019).

O colonizador italiano ou alemão era visto como precursor, desbravador, desconsiderando a presença indígena, cabocla e, mais tarde, a contribuição dos poloneses, por exemplo. Ao priorizar a história do vencedor e do ideal colonizatório, símbolo de glórias e louros advindas da colonização da região, os registros silenciam perspectivas históricas críticas e mais plurais, cujas contribuições para o desenvolvimento não são levadas em conta. (ZEN, 2019).

Os cenários de violência que marcam a memória da região oeste de Santa Catarina e o clima de terror instalado em Chapecó por ocasião de assassinatos e mandonismos locais contrastam com o mito do colonizador europeu trabalhador e ordeiro. A tragédia do linchamento de quatro presos praticado pela comunidade local nos anos 50, por exemplo, envolve elementos mais complexos que vingar a queima da Igreja e combater a onda incendiária estabelecida na cidade a fim de facilitar o roubo às residências e estabelecimentos comerciais (HASS, 2003). Senão, como justificar a existência de um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre, trabalhador desde os primórdios da colonização? Como viver a pureza de princípios de paz, fé, religiosidade, esperança em cenários de morte?

Fato é que a região oeste de Santa Catarina e, particularmente, o município de Chapecó são invenções históricas e construções culturais. A terra e outras riquezas naturais que os colonizadores do século XX encontraram na região oeste de Santa Catarina e, particularmente, em Chapecó já eram conhecidas e exploradas por outros grupos humanos (CHAUÍ, 2006; CARBONERA; ONGHERO; LINO, 2017).

Chapecó, em particular, carrega traços autoritários marcantes, muito embora velados, recebidos como herança da sociedade brasileira. Entre outras distinções, ideais de ordem e progresso, paz e esperança, pureza de princípios, berço da fé e da religiosidade operam como instrumento unificador da sociedade, alicerce seguro das relações sociais. No entanto, essa é uma visão ideológica que serve aos interesses dos que mandam e sempre mandaram na localidade. O tão propalado lema *ordem e progresso* nada mais é do que o ocultamento dos conflitos entre poderes locais e ocultamento dos conflitos gerados pela divisão social e econômica das classes ameaçando a ordem capitalista (CHAUÍ, 2006).

Esse contexto ignora os indígenas e os caboclos do processo enquanto a história oficial de Chapecó se encarrega de contar a história do município, atribuindo aos imigrantes o título de promotores do progresso e do desenvolvimento econômico do Oeste a partir de 1920. Até então, a região era considerada um lugar rústico, hostil, inculto e afastado da civilização. Entretanto, os registros apontam que antes da sua municipalização, em 1917, Chapecó já possuía moradores.

Essa visão deturpada de Chapecó, transferiu à colonização o papel de civilizar e modernizar a vila de Passo dos índios, para que só então pudesse eventualmente se tornar uma cidade dita moderna e habitável (ZEN, 2019). Como resultado, a urbanização massiva foi necessária para dar-lhe uma aparência moderna, regular as demandas atuais e futuras, traçar as ruas, definir técnicas de construção que expressassem visualmente a dita modernidade. Mudando o espaço, a configuração do local e o cotidiano de quem já morava lá, buscando atender às demandas, crenças, costumes, cultura e estilo de vida, acima de tudo, dos 'novos moradores' (BRESCIANI, 1998).

O conceito de modernidade e colonialismo andam de mãos dadas, diz o sociólogo Aníbal Quijano⁵², cujo trabalho tem sido influente nos campos dos estudos descoloniais e da teoria crítica. Nesses termos, o texto abre espaço para uma breve reflexão sobre a combinação modernidade e colonialismo, utilizando-se do conceito de colonialidade para explicar o modo segundo o qual o colonialismo ajuda a compreender como o eurocentrismo é peça-chave nessa perspectiva ideológica local de celebração do colono europeu. Enquanto o colonizador é encarado como aquele que vence a barbárie, a inferioridade, os vícios, o atraso, o colonizado é apresentado como atrasado, vil, incapaz, degenerado, animalizado nas representações.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade transcende o colonialismo e não desaparece com a independência ou descolonização dos países que foram colônias; ela opera através da naturalização de certos padrões nas relações de poder e da naturalização de hierarquias raciais, culturais, territoriais, de gênero e epistêmicas.

As representações em torno do colonizador e do colonizado foram construídas com base em três oposições assimétricas, que perpassam três diferentes aspectos que dialogam entre si, envolvendo a concepção de raça, de cultura e o tempo.

De aspecto racial: o colonizador é branco e virtuoso, enquanto o colonizado é não branco e degenerado, um poço de vícios, o polo semântico negativo do europeu branco.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade as relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde e não demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no

⁵² Aníbal Quijano – 17 de novembro de 1930 / 31 de maio de 2018 – foi um sociólogo e pensador humanista peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de “colonialidade do poder”. Seu corpo de trabalho tem sido influente nos campos dos estudos descoloniais e da teoria crítica. (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Aníbal_Quijano>. Acesso em: 28 jan. 2021).

entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 107).

Do ponto de vista cultural: enquanto o desbravador e os imigrantes europeus são laboriosos, ordeiros, religiosos, decentes, honestos, os colonizados locais são preguiçosos, desordeiros, pagãos, enganadores, desonestos.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicáveis decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (QUIJANO, 2005, p. 116).

Sob o enfoque temporal: enquanto os colonizadores europeus estão na modernidade, projetam o futuro, os colonizados não brancos estão “atrasados”, são “primitivos”, não querem o progresso e o desenvolvimento, são encarados como povos infantis ou senis, algo fora do tempo, seja na infância ou na velhice – representada como decrepitude.

Assim todos os não europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizar ou “modernizará”. Sem considerar a experiência inteira do colonialismo e da colonialidade, essa marca intelectual seria dificilmente explicável, bem como a duradoura hegemonia mundial do eurocentrismo. Somente as necessidades do capital como tal, não esgotam, não poderiam esgotar, a explicação do caráter e da trajetória dessa perspectiva de conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 118).

Essas três esferas assimétricas de produção de identidade estão contidas no âmbito da representação e do simbólico dos monumentos analisados. Essa representação estabelece, no âmbito cultural, a permanência e a introdução *ad*

infinitum de uma hierarquia social correspondente, em que aquele que está mais próximo (racial, cultural e temporalmente) dos colonizadores ocupa as melhores posições na pirâmide social local, consolidando uma série de privilégios. Na perspectiva de Quijano (2005), a memória oficial de Chapecó está alinhada a uma memória de celebração do colonizador e de profundo desprezo pelo colonizado.

4.2.2 O Monumento dos Cem Anos de Chapecó no movimento da cidade e dos interesses mercantis, históricos, estéticos e comunicacionais

No ano de 2017, Chapecó inaugurou o Monumento dos Cem Anos, como tentativa de resgatar significados esquecidos ou desconhecidos em torno das memórias, ou, ainda, para (res)significar o próprio desbravador com uma outra roupagem, dessa vez na figura do empresário bem-sucedido. Há de se ter presente que, no jogo da memória, as peças são formadas pela lembrança e também pelo esquecimento. Assim, é pertinente vasculhar ao redor do Monumento Chapecó 100 Anos: quais sujeitos estão ali representados/as? Por que estes/as e não outros/as? Quais sujeitos foram esquecidos/as, silenciados/as? Por quê? Que leituras podem fazer desses monumentos meninos e meninas, mulheres, homens brancos/as, indígenas, negros, ricos e pobres? Que aspecto parecerá a cada um/a deles/as mais significativo?

Diante das indagações, é plausível desconfiar dos discursos, das imagens de bronze que privilegiam ilustres colonizadores europeus, homens brancos e fiéis desbravadores da região, coronéis dominadores, cooperativistas, empresários e, por outro lado, esquecem, silenciam em relação à presença do outro na memória oficial do município: mulheres, indígenas, caboclos, poloneses, trabalhadores tantos – como se estes não tivessem contribuição na construção da história, da memória viva de Chapecó.

Deslocando o discurso foucaultiano para o terreno da memória, os monumentos, pode-se afirmar, falam por si mesmos: exibem modelos de sujeitos a serem seguidos; indicam o que cada um pode (ou não pode) fazer; separam e instituem modos de ser e de existir; informam o lugar de cada pessoa no mundo; naturalizam as hierarquias e aprisionam as diferenças; calam vozes polifônicas e portadoras da multiplicidade.

Diante disso, torna-se indispensável reconhecer que, nas sociedades urbanas, imagens como a do desbravador, do coronel, do cooperativista, do empresário, entre outras que a vista não alcança, constituem-se em instâncias privilegiadas de formação das identidades sexuais, étnicas, de gênero, de classe. Importante lembrar que essas figuras, especialmente a do cooperativista e a do empresário, aparecem como uma ressignificação temporal da imagem do desbravador. Numa linguagem recente, de uma ordem capitalista globalizada, num cenário nos quais os conceitos e léxicos do mundo corporativo ganham terreno para definir e nomear práticas e comportamentos na pós-modernidade, o sociólogo Richard Sennett (2005) refere que a ideia de um monumento do *empresário* é uma atualização simbólica do desbravador. O desbravador heroico e titânico do passado virou empresário.

É uma atualização linguística, simbólica, representativa que coloca numa linha temporal a ideia de que a industrialização e o desenvolvimento econômico capitalista de Chapecó fez do desbravador o empresário atual. Empreendedor, arrojado, rico, bem relacionado, branco, descendente de imigrante europeu, homem, o empresário ocupa esse lugar de liderança, é o herói titânico dos tempos pós-modernos, não mais dos primórdios como era o desbravador. Sintonizado temporalmente com o mundo capitalista globalizado e pós-moderno, tornou-se uma espécie de *stevejobização* do desbravador.

Um exame sobre os personagens valorizados e homenageados ao longo dos 103 anos do município de Chapecó permite ver sinais da tradição moderna de valorização da história homogênea e impositiva, em prejuízo das interações em espaços sociais mais amplos, no cruzamento com *culturas híbridas*, periféricas e populares. Todavia, o patrimônio cultural e, em particular, os monumentos escapam às suas próprias formas, alicerçam diversos textos e contextos que, por sua vez, constituem diferentes sujeitos.

Vale ressaltar que as tramas sociais, vivenciadas no dia a dia das comunidades, nem sempre harmônicas, carregam ainda traços temporais muitos distintos, de tempos e períodos históricos e artísticos distantes, marcados geralmente pelo desgaste dos anos, bem como pela influência marcante e cada vez mais expansiva do comércio.

Contudo,

[...] a vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem de outro ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver.

Enquanto nos museus os objetivos históricos são subtraídos à história, e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito: continuam lutando com os movimentos sociais que sobrevivem a eles. Nos museus do México, os heróis da independência tomam seu significado por sua relação com os da reforma e da revolução; na rua, seu sentido se renova ao dialogar com as contradições presentes. Sem vitrinas nem guardiães que os protejam, os monumentos urbanos estão felizmente expostos a que um grafite ou uma manifestação popular os insira na vida contemporânea. Mesmo que os escultores resistam a abandonar as fórmulas do realismo clássico ao representar o passado, a fazer heróis de manga curta, os monumentos se atualizam por meio das “irreverências” dos cidadãos. (CANCLINI, 2019, p. 301).

Figura 10 – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó pichado – Chapecó (SC), 03 de outubro de 2017



Fonte: DIÁRIO DO IGUAÇU. Monumento do centenário amanhece pichado. Chapecó, 03 out. 2017. Disponível em: < <http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/-monumento-do-centenario-amanhece-pichado-37303> >. Acesso em: 28 jan. 2021

O Monumento Chapecó 100 Anos, construído em homenagem ao centenário do município para celebrar a memória oficial, pode, ainda assim, agregar outros significados.

Sem vitrinas nem guardiães que os protejam, os monumentos urbanos estão felizmente expostos a que um grafite ou uma manifestação popular os insira na vida contemporânea. Mesmo que os escultores resistam a abandonar as fórmulas do realismo clássico ao representar o passado, a fazer heróis de manga curta, os monumentos se atualizam por meio das “irreverências” dos cidadãos. (CANCLINI, 2019, p. 301).

Figura 11 – Fotografia do Monumento 100 Anos de Chapecó grafitado – Chapecó (SC), 18 de fevereiro de 2019



Fonte: CLICRDC. **Segunda vez:** Monumento do centenário é pichado em Chapecó. 18 fev. 2019. Disponível em: < <https://clicrdc.com.br/categoria-geral/segunda-vez-monumento-do-centenario-e-pichado-em-chapeco/> >. Acesso em: 28 jan. 2021

Ao mesmo tempo que alerta para a valorização excessiva das tecnologias, a qual pode levar a humanidade a recair na perspectiva histórica linear, Canclini (2019, p. 302) revela um posicionamento inovador:

Grafites, cartazes comerciais, manifestações sociais e políticas, monumentos: linguagens que representam as principais forças que atuam na cidade. Os monumentos são quase sempre as obras com que o poder político consagra as pessoas e os acontecimentos fundadores do Estado. Os cartazes comerciais procuram sincronizar a vida cotidiana com os interesses do poder econômico. Os grafites (como os cartazes e os atos políticos da oposição) expressam a crítica popular à ordem imposta. Por isso são tão significativos os anúncios publicitários que ocultam os monumentos ou os contradizem, os grafites inscritos sobre uns e outros. Às vezes, a proliferação de anúncios sufoca a identidade histórica, dissolve a memória na percepção ansiosa das novidades incessantemente renovadas pela publicidade. De outro lado, os autores de lendas espontâneas estão dizendo que os monumentos são insuficientes para expressar como a sociedade se move. Não é uma evidenciada distância entre um Estado e um povo, ou entre a história e o presente, a necessidade de reescrever politicamente os monumentos?

Relacionando o pensamento de Canclini (2019) a essa imagem, é possível perceber que as tradições, ainda que exerçam influência na construção da

identidade, da memória e da cultura, na convivência com a simbologia urbana, não escapam às suas interferências. O grafite aqui retratado evidencia que, tanto a arte como o artista, podem estar presentes nos espaços de memória, representando que existem outras forças que atuam na sociedade.

Estas, por sua vez, conectadas ao movimento da vida cotidiana, fazem frente ao poder econômico e político, através da arte. A crítica sugere, desse modo, pensar acerca dos sentidos que os monumentos conservam ou renovam, em meio às transformações da cidade, em competição com fenômenos transitórios, como os grafites, por exemplo.

Figura 12 – Fotografia do Monumento 100 Anos de Chapecó, visto aos finais de semana – Chapecó (SC), 27 de janeiro de 2021



Fonte: acervo do autor. (2021)

As paisagens também são culturais, e "as cidades são sobretudo uma experiência visual", seja no traçado das ruas, na construção e disposição das casas e edifícios, ou mesmo na circulação de pessoas em determinadas áreas. A cidade é uma paisagem simbólica, um "lugar saturado de significados acumulados ao longo do tempo" (BRESCIANI, 1998, *apud* ZEN, 2019). Por ser impossível compreender toda a cidade de uma vez, a percepção se forma gradativamente.

Como resultado, o tempo é um fator importante. Além disso, ele demonstrou que nada é experimentado de forma independente, mas apenas em relação ao seu entorno. Cada cidadão tem associações com diferentes partes da cidade, e a imagem que cria delas é imbuída de memórias e significados. Como resultado, apesar da aparente universalidade, nem tudo pode ser generalizado (LYNCH, 1960). Chapecó, nesse sentido, pode ser considerada uma paisagem imaginária de como era no passado ou em sua visualidade no presente, além de patrimônio público em suportes materiais, como monumentos (ZEN, 2019).

Retomando as formulações teóricas de Quijano (1997), Hall (2003) e Canclini (2019), o texto instiga a pensar nos efeitos reais, nas divisões sociais que elaborações mágicas e míticas produzem, ao mesmo tempo que se move em direção à desconstrução⁵³ de verdades instituídas, que servem para legitimar crenças referentes ao processo de colonização e desenvolvimento do município que criaram visões preconceituosas em torno das memórias (in)visíveis no patrimônio material de Chapecó.

A desconstrução consiste em analisar, examinar, reconstruir, reinterpretar, modificar elementos da escrita e significados tradicionais de textos, criando novos contextos e permitindo novas leituras. Alicerçado na desconstrução, torna-se possível perceber, por exemplo, os modos pelos quais gênero se articulou com raça, nacionalidade, religião, sexualidade, classe social nas representações acerca da cultura italiana, alemã, polonesa, indígena, cabocla, na fundação e no processo de desenvolvimento de Chapecó, através dos monumentos.

A partir da noção da desconstrução, a análise dos Monumentos O Desbravador e do Centenário permite alinhar diferentes discursos que se articulam no processo de produção de uma cultura em que representações específicas de masculinidade e de feminilidade delimitaram os modos de funcionamento de instituições sociais, as relações do grupo com o município, o processo de produção econômica e de trabalho, as relações familiares, afetivas e sexuais vigentes, bem como as relações do grupo com outros grupos socioculturais, posicionando-o de modo diverso no contexto chapecoense.

As reflexões até aqui empreendidas apontam para a importância da desconstrução da memória oficial de Chapecó. Essa decisão demanda posicionamento político suficiente para admitir que a supremacia de uma memória hegemônica sobre a memória dos silenciados, a superioridade da memória oficial

⁵³ A desconstrução é um conceito elaborado por Jacques Derrida, como uma crítica de pressupostos dos conceitos filosóficos, onde ocorrem muitas dúvidas devido ao grau de dificuldade oferecido pela matéria. Para o filósofo, a desconstrução não significa destruição completa, mas desmontagem, decomposição dos elementos da escrita, para descobrir partes do texto que estão dissimuladas e que interdita certas condutas. Derrida postula que as formações culturais e intelectuais humanas deveriam sofrer uma reinterpretação como elemento fundante de um novo conhecimento: “Não existem fatos, apenas interpretações”. A famosa frase 'A linguagem se cria e cria mundos' aponta perigosamente para a contingência dogmática do 'Ser' e do 'Significado'. Isso quer dizer que os textos corrompem seus significados tradicionais, criam novos contextos e permitem novas leituras, em um processo contínuo e vertiginoso. (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Desconstrução>>. Acesso em: 22 nov. 2020).

em relação às muitas memórias plurais sem visibilidade em nada contribuem para a valorização de todos os sujeitos e grupos que ajudaram a construir a história de Chapecó. A (res)significação dos monumentos atendendo uma diversidade de memórias nas representações sobre a Chapecó de todos os dias é primordial e pode ser expressão de conquista da liberdade.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa, longe de tecer conclusões acerca do tema da memória e do patrimônio cultural material, abre perspectivas teóricas e políticas reveladoras, no sentido de permitir duvidar, perguntar, desconfiar do que é tomado como natural, dialogar, enfim, com as contradições do presente.

No decorrer do estudo, evidenciou-se que a história da colonização de Chapecó, inserida no contexto da região oeste catarinense, vem sendo contada segundo os olhares dos colonizadores e dos coronéis. Estes, mergulhados na perspectiva eurocêntrica, veem-se no direito de representar a si próprios, segundo as verdades em que acreditam. Relatam, assim, a história do município a partir de sua própria vinda, como bravos colonos imigrantes do Rio Grande do Sul. Descendentes de alemães e italianos – características que por si só já os colocam numa posição privilegiada –, vêm para um sertão inóspito trazer o desenvolvimento econômico e o progresso para a região, como se esta terra já não estivesse sendo habitada por indígenas e caboclos.

Nesses termos, o contexto histórico no qual Chapecó está inserido privilegia a memória do desbravador/colonizador europeu. Note-se que essas narrativas não somente legitimam como também naturalizam o quadro de violência a que indígenas e caboclos tiveram de sujeitar-se, espoliados de sua cultura, de suas terras, roubados de si mesmos. E os monumentos visam à perpetuação dessa ordem.

À vista disso, foi possível constatar que, no cenário de Chapecó, as obras monumentais *O Desbravador* (1981) e *Chapecó 100 Anos* (2017) podem ser comparadas aos grandes monumentos edificadas no século XIX para homenagear heróis nacionais, e a episódios de celebração da Nação a fim de legitimar a ascensão de um novo modo de organização política que estava surgindo, o Estado-Nação.

Da mesma forma que a elite crioula precisava inventar a nação, criar seus heróis, inventar uma história sacra e oficial, legitimando, assim, sua posição como controladora do poder político e do poder econômico dos novos Estados-Nações latino-americanos, a elite chapecoense, particularmente diante da obra *O Desbravador*, tinha necessidade de divulgar publicamente sua história, fabricar seus heróis, comprovando, desse modo, sua supremacia no domínio do poder político e econômico local. O Monumento Chapecó 100 Anos, por sua vez, mesmo que

passadas aproximadamente quatro décadas, foi igualmente construído sob tais prerrogativas.

A história de Chapecó foi e está sendo escrita a muitas mãos, marcadamente no embate entre tecnologia e lembrança, traço, vestígio e, sobremaneira, através da luta entre a memória hegemônica e a dos silenciados, entre a oficial e as muitas memórias plurais sem visibilidade. Esse confronto foi sendo evidenciado no desenrolar da pesquisa e revelou que, no terreno da memória, estão em jogo questões de poder, o que faz com que a memória de um grupo específico seja válida para representar a memória de todos. Trata-se, no entanto, de imposição histórica da memória hegemônica dos setores oligárquicos sobre as demais. Ou seja, em Chapecó, as memórias, as marcas, os traços do desbravador/colonizador europeu ainda são muito fortes.

Mas a pesquisa desvelou também que a cidade, ligada à dinâmica local e global, se transformou. A Chapecó de hoje faz parte de uma realidade sociocultural híbrida – plural, contraditória, ambígua. Os monumentos, por sua vez, em meio às transformações da cidade, estão mais abertos à dinâmica urbana, possibilitando que a memória interaja com a mudança. Esse quadro aponta para a revitalização dos seus heróis, em meio à propaganda, ao trânsito, aos grafites, às manifestações políticas, à luta dos movimentos sociais que permanecem vivos apesar das contrariedades (CANCLINI, 2019).

A fotografia, por sua vez, conferiu autenticidade ao estudo, ilustrando de modo muito apropriado o pensamento de autores contemporâneos preocupados em conceber outras formas de ver o mundo, de lidar com as memórias, pensar os monumentos em meio às paisagens culturais. A partir de diferentes olhares, as imagens podem revelar, possivelmente, que os monumentos que representam a história oficial de Chapecó não estejam mais ocupando a centralidade política e a dimensão econômica sob a qual foram construídos, tendo em vista que a cidade se transformou em tamanho, cores e opiniões.

Diante dos argumentos que vinculam Chapecó a uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), a pesquisa apontou a possibilidade de reinvenção das formas de pensar as identidades e os monumentos que as representam, assim como as próprias formas de imaginar as comunidades. Sob esse entendimento, a monumentalidade, a força, o poder do desbravador, dos cooperativistas e dos empresários, são deslocados, descentrados (Hall, 2003), transferidos para as

pessoas ditas comuns, mas que não se deixaram convencer de sua própria insignificância; antes, aprenderam a se valorizar e a se reinventar no movimento da vida.

Acredita-se que as formulações teóricas que fundamentaram a pesquisa tenham servido de estímulo a outras inúmeras leituras em torno dos temas memória e monumento, na direção à desconstrução das verdades instituídas, que legitimaram crenças e visões preconceituosas em torno das categorias gênero, etnia, classe social nas representações acerca da cultura italiana, alemã, polonesa, indígena, cabocla na fundação e no processo de desenvolvimento de Chapecó, através dos monumentos.

Entende-se, dessa maneira, que o estudo alcançou os objetivos aos quais se propôs na investigação das representações sociais que circulam nos monumentos que celebram a história oficial de Chapecó no contexto da colonização e de desenvolvimento do município. Ademais, possibilitou a compreensão da relação memória, poder e identidade, assim como permitiu identificar discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais presentes e silenciadas pela memória oficial de Chapecó. Propiciou, ainda, a problematização das práticas sociais celebradas, mediante as realidades dinâmicas e plurais com as quais as memórias e os monumentos se revestem.

De modo surpreendente, entre um rascunho e outro, o texto, ao mesmo tempo que se ocupou em refletir sobre o peso das tradições na construção das memórias e dos monumentos, abriu espaço para a dúvida: por que, afinal, de tempos em tempos, ter de renovar a memória do desbravador, com figuras já conhecidas no meio social, representadas no monumento Chapecó 100 Anos, senão pela simples desconfiança de que as velhas identidades e os antigos modelos estejam ameaçados pela dinâmica de configuração social pós-moderna? (HALL, 2003; CANCLINI, 2019). Certamente, inúmeras histórias poderão ser (re)contadas, pois a memória de Chapecó e os Monumentos O Desbravador e Chapecó 100 Anos são invenções históricas e culturais que sintetizam histórias de vida, cujos significados podem ser transformados, porque culturalmente construídos.

REFERÊNCIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724** – Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea Digital**, n. 1, p. 207-223, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea>>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ACIC – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CHAPECÓ. **História Empresarial Viva**. Chapecó: Grifos, 1997.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237-258.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 4, p. 07-73, 1985.
- CAMPOS, Índio. **Os colonos no rio Uruguai**: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2019.
- CARDOSO, Irene. **Para uma Crítica do Presente**. São Paulo: 34, 2001.
- CARBONERA, Mirian et al (Org.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luis; LINO, Jaisson Teixeira. Um passado Distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 19-58.

CASTELLS, Manuel. **A Cidade Informacional**. [1989].

CHAPECÓ. MEMORIAL Paulo de Siqueira. Disponível em: <<https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=17>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 6. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Cultura e democracia**. Disponível em: <<http://revolucoes.org.br/v1/seminario/marilena-chau/cultura-democracia>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Monumentos e geografia-uma sistematização**. Terra Plural, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2007.

COSTELLA, Oracílio; FERREIRA, Claudir. **Diagnóstico das Esculturas e Obras de Arte do Município de Chapecó – SC**. Acervo do Museu de História e Arte de Chapecó, jul. 2011.

ZEN, Daniel Dalla. **A construção de representações coletivas: a semiótica no estudo do patrimônio público em Chapecó/SC**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

FARIA, Eduardo de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typografia Lisbonense, 1852.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA; MOLLO; PEREIRA et al. (Orgs.). v. 1. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FIN, Neocy. **Vida e obra de Paulo de Siqueira**. 1997. Monografia (Pós-Graduação em Arte-Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1997.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**. São Paulo: Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003. 544 p.

- GUISOLPI, Anderson José. **Análise de uma estátua antropomorfa em Chapecó, SC: “O Desbravador”** e seus significados simbólicos. 2007. Monografia (Especialização em Processos Interdisciplinares em Arqueologia) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2007.
- GULLAR, Ferreira. **Poemas escolhidos**. São Paulo: Ediouro, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 14. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Brasil: Lamparina, 2003. 102 p.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: _____; KUNZRU, Hari; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HARVEY, David. **A Justiça social e a Cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980 [1973].
- _____. **The Codition of Post-Modernity**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956**. ed. rev. Chapecó: Argos, 2003.
- _____. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 392 p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>>. Acesso em: 4 nov. 2020.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Resolution o four Time**. Londres: Verso, 1990.
- LACOSTE, Yves. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Teorema, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LLOSA, Mario Vargas. **A Civilização do Espetáculo**. São Paulo: Objetiva, 2013.
- LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.
- MALTA, Elenita; WEBER, Regina. Halbwachs e a Memória: contribuição à História Cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, jan./jun., 2010.
- MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. Antonio Selistre de Campos e as questões indígenas no Oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 19, n. 25, 2006.

MANIQUE, Antonio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didactica da história: patrimônio e história local**. Lisboa: Texto, 1994.

MANSANO, Sonia Regina Vagas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2009.

MENEGUELLO, C. **Da Ruína ao Edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. São Paulo: Annblume, 2008.

MONEGO, Sonia. **Histórias que se revelam: Representações Simbólicas da Formação de Chapecó no monumento “O Desbravador” e no mural “O Ciclo da Madeira”**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: mar. 2020.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **SAECULUM Revista de História**, João Pessoa, n. 14, jan./jun. 2006.

_____. **Industrialização e educação**. Chapecó: Argos, 2003.

PELUSO, Víctor A. A evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, n. 4, 1982.

PEREIRA, Elenita Malta; WEBER, Regina. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, jan./jun. 2010.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: BRDE/Pallotti, 1982.

PINTO, Tales dos Santos. **Território Iguazu no sul do Brasil**. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-territorio-iguacu.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur, CLACSO. Buenos Aires, Argentina, 2005.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

_____. Um olhar sobre a colonização da fronteira Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 146-166.

_____.; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 59-105.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

_____. **Identidade comunitária**. Separata. Chapecó: Argos, 2004a.

_____. **Migrações**. Chapecó: Grifos, 1999. p. 77-78. (Série Paradidáticos).

_____. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004b.

_____. **Questões sobre a migração urbana e o êxodo rural em Chapecó**. Chapecó, 1991. (Mimeografado).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região oeste. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 10, p. 7-16, 1995.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan.-abr. 2015.

SANTOS, Marcos Lauermann dos. **O linchamento e seus discursos: a alteridade e a identidade na formação da Chapecó de 1950**. 2015. 54 f. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 3. reimp. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Técnica, Espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. SP: Annablume, 2003.

SCHMITZ, Gustavo Henrique. **O monumento do centenário de Chapecó: usos do passado, história e memória**. Chapecó, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwichs e a memória – reconstrução do passado: memória coletiva e história. **História**, São Paulo, n. 20, p. 93-108, 2001.

_____. Percursos de memórias em terras de histórias: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e Ressentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Elenice Rodrigues da. "Rememoração" / comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-437, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 240 p.

_____. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a. 156 p.

_____. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b. 120 p.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces:** introdução a uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: EDUPF, 2011.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Entre a Cruz e a Foice:** Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia. Jundiá: Paco, 2012. 268 p.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionário português ou thesouro da língua Portuguesa.** Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

WERLANG, Alceu A. **Uma colonização às margens do rio Uruguai:** Companhia Territorial Sul Brasil. 1925-54. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

ZEN, Daniel Dalla. **A construção de representações coletivas:** a semiótica no estudo do patrimônio público em Chapecó/SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2019.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: Acesso em: 8 jan. 2021

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ. Gabinete da Prefeitura Municipal de Chapecó. **Ata (004) da reunião realizada no dia cinco de maio de 2017.** 7 p. Disponível em: <<https://goo.gl/zTJdVe>>. Acesso em: 22 jan. 2021

PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Projeto de Lei n. 62, de 05 de maio de 2017.** Autoriza o Executivo Municipal a erigir monumento em comemoração ao centenário do Município de Chapecó e dá outras providências. Chapecó, maio 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/R4Z6x5>>. Acesso em: 22 jan. 2021

PREFEITURA DE CHAPECÓ. Contrato n. 363, de 01 de junho de 2017. **Instrumento público de contrato que celebram a Prefeitura municipal de Chapecó e a empresa 3MRC eventos e decorações LTDA –ME,** Chapecó, jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Ey8PXb>. Acesso em 20 jan. 2021

SITES

CLICRDC. **Segunda vez:** Monumento do centenário é pichado em Chapecó. 18 fev. 2019. Disponível em: < <https://clicrdc.com.br/categoria-geral/segunda-vez-monumento-do-centenario-e-pichado-em-chapeco/> >. Acesso em: 28 jan. 2021

DIÁRIO DO IGUAÇU. **Monumento do centenário amanhece pichado.** Chapecó, 03 out. 2017. Disponível em: < <http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/-monumento-do-centenario-amanhece-pichado-37303> >. Acesso em: 28 jan. 2021

DORI, Bruno Pace. **A importância de Ernesto Bertaso para Chapecó e região**. 2019. Disponível em: < <https://diregional.com.br/colunistas/ronda-politica/a-importancia-de-ernesto-bertaso-para-chapeco-e-regiao> >. Acesso em: 28 jan. 2021

ENGEPLUS. Chapecó prepara-se para velório coletivo. Disponível em: < <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2016/chapeco-prepara-se-para-velorio-coletivo> >. Acesso em: 28 jan. 2021

MST. Disponível em: < https://twitter.com/MST_Oficial/status/797050499384086528 >. Acesso em: 28 jan. 2021

PICCINI, Audrey. Monumento do centenário: Bertaso, De Nês e Bodanese eternizado na Getúlio. **Diário do Iguacu**, Chapecó, 7 jun. 2017. Disponível em: < <http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/monumento-do-centenario-bertaso-de-nese-bodanese-eternizados-na-getlio-vargas-34947> >. Acesso em: 02 jun. 2020.